

um olhar sobre o mundo

Kjeld Jakobsen

rls



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

um olhar sobre o mundo apresenta uma
resenha sintética e interpretativa do que aconteceu
de mais importante no mundo em 2006, sob um
ponto de vista marcadamente latino-americano
e progressista, permitindo ao leitor ter uma
visão de conjunto sobre os processos políticos,
econômicos e sociais que estão se desenrolando
internacionalmente.

Escritas por Kjeld Jakobsen – experiente
militante na organização de redes e estruturas
internacionais, bem como em cooperação e
relações institucionais –, estas resenhas podem
ser também acompanhadas mensalmente por meio
do boletim “Periscópio Internacional”, disponível
na página eletrônica da Fundação Perseu Abramo
(www.fpabramo.org.br).

KJELD JAKOBSEN, ex-secretário de Relações
Internacionais do município de São Paulo,
presidente do Instituto de Desenvolvimento de
Cooperação e Relações Internacionais (Idecri) e
do Instituto Observatório Social. Foi secretário
de Relações Internacionais da Central Única dos
Trabalhadores do Brasil de 1994 a 2003.

ISBN 978-85-7643-037-7



9 788576 430377



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Fundação Perseu Abramo

A Fundação Perseu Abramo (FPA) foi criada em 1996 pelo Partido dos Trabalhadores para desenvolver projetos de caráter político-cultural. Recebeu o nome de Perseu Abramo para homenagear o jornalista e professor universitário que participou da fundação do PT e sempre trabalhou para a construção do modo petista de refletir e formular.

A FPA é um espaço para o desenvolvimento de atividades de reflexão político-ideológica, estudos e pesquisas, destacando a pluralidade de opiniões, sem dogmatismos e com autonomia. Busca articular o diálogo do pensamento progressista com a tradição do socialismo democrático e com a cultura popular, contribuindo para a constituição de uma nova cultura política brasileira.

Mais informações:

www.fpabramo.org.br

Núcleo de Cooperação Internacional

O Núcleo de Cooperação Internacional da Fundação Perseu Abramo desenvolve atividades de intercâmbio de experiências e cooperação com fundações, instituições acadêmicas, entidades e ONGs do exterior, em especial da América Latina. Articula a intervenção da Fundação em eventos internacionais como o Fórum Social Mundial.

Contato:

internacional@fpabramo.org.br

Instituto Rosa Luxemburg Stiftung

O Instituto Rosa Luxemburg (Rosa Luxemburg Stiftung – RLS) foi fundado em 1990 e é, desde 1996, uma fundação política próxima ao Partido de Esquerda da Alemanha. Ela recebe subsídios do governo federal alemão e é, portanto, uma das seis fundações políticas que formam parte do sistema político educacional da República Federativa da Alemanha. Promove educação política, atividades culturais e análises sociais. Os princípios que a orientam estão designados nas idéias do socialismo democrático, do internacionalismo, do antifascismo, do anti-racismo e da igualdade de gênero. Em suas atividades, o Instituto luta por justiça social, por uma democracia de base e pela liberdade de pensamento crítico. Suas atividades se focalizam na análise, busca de alternativas e crítica ao capitalismo moderno, promovendo espaços de debates da esquerda socialista internacional, assim como encorajando estratégias de resolução de conflitos e reformas orientadas pelo aspecto social.

Mais informações: www.rls.org.br

Um olhar sobre o mundo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

J25o Jakobsen, Kjeld.
Um olhar sobre o mundo / Kjeld Jakobsen. – São Paulo
: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.
192 p.

ISBN 978-85-7643-037-7

1. Política internacional. 2. Política – América –
Europa. 3. Relações diplomáticas. 4. Comércio mun-
dial. 5. Oriente Médio - urânio. 6. Tecnologia nuclear. 7.
Europa – energia. I. Título.

CDU 327

339

CDD 327

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

Kjeld Jakobsen

Um olhar sobre o mundo



rls

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Hamilton Pereira (presidente)
Ricardo de Azevedo (vice-presidente)
Selma Rocha (diretora)
Flávio Jorge Rodrigues da Silva (diretor)

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação Editorial

Flamarion Maués

Assistente Editorial

Viviane Akemi Uemura (licenciada)

Instituto Rosa Luxemburg Stiftung

Diretor no Brasil

Gert Peuckert

Revisão

Márcio Guimarães de Araújo

Capa

Eliana Kestenbaum

Editoração Eletrônica

Enrique Pablo Grande

Impressão

Bartira Gráfica

1ª edição: janeiro de 2007

Todos os direitos reservados à
Editora Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 224
04117-091 — São Paulo — SP — Brasil
Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5571-0910
Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo
<http://www.fpabramo.org.br>

Copyright © 2007 by Kjeld Jakobsen
ISBN 978-85-7643-037-7

Sumário

APRESENTAÇÃO – KJELD JAKOBSEN	11
PERISCÓPIO INTERNACIONAL Nº 1 – ABRIL DE 2006	13
Novos governos assumem nas Américas	13
Os problemas da energia na Europa	17
Prossegue o assédio sobre o Oriente Médio	19
Aspectos econômicos mundiais: comércio e investimentos	23
Notícias do mundo do trabalho	24
Eleições na Itália	26
Bush com sua popularidade em baixa	26
Estado de exceção nas Filipinas	27
PERISCÓPIO INTERNACIONAL Nº 2 – MAIO 2006	29
<i>La Marcha</i>	29
Divergências entre Argentina e Uruguai	30
Bolívia regulamenta a Lei da Energia	32
O quadro político-eleitoral na região	33
Governo dos EUA de olho na Tríplice Fronteira	36
Berlusconi perde as eleições parlamentares na Itália	37
O cessar-fogo do ETA	38
União Européia impõe sanções à Belarus	40
Eleições parlamentares em Israel	41
Novo Parlamento palestino assume	42
Irã começa a enriquecer urânio	43
Negociações comerciais	43
O mundo do trabalho	45

Fórum Social Mundial em Karachi	46
Bush mandou divulgar o nome da espiã	47
PERISCÓPIO INTERNACIONAL Nº 3 – JUNHO DE 2006	49
Nacionalização do gás boliviano e outros fatos na América Latina	49
Eleições presidenciais no continente	52
Tríplice Fronteira e relatório dos EUA	54
III Cúpula União Européia–América Latina	55
Início de governo na Itália	55
Blair perdeu as eleições distritais	56
A geopolítica do gás	57
Decisão do Conselho de Segurança em relação ao Irã	58
Composto o novo governo em Israel	59
Acordo de paz em Darfur	60
Mobilização reabre Parlamento no Nepal	62
Eleições estaduais na Índia	62
1º de maio no mundo	62
Movimento social	63
Diminui o “buraco de ozônio”	63
Suharto é isentado de julgamento	64
Organização Mundial do Comércio (OMC)	64
PERISCÓPIO INTERNACIONAL Nº 4 – JULHO DE 2006	65
Eleições presidenciais na Colômbia	65
Eleições presidenciais no Peru	68
México	69
As eleições do segundo semestre	70
Mobilização estudantil no Chile	71
Chanceleres preparam reunião dos presidentes do Mercosul	72
Autonomia catalã	73
Massacres no Iraque, suicídios em Guantánamo, morte de Zarqawi e as eleições parlamentares nos EUA	74
Situação na Palestina	76
Irã	77
A revolta de Soweto completa 30 anos	78
Conflitos no Timor Leste	79
Reunião do G-8	80
União Europeia decide adiar implantação da Constituição	81
China freia crescimento	81
Primeira Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU	81

PERISCÓPIO INTERNACIONAL Nº 5 – AGOSTO DE 2006	83
Eleição no México	83
Assembléia Constituinte na Bolívia	85
Eleições nicaragüenses	86
Ingresso da Venezuela no Mercosul	87
Ligeira avaliação do processo político latino-americano atual	88
Reunião do G-8 em São Petersburgo	90
Estados Unidos e o “Eixo do Mal”	90
O debate sobre a questão da imigração	92
Crescimento da China	93
Conselho de Direitos Humanos da ONU	94
Guerra na Palestina e no Líbano	94
Novo governo no Timor Leste	97
Organização Internacional do Trabalho e trabalho decente	97
Os impasses na Organização Mundial do Comércio	98
PERISCÓPIO INTERNACIONAL Nº 6 – SETEMBRO DE 2006	99
Fidel Castro se licencia da Presidência de Cuba	99
Instalação da Assembléia Nacional Constituinte na Bolívia	101
Posse de Uribe na Colômbia	101
Eleições presidenciais no México	102
A presença dos EUA na América Latina	104
Aumenta a crise no Oriente Médio	105
Decisão do Conselho de Segurança da ONU sobre o Irã	107
Petróleo quase chega aos US\$ 80,00	109
O Iraque está à beira da guerra civil	109
Problemas na relação entre Japão e países vizinhos	111
Índia proíbe venda de refrigerantes	112
Segundo turno tenso para eleições históricas no Congo	113
Primárias para as eleições nos Estados Unidos	114
AFL-CIO promove parceria histórica	115
PERISCÓPIO INTERNACIONAL Nº 7 – OUTUBRO DE 2006	117
Eleições mexicanas	117
A Assembléia Constituinte boliviana	119
Eleições equatorianas	120
Eleições nicaragüenses	121
Eleições venezuelanas	122
Tratado bilateral de investimentos com o Uruguai é aprovado nos EUA	123
Reunião do Movimento dos Países Não-Alinhados	124

Reunião do G-20	125
Eleições nos EUA – o debate sobre tortura	126
Eleições francesas se aproximam	128
Eleições na Suécia – interrupção da era social-democrata	130
Eleições regionais na Alemanha – um revés para Angela Merkel	131
Notícias do Oriente Médio – Líbano, Iraque, Irã, Palestina etc.	132
A crise em Darfur	134
Golpe militar na Tailândia	136
Reunião do Banco Mundial e do FMI em Cingapura	137
Assembléia Geral da ONU – reformas e promoção do trabalho decente ...	138
PERISCÓPIO INTERNACIONAL Nº 8 – NOVEMBRO DE 2006	141
Eleições presidenciais no Equador	141
Eleições presidenciais na Nicarágua.....	143
A revolta popular de Oaxaca	144
Aprovada a construção do muro na fronteira de México e EUA	146
A escolha dos representantes da América Latina e do Caribe para o Conselho de Segurança da ONU	147
Eleição do novo secretário-geral da ONU	148
Eleições nos Estados Unidos – possibilidades para o Partido Democrata	149
Eleições no Congo	152
Continua a crise em Darfur	153
O fortalecimento dos laços entre China e África	154
Mudança nas regras de controle da internet.....	155
Novos protestos nos subúrbios da França	155
Prévia para candidatura presidencial do Partido Socialista Francês ...	156
Notícias do Oriente Médio	157
Novo primeiro-ministro no Japão	158
Teste nuclear na Coreia do Norte	159
A agenda do movimento social nos próximos meses	159
PERISCÓPIO INTERNACIONAL Nº 9 – DEZEMBRO DE 2006	163
Eleições presidenciais no Equador	163
Eleições venezuelanas	164
Paramilitares e parlamentares na Colômbia	166
México	167
Cúpula do Mercosul	168
As disputas políticas na Bolívia	169

A emigração	171
Os desdobramentos da vitória dos democratas na eleição norte-americana	173
Eleições francesas e a prévia do Partido Socialista	176
Eleições na Holanda	177
Notícias do Oriente Médio	178
Sai o resultado da eleição presidencial no Congo	180
Reunião sobre mudanças climáticas no Quênia	181
Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD	182
Mudanças no comando da Organização Mundial da Saúde	183
Ingresso do Vietnã na Organização Mundial de Comércio	184
China e Índia – aproximação de gigantes	184
LISTA DE SIGLAS	187

Apresentação

Foi com grande prazer que aceitei o desafio proposto pelos companheiros Walter Pomar, secretário de Relações Internacionais do PT, e Ricardo Azevedo, vice-presidente da Fundação Perseu Abramo e diretor do seu Núcleo de Cooperação Internacional, para ser editor do *Periscópio Internacional*.

Foi uma maneira de retomar o contato com o mundo com um olhar mais amplo do que aquele que eu utilizava quando exerci as funções de responsável pelas relações internacionais, primeiro, da CUT (Central Única dos Trabalhadores), entre 1994 e 2003, depois do município de São Paulo, na segunda metade do governo da prefeita Marta Suplicy (2001-2004).

A tarefa se revelou um desafio, pois significava trazer mensalmente para os nossos leitores informações sobre os principais fatos da conjuntura internacional, já publicados de alguma forma pela mídia, sem que se tornassem mera repetição de informações muitas vezes distorcidas.

Na prática, a opção foi fazer um mínimo de análise de conjuntura sem pretender chegar a conclusões gerais ou a previsões sobre os rumos do mundo, mas tão-somente apontar os fatos e as perspectivas de cada um deles a curto e a médio prazo. A isto busquei acrescentar um mínimo de contextualização para cada notícia; por exemplo, o histórico das relações da China com a África, ou então o que os partidos que haviam disputado as então recentes eleições na Nicarágua representavam.

Destacar e valorizar os acontecimentos na América Latina, bem como os que envolviam o movimento social, também foi uma preocupação para tentar agregar fatos e atores normalmente desprezados pela grande mídia.

Mesmo assim, o risco de cometer erros é grande, principalmente quando dependemos de fontes secundárias, e é muito difícil não se deixar influenciar pelos sentimentos subjetivos expressos pelos meios de comunicação, não

importa de que tendência. Por exemplo, quem leu o informe sobre as eleições equatorianas no *Periscópio* nº 8 deve ter ficado com a impressão de que dificilmente o candidato da esquerda, Rafael Correa, poderia vencer no segundo turno, como acabou acontecendo.

Este é o risco de escrever análises de conjuntura com grandes intervalos, pois no prazo de um mês muita coisa pode mudar, como tão bem demonstrou o ataque de Israel ao sul do Líbano, que foi fragorosamente derrotado e em relação ao qual os governos dos Estados Unidos e, em alguma medida, os da União Européia, que inicialmente se recusavam a propor um cessar-fogo, em menos de um mês tiveram que correr para intermediar uma negociação para cessar as hostilidades e permitir que as tropas israelenses se retirassem de forma menos desonrosa.

Certamente erros ocorreram, mas não foram intencionais e tampouco tiveram o objetivo de formar opiniões, como costumam fazer os órgãos da grande imprensa. O conteúdo desta publicação é vasto, mas mesmo assim ainda é um resumo dos fatos. Porém, espero que seja útil e contribua para informar ainda mais militantes e simpatizantes do movimento social, professores, estudantes e demais interessados no assunto.

Kjeld Jakobsen

Periscópio Internacional nº 1

abril de 2006

NOVOS GOVERNOS ASSUMEM NAS AMÉRICAS

O primeiro novo presidente a assumir o governo de um país este ano foi Evo Morales, em janeiro, na Bolívia, e, além de assumir uma tarefa difícil, carrega também muita expectativa popular devido à sua representatividade e ao sucesso da campanha eleitoral que lhe deu a vitória já no primeiro turno.

Acaba de concluir uma complexa negociação no Congresso Nacional para definir os critérios para convocar uma Assembléia Nacional Constituinte. Embora o Movimiento Al Socialismo (MAS), o partido de Evo, tenha maioria no Congresso, ela não é suficiente para mudar a Constituição e por isso foi preciso chegar a um acordo com a direita.

A socialista Michelle Bachelet assumiu a Presidência do Chile no dia 12 de março com a presença de 120 representantes de governos e colegas como Hugo Chávez, Néstor Kirchner, Tabaré Vázquez e o presidente Lula. Ela é a quarta representante da Concertación, a coalizão governamental formada pelos partidos Democrata-Cristão, Socialista e Radical, a ser eleita desde que as eleições presidenciais diretas foram reintroduzidas no país depois da derrota da ditadura de Pinochet no plebiscito de 1988, que pretendia aprovar uma nova Constituição e prorrogar o mandato do ditador por mais alguns anos.

O Chile teve uma transição da ditadura para a democracia muito mais rápida que no Brasil. No entanto ela foi negociada de maneira a preservar muitos interesses da direita, como vários aspectos da política econômica, impunidade para os envolvidos na repressão política, alto orçamento das Forças Armadas, entre outros. O próprio general Augusto Pinochet foi nomeado senador vitalício com o objetivo de mantê-lo operando politicamen-

te nos bastidores e proporcionar-lhe imunidade diante de eventuais ações jurídicas. Estes acordos deram a maioria no Parlamento à direita por quase 15 anos, a política econômica prosseguiu na rota em que vinha e o Chile atualmente é uma economia extremamente aberta, possuindo dezenas de tratados de livre-comércio bilaterais. Tem alcançado alto crescimento do seu Produto Interno Bruto (PIB), mas a concentração de renda está entre as maiores do continente.

Os dois primeiros presidentes da Concertación foram democratas-cristãos. O terceiro foi o socialista Ricardo Lagos, e foi durante seu mandato que o lado mais corrupto do governo Pinochet foi revelado, além do que já era conhecido no tocante à violação dos direitos humanos. A posse de Bachelet é muito paradigmática por se tratar de uma mulher conhecida por sua grande identificação com o programa do Partido Socialista Chileno e eleita presidente numa sociedade extremamente conservadora. Ela já anunciou a composição de seu ministério: dez mulheres e dez homens.

Também em março deverá tomar posse o presidente eleito no Haiti, René Préval, que já governou o país de 1996 a 2001. É do mesmo partido, Fanmi Lavalas, do presidente Bertrand Aristide, que foi forçado a renunciar em 2003. Desde então o país foi ocupado por tropas da Organização das Nações Unidas (ONU)-Minustah (sigla em francês para Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti) lideradas pelo Brasil, ocupação que a ONU pretende estender, pelo menos, até agosto deste ano.

Se a tutela das tropas da ONU dificulta que o novo presidente governe com total autonomia, a falta de recursos e de assistência da comunidade internacional coloca ainda maiores obstáculos. No caso de países que passaram por fortes conflitos internos, como o Timor Leste e o Haiti, a promessa de assistência para o desenvolvimento demora a se transformar em realidade, enquanto os tradicionais empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial são disponibilizados rapidamente, desde que os governantes estejam de acordo com suas condicionalidades, que normalmente só ampliam as crises.

Além disso, o Haiti, até o momento, não tem um novo Parlamento e a eleição que estava prevista para ocorrer na segunda quinzena de março foi adiada sem especificação de nova data, o que atrapalhará a posse do novo presidente.

O desafio que está posto, no caso dos partidos e governos progressistas e de esquerda, é o que podem fazer para ajudar o Haiti a resolver suas mazelas sociais, buscar o caminho do desenvolvimento e ajudar a reduzir a intervenção dos EUA e da França nos seus assuntos internos. Nunca é demais lembrar que a população se mobilizou fortemente durante as eleições para garantir o resultado, pois havia indícios de fraude no processo eleitoral. Porém, a mobilização também demonstrou a grande expectativa do povo de que seus resultados provoquem mudanças para melhor nesse que é o mais pobre país do continente. A decepção devolverá rapidamente as massas às ruas, principalmente se forças estrangeiras estiverem envolvidas.

Na Costa Rica, em fevereiro, Oscar Sanches Árias foi o vencedor das eleições presidenciais. Ele já havia sido presidente de 1986 a 1990 e em 1987 recebeu o Prêmio Nobel da Paz por sua atuação nas negociações de paz na América Central. Contudo venceu seu oponente Ottón Solís por uma margem de apenas 1,1% dos votos.

Árias foi candidato pelo Partido da Libertação Nacional (PLN), de cunho social-democrata, sem no entanto ter o apoio de alguns próceres do partido, como o ex-presidente Luis Alberto Monge, que o acusavam de servir basicamente a interesses privados. De fato, o vencedor das eleições é um defensor da ratificação do CAFTA-DR, o acordo de livre comércio da América Central e da República Dominicana com os EUA, e também favorável à privatização das telecomunicações. Quando foi presidente pela primeira vez promoveu um duríssimo ajuste estrutural exigido pelo FMI, dando início às primeiras medidas neoliberais implantadas no país.

A rigor o PLN deixou de ser um partido social-democrata clássico há muito tempo. Por exemplo, não existem sindicatos de trabalhadores nas empresas privadas da Costa Rica. Qualquer tentativa de criá-los custa o emprego de quem ousa fazê-lo, às vezes de grupos inteiros de trabalhadores, e não há legislação que impeça esta arbitrariedade.

O seu oponente fora ministro do Planejamento de Árias e à época renunciou por discordar do plano de ajuste estrutural. Candidatou-se pelo Partido de la Acción Ciudadana (PAC), criado em 2002, e já surpreendera naquela ocasião ao eleger 24 deputados federais. Solís chegou muito próximo da vitória numa campanha em que se opunha ao CAFTA e enfatizava a adoção de medidas de participação popular e de combate à corrupção. Sua

ascensão ao segundo lugar rompeu uma tradição de disputa bipartidária entre o PLN e o democrata-cristão PUSC (Partido da Unidade Social Cristã), ambos desgastados por sucessivos escândalos de corrupção.

A direita mais conservadora venceu as eleições parlamentares no Canadá no final de janeiro, mas fará um governo de minoria, o que poderá evitar a aprovação de medidas mais radicais, principalmente uma maior aproximação com a política externa dos EUA. O novo primeiro-ministro chama-se Stephen Harper, substituindo o liberal Paul Martin, cujo partido ocupou o cargo por 11 anos.

O Canadá é um país de características mais européias que norte-americanas em relação ao seu Welfare State (Estado de Bem-Estar Social) e ao seu sistema político-administrativo. Além disso, convive com um forte movimento separatista na província francófona de Quebec. Possui dez províncias que detêm grande autonomia administrativa, inclusive no tocante à legislação trabalhista e às políticas sociais. Aliás, o seu modelo de Welfare State advém historicamente de legislações provinciais implantadas por governos social-democratas em nível local, uma vez que o partido social-democrata, o New Democratic Party (NDP, Novo Partido Democrata) nunca governou em nível nacional.

Possui um sistema parlamentarista em que convivem quatro partidos principais: Conservadores (Tories), Liberais, o Bloco Quebequense e o NDP. O número de cadeiras a partir desta recente eleição ficou distribuído da seguinte forma: Conservadores, 124; Liberais, 103; Bloco Quebequense, 51; e NDP, 29. Foi eleito ainda um deputado independente, completando os 308 assentos do Parlamento.

Um governo de minoria dificilmente aprovará muito de seu programa e tenderá a debilitar-se, o que poderá levar à convocação de novas eleições daqui a dois anos.

No dia 12 de março houve eleições legislativas na Colômbia para eleger 102 senadores e 166 deputados, mas, como de costume, a abstenção foi alta, superior a 50%. A violência cotidiana e o medo criam dificuldades para que os colombianos sigam a tendência progressista do eleitorado latino-americano. Recentemente houve uma grave denúncia sobre o vínculo de importantes candidatos com diferentes grupos paramilitares, o que custou a candidatura de alguns, mas, entre os suspeitos, quase uma dezena foi eleita, e o presidente Uribe conseguiu maioria absoluta no Congresso. O

Pólo Democrático Alternativo (esquerda) cresceu um pouco, atingindo quase 1 milhão de votos, e participará das eleições presidenciais em maio com a candidatura de Carlos Gaviria.

Para as eleições no Peru em 9 de abril próximo (Parlamento Latino e legislativas e presidenciais nacionais) há um empate técnico entre a candidata Lourdes Flores, do Partido Popular Cristiano, que representa a coalizão Alianza Unidad Nacional (direita), e Ollanta Humala, do partido Unión Por el Peru (UPP). Em terceiro lugar vem o ex-presidente Alán García, candidato pela Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA). Este quadro indica a realização de segundo turno em data a ser definida para ocorrer no mês de maio ou junho.

Humala é considerado pela imprensa o candidato que mais se identifica com a “onda de mudanças políticas” que vem ocorrendo na América Latina devido à sua postura nacionalista, muito embora não tenha conseguido trazer a esquerda mais tradicional para a sua coalizão, a qual, por sua vez, o acusa de ser conservador. É tenente-coronel da reserva e seu partido, a UPP, teve entre seus fundadores, em 1994, o ex-secretário-geral da ONU, Javier de Pérez del Cuellar.

É aguardar para ver, pois no caso do ex-presidente Lucio Gutiérrez, do Equador, que frustrou a todos, havia também grande perspectiva de que fosse um governo progressista, mesmo porque era apoiado por várias organizações sociais importantes. De qualquer maneira, Alejandro Toledo, que termina agora seu mandato, deixará uma “bomba” para o sucessor: no dia 7 de abril assinará o Tratado de Livre Comércio com os EUA.

OS PROBLEMAS DA ENERGIA NA EUROPA

A Agência Regulatória de Gás e Eletricidade da Inglaterra acabou de aprovar um aumento de 20% nas respectivas tarifas, elevando a despesa familiar média desta rubrica para algo em torno de mil libras esterlinas anuais, aproximadamente R\$ 3.700,00. O consumo médio naquele país – e na maioria dos demais da Europa Ocidental – varia de 100 a 200 gigajoules (GJ) por pessoa/país/ano (um GJ equivale à energia gerada por 30 litros de gasolina). Nos Países Baixos e na Escandinávia este índice de consumo alcança 200 a 300, enquanto na Polônia, nos países bálticos e em Portugal varia de 0 a 100. A média mundial de consumo é 59 GJ.

Na Inglaterra os dois serviços são privados, e o aumento aprovado pelo governo é insuportável para muitos pensionistas e famílias pobres, pois a inflação dos últimos anos e os reajustes salariais raramente ultrapassaram 1%. A Inglaterra é conhecida hoje como um dos países europeus com o custo de vida mais elevado e com uma mão-de-obra relativamente barata devido às políticas de flexibilização do mercado de trabalho. Nasce daí a expressão *working poor* (trabalhadores pobres). Ao contrário da época do Welfare State, ter um emprego hoje já não garante uma renda suficiente para viver bem, mas apenas o suficiente para as necessidades realmente básicas.

Os reajustes desses serviços têm se tornado cada vez mais comuns, e em outros países europeus, como por exemplo na Holanda, já ultrapassaram os 50% ao longo dos últimos três anos. A privatização de serviços públicos básicos, como eletricidade, gás e água, nos países industrializados do hemisfério Norte tem produzido um novo paradigma de custo de vida para seus cidadãos e mais um ataque ao Estado de Bem-Estar Social, particularmente na Europa.

O aumento dos custos de moradia e serviços públicos básicos, ao mesmo tempo em que os diversos subsídios sociais governamentais são reduzidos, está gerando um novo tipo de exclusão social ao obrigar as famílias mais pobres a optarem entre aquecer suas casas ou se alimentar adequadamente nos países onde, por razões climáticas, a demanda por energia é alta.

O tema da energia tem também provocado outros debates na União Européia. Uma empresa de energia privada alemã, a E.ON, demonstrou interesse em comprar a empresa privada espanhola do mesmo setor, Endesa. A Enel italiana tinha pretensão de adquirir a Suez Lyonnaise des Eaux, pois esta possui uma empresa de energia na Bélgica, a Tractebel. As reações, respectivamente dos governos espanhol e francês, foram as de estimular a fusão entre a Endesa e a Gás Natural, e a Suez Lyonnaise com a estatal Gaz de France.

De acordo com os partidos políticos europeus adeptos do neoliberalismo, esta postura de estimular a formação de fortes empresas nacionais representa a volta ao “velho nacionalismo europeu”, quando o mercado deveria ser liberalizado para constituir empresas com maior escala de produção e comercialização no âmbito europeu, oferecendo assim menores preços para os consumidores. O

que omitem é que nestes serviços a competição é limitada e a economia de escala na verdade representa a formação de oligopólios privados com ainda mais poder do que já detêm para impor os preços que quiserem.

Além disso, a continuidade da ocupação do Iraque e as incertezas que advêm da política dos EUA e de seus aliados conservadores na Europa em relação ao Oriente Médio, são fatores fundamentais para a manutenção do alto preço do petróleo e do gás, bem como do peso desses insumos na matriz energética europeia. Maior liberalização não ajudará nem a paz nem o Welfare State.

PROSSEGUE O ASSÉDIO SOBRE O ORIENTE MÉDIO

Apesar das desculpas apresentadas pelo jornal dinamarquês *Jyllands Posten* devido à publicação de caricaturas do profeta Maomé, os ânimos não se arrefeceram. Os protestos ocorridos em vários países muçulmanos contra instalações diplomáticas ou empresas dinamarquesas e de outros países europeus onde as caricaturas foram reproduzidas já provocaram mais de 20 mortes devido à repressão policial contra os manifestantes. O último fato foi na Líbia, com cerca de seis mortos.

A irresponsabilidade do jornal mexeu com a sensibilidade de um povo que tem a religiosidade como um valor muito forte e serviu “como uma luva” para os grupos islâmicos que se utilizam do fundamentalismo como instrumento político. As manifestações de protesto serviram também para tensionar ainda mais a situação dentro da Europa. Felizmente não aconteceu, mas temia-se tal possibilidade, uma nova explosão de violência envolvendo imigrantes, muçulmanos ou não, como a que ocorreu recentemente na França – e desta vez mais espalhada. Caso ocorresse, a xenofobia aumentaria, novas leis de segurança e antimigração surgiriam, a direita radical se fortaleceria mais ainda e o círculo vicioso prosseguiria.

Outro fato foi a divulgação de novas fotos de torturas e violações de direitos humanos praticadas por militares norte-americanos na prisão de Abu-Ghraib, no Iraque, além do relatório da Anistia Internacional que também denuncia prisões arbitrárias e a prática de torturas naquele país. Os conflitos internos no Iraque entre curdos, xiitas e sunitas se acirraram depois da explosão de uma mesquita xiita em fevereiro.

Os EUA e União Européia puseram-se basicamente de acordo quanto às condições exigidas para conceder ajuda financeira à Palestina depois da vitória do Hamas, bem como quanto às restrições para que o Irã possa dominar a tecnologia de enriquecimento de urânio.

O Irã, que havia suspenso seu projeto de aquisição de tecnologia de enriquecimento de urânio, decidiu retomá-lo há alguns meses, apesar da oposição dos EUA e da União Européia, que querem levar o tema para debate no Conselho de Segurança da ONU, onde esperam obter alguma resolução que permita impor sanções àquele país caso não abandone o programa. O argumento das grandes potências é o risco da nuclearização do Oriente Médio.

Dominar o processo de enriquecimento de urânio é um passo fundamental na construção da bomba atômica, mas também é igualmente importante para produzir o combustível que as usinas nucleares necessitam, sem depender da importação de urânio enriquecido, de custo elevado. O Brasil, por exemplo, está buscando sua autonomia em relação ao enriquecimento, pois tem as usinas nucleares Angra I e II, dois componentes importantes do sistema gerador de energia elétrica nacional e que ainda dependem de combustível nuclear importado.

Contraditoriamente, o governo dos Estados Unidos acabou de assinar um acordo com a Índia oferecendo-lhe tecnologia nuclear em troca da permissão de inspeções internacionais em parte de suas instalações atômicas. A proposta implica a definição, pela Índia, de quais de suas 22 usinas nucleares se destinam a uso militar e quais são para fins de geração de energia de uso pacífico. Dessa forma avalia-se que 65% das instalações passarão a ser inspecionadas.

Além de contraditório, o acordo tende também a provocar outras reações, como por exemplo a da China. Este país e a Índia já tiveram conflitos de fronteira no passado e enquanto a Índia se relacionava com a ex-URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), o parceiro da China na região era o Paquistão. Dificilmente a China vai aceitar este novo *status* de uma Índia ainda mais poderosa, sem adotar medidas. Estas provavelmente serão relações mais estreitas com o Paquistão e apoio a seu programa nuclear.

O acordo com a Índia representa o uso de dois pesos e duas medidas, pois o Irã tem declarado que somente busca esta tecnologia para fins pacíficos, o que é um direito legítimo. Além do mais, este país – ao contrário da

Índia – é signatário do TNP (Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares), o que implica a possibilidade de inspeções regulares por instituições internacionais, como a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). No entanto, os adversários do Irã na região, particularmente Israel, não aceitam esta hipótese e as acusações sobre a existência de um programa nuclear iraniano clandestino com fins militares ressurgem a cada momento.

Por sua vez, o novo presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, ao contrário da política de distensão e de retomada de diálogo com os países ocidentais de seu antecessor, Mohammad Khatami, retomou a retórica antinorte-americana e antieuropéia dos aiatolás mais ortodoxos. Por um lado contribui para aumentar a tensão, mas por outro amplia a influência iraniana na região por meio dos partidos políticos ligados aos setores xiitas, como no Iraque e no Líbano, o que seguramente também motiva a pressão estrangeira sobre o país.

Além de tudo isso, há também o aspecto econômico do comércio de tecnologia nuclear, que representa lucros enormes para quem a detém. Estes países não gostam de dividir a aplicação da tecnologia com ninguém, pois, no mínimo, isso significa maior concorrência e maior poder de negociação dos clientes. A Rússia tem tentado intermediar e ofereceu a possibilidade de implementar um programa conjunto, russo-iraniano, para produzir urânio enriquecido – e desta maneira os objetivos estariam monitorados por uma das grandes potências, que tem poder de veto no Conselho de Segurança da ONU.

No início de março, a AIEA apresentou um novo relatório de análise da situação, que foi remetido para discussão no Conselho de Segurança da ONU, no qual se afirma não ser possível no momento definir se o programa nuclear iraniano é exclusivamente para fins pacíficos. Portanto, a situação continuará tensa por mais tempo, contribuindo para a instabilidade na região e para possíveis aumentos nos preços internacionais do petróleo, embora a China e a Rússia tenham declarado que vetarão medidas de retaliação ao Irã.

Em abril toma posse o novo Parlamento palestino e o novo governo de maioria formado pelo Hamas. Este resultado eleitoral foi embaraçoso para os EUA e a União Européia (UE), pois o pleito foi democrático e ninguém pode questionar sua legitimidade. Mesmo assim, ambos impõem condi-

ções para reconhecer o novo governo e manter a ajuda financeira para a região, principalmente o reconhecimento pelo Hamas do direito de existência de Israel. Este último, por sua vez, decidiu suspender os repasses dos impostos coletados na Faixa de Gaza para a Autoridade Palestina enquanto o partido vencedor das eleições não abandonar a luta armada e reconhecer os acordos existentes entre os dois países.

Será difícil para o Hamas não alterar suas posições tradicionais, uma vez que aceitou participar da disputa político-eleitoral no estreito espaço dos próprios acordos de paz negociados entre a Autoridade Palestina, antes controlada majoritariamente pelo Al-Fatah. Além disso, alguns dos argumentos mais fortes em defesa dos direitos territoriais do povo palestino advêm de resoluções da ONU, tendo sido esta mesma instituição que, em 1948, reconheceu o direito de existência e a independência de Israel. E o que serve para defender os direitos de um deve servir também para defender os direitos de outro.

Se houver eleições livres nos demais países do Oriente Médio, atualmente governados por monarquias ou regimes de partido único, a tendência será eleger partidos com fortes ligações religiosas, particularmente com o islamismo mais fundamentalista, como ocorreu em 1992 na Argélia, motivando um golpe de Estado, com apoio ocidental, para manter o *status quo*, e que gerou um conflito que custou a vida de aproximadamente 150 mil argelinos ao longo da década de 1990.

Algo semelhante ocorre no Egito com o crescimento do peso político da Fraternidade Muçulmana, apesar das restrições eleitorais que a legislação local impõe, bem como o monopólio exercido pelo PND, o partido do presidente Mubarak.

No entanto, isto não significa que a maioria da população árabe seja fundamentalista, mesmo porque o islamismo possui várias vertentes, como, entre outras, a sunita e a xiita, e também diversas formas de interpretar o Alcorão, assim como ocorre também com judeus e cristãos em relação à Bíblia. O elemento-chave que explica esta tendência eleitoral é o desgaste dos atuais governantes e a capacidade de partidos como o Hamas de articular um discurso nacionalista e dialogar com os setores mais pobres da população, oferecendo-lhes a assistência social que o governo não tem proporcionado.

Este partido elegeu seis mulheres em sua bancada parlamentar, as quais anunciam sua disposição para lutar por mudanças na legislação palestina,

de modo a garantir maior igualdade de gênero e alterar itens que atualmente possibilitam casamentos forçados, defesa da honra, salários menores para as mulheres e meninas excluídas da escola. Seu argumento é que estas leis partem dos costumes e tradições, e não do islamismo, que, a rigor, atribui às mulheres o direito de escolha.

ASPECTOS ECONÔMICOS MUNDIAIS: COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

No âmbito do comércio mundial, várias iniciativas progrediram desde o início do ano: a aprovação do Acordo Bilateral de Livre Comércio entre Colômbia e Estados Unidos, no qual o primeiro comprometeu-se a abrir sua economia para produtos industriais, serviços, investimentos e propriedade intelectual em troca de maior acesso ao mercado norte-americano de têxteis.

O comissário europeu para o Comércio, Peter Mandelson, não se manifesta sobre a definição das modalidades de negociação da redução dos subsídios aos produtos agrícolas europeus, mesmo com a aproximação do prazo final (abril) previsto pela conferência da OMC (Organização Mundial do Comércio) em Hong Kong. Propõe, porém, a retomada urgente das negociações entre a União Européia e o Mercosul, provavelmente tentando obter vantagens para a exportação dos bens industriais europeus e consolidar a disposição apresentada por Brasil e Argentina naquela conferência de cortar suas tarifas efetivamente aplicadas de acordo com as discussões do capítulo de NAMA (Acesso a Mercados Não-Agrícolas).

Está mais do que na hora de o movimento social da região promover este debate, pois houve enorme oposição – e que foi vitoriosa – em relação à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), mas praticamente não se vê nenhum questionamento sobre as negociações com a UE, como se o capitalismo europeu fosse melhor que o norte-americano.

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) prepara outro Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) para os países em desenvolvimento. Este acordo, que agora se chama “Quadro Político para Investimentos”, esteve publicado no *site* da organização entre janeiro e fevereiro para comentários dos interessados.

Diferentemente das negociações do AMI que fracassaram em 1998 por falta de consenso entre os países industrializados ao tentarem estabelecer um trata-

do internacional no âmbito da OCDE, agora se está oferecendo um pacote de propostas de aplicação “voluntária” para os países em desenvolvimento.

Estas propostas abordam dez eixos temáticos relativos à facilitação de investimentos: política de investimentos, promoção e facilitação de investimentos, política comercial, política de competição, política fiscal, gestão corporativa, responsabilidade social empresarial, desenvolvimento de recursos humanos, desenvolvimento de infra-estrutura e serviços financeiros e gestão pública.

Elas são dirigidas aos países em desenvolvimento, mas sem considerar o contexto destes países, e têm como objetivo convencê-los a adotar uma série de procedimentos para atrair investimentos. O foco é basicamente a defesa incondicional da abertura econômica e a liberalização de comércio e investimentos como condição *sine qua non* do desenvolvimento. Os investimentos somente virão se os interesses e direitos dos investidores estiverem totalmente cobertos e, em relação a isto, o texto original contém várias “pérolas” que vale a pena mencionar.

A começar pela reforma fiscal, para evitar que uma companhia multinacional seja tributada duas vezes, no seu país de origem e no exterior. Também propõe um sistema de premiação, via redução de impostos, para as empresas que cumprirem corretamente com os procedimentos legais. Também defende a livre remessa de lucros e se opõe a “cargas regulatórias”.

Algumas normas positivas, aceitas e reconhecidas pelos países industrializados, como as “Diretrizes para Multinacionais da OCDE” e a “Declaração Tripartite sobre Multinacionais e Política Social” da Organização Internacional do Trabalho (OIT) estão totalmente excluídas do texto.

A pretensão é aprovar este texto na conferência da OCDE em maio próximo. Embora seja tratado como de adesão voluntária, não há dúvida de que será o parâmetro para as empresas multinacionais européias investirem daqui por diante e, portanto, cabem a denúncia e a pressão para que o governo brasileiro não o aceite.

NOTÍCIAS DO MUNDO DO TRABALHO

A sede da Organização Regional Americana do Trabalho (ORIT) acaba de mudar-se de Caracas, Venezuela, para o quarto andar do nº 367 da rua Formosa, no centro de São Paulo. Damos as boas-vindas a seus dirigentes

(Vítor Baez Mosqueira, Linda Chávez Thompson, Rafael Freire, Amanda Villatoro e Ángel Zerpa Mirabal) e funcionários, desejando-lhes sucesso na luta sindical.

Grandes mobilizações de estudantes e trabalhadores estão ocorrendo na França contra a proposta de reforma da legislação trabalhista do primeiro-ministro Dominique de Villepin. Uma das principais divergências diz respeito à política de emprego para os jovens. Pela proposta, as empresas que empregarem trabalhadores com até 26 anos de idade receberão um subsídio governamental, porém poderão demiti-los sem aviso prévio, o que estimulará as empresas a lançar mão desta modalidade de contratação em detrimento de empregos estáveis, pois o custo será menor.

As universidades já se encontram em greve e é possível que os trabalhadores também adiram. Já começam a surgir comparações entre as mobilizações de 2006 e as barricadas de 1968. Há tentativas de promover negociações com vistas a mudanças das partes negativas da lei, mas não é certeza que ocorram. De qualquer maneira, o CPE (Contrato de Primeiro Emprego) atrapalhará os planos eleitorais de Villepin e Chirac.

Uma das notícias tristes do mês foi a morte de mais de 50 trabalhadores, além de dezenas de feridos em estado crítico, num incêndio ocorrido numa fábrica de têxteis nos arredores da cidade de Chittagong, em Bangladesh. A ampla maioria das vítimas era de mulheres e a tragédia só não foi maior porque o incêndio ocorreu durante a troca de turnos.

Há mais de 4 mil indústrias têxteis naquele país, a maioria em péssimas condições de segurança – além de oferecerem condições de trabalho extremamente precárias, tanto em termos de jornada, quanto em termos de salários. Bangladesh é um daqueles países onde as empresas, geralmente multinacionais ou ligadas às suas cadeias produtivas, estão isentas do pagamento de impostos e da obrigação de cumprir a legislação trabalhista nas ZPES (Zonas Processadoras de Exportação) ou “Zonas Francas”.

As ZPES se espalharam sobremaneira à medida que se aprofundava a liberalização do comércio mundial a partir do início dos anos 1990. Na América Latina são conhecidas como *maquilas* porque geralmente são empresas apenas de montagem de manufaturas, principalmente produtos têxteis, vestuário, calçados e eletrônicos. Estão presentes na maioria dos países da América Central e do Caribe, no México, na África do Norte e do Sul, no

Sudeste Asiático e no Leste Europeu. Os salários dos trabalhadores nestas empresas são menores que US\$ 0.50 por hora, o equivalente a aproximadamente R\$ 1,00.

Não há como não lembrar que há mais de cem anos ocorreu, numa indústria têxtil em Nova York, um fato semelhante a este de Bangladesh, que motivou a celebração do Dia Internacional da Mulher em 8 de março. Sinal que temos ainda que lutar muito para assegurar a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

ELEIÇÕES NA ITÁLIA

As eleições legislativas de 9 de abril na Itália apresentam dois fatos muito importantes. Pela primeira vez os italianos e seus descendentes (os que têm passaporte italiano) que vivem no exterior terão direito a votar em deputados e senadores. No caso da América Latina, há grandes comunidades com direito a voto, principalmente na Venezuela, no Brasil, no Uruguai e na Argentina. O continente deverá eleger de dois a três deputados e um ou dois senadores.

O segundo fato é que a coalizão de centro-esquerda – *L'Unione* – liderada por Romano Prodi está à frente nas pesquisas, apesar do domínio do atual primeiro-ministro Sílvio Berlusconi sobre os meios de comunicação na Itália.

O mau desempenho da economia nos últimos anos, a mudança de leis trabalhistas que retirou uma série de direitos dos trabalhadores, o aumento da idade de aposentadoria e o envolvimento da Itália na Guerra do Iraque contribuíram para o desgaste do governo Berlusconi. Uma vez confirmada esta notícia, será um revés importante para o neoliberalismo e um passo adiante na busca da paz no Iraque.

BUSH COM SUA POPULARIDADE EM BAIXA

O desleixo do presidente, o risco de guerra civil no Iraque e as contradições de suas declarações sobre as medidas adotadas para prevenir os efeitos do furacão Katrina aumentam as chances dos democratas nas eleições legislativas deste ano, quando o Congresso se renova. O presidente Bush encontra-se no seu patamar mais baixo de popularidade desde o

início da guerra no Afeganistão. Até uma moção de censura está sendo articulada no Congresso.

Acabou de ser divulgada a cópia de uma videoconferência de Bush na qual ele, às vésperas da chegada do furacão, era alertado por técnicos do governo sobre as possíveis conseqüências do maior e pior dos furacões, e respondia que o governo estava preparado para enfrentá-lo, não apenas durante a tormenta mas também depois. Quando o estrago se revelou, com os mais de 1.300 mortos e milhares de feridos, Bush declarou que a intensidade do fenômeno fora muito maior que o esperado e que o governo não estava preparado para enfrentar um desastre daquela dimensão.

Até setores do seu próprio partido, o Republicano, começam a se afastar para não perder votos nas eleições que se aproximam e já começam a falar na candidatura do senador McCain para presidente em 2008. Embora do círculo de Bush, a atual secretária de Estado, Condoleezza Rice, já começa a se movimentar. Caso ela viabilize sua candidatura, poderá encontrar do outro lado ninguém menos que a democrata Hillary Clinton.

ESTADO DE EXCEÇÃO NAS FILIPINAS

Menos de um dia após a celebração do aniversário de 20 anos do movimento popular que derrubou a ditadura Marcos no dia 24 de fevereiro de 1986, a presidente Gloria Arroyo decretou Estado Nacional de Emergência, com o apoio do Exército, visando neutralizar toda a oposição, desde a política, expressa no Parlamento e nas ruas, até a oposição armada do grupo comunista Exército do Povo, que após um razoável período de retração de suas atividades voltou à cena.

O momento foi escolhido de propósito, uma vez que todos os grupos progressistas estavam engajados nas manifestações de comemoração do fim da ditadura, sendo fáceis de serem identificados e detidos. Diversos parlamentares, sindicalistas e ativistas da oposição foram presos sem acusação formal e pelo menos um jornal foi ocupado pela polícia. Posteriormente, o governo emitiu a “ordem geral nº 5” para restaurar a “paz e a ordem”, que, como nos tempos de Marcos, foi novamente interpretada pelo Exército e pela polícia como uma proibição para a realização de manifestações, mesmo as pacíficas.

As organizações democráticas nas Filipinas apelam às organizações similares em todo o mundo para que convençam seus respectivos governos a não reconhecer esta medida tomada pela presidente Arroyo e para pressionar o governo filipino a restaurar a ordem democrática.

Periscópio Internacional n° 2

maio 2006

LA MARCHA

No final do ano passado, a Câmara dos Deputados norte-americana aprovou o projeto de lei Sensenbrenner-King sobre imigração nos Estados Unidos, de autoria destes dois parlamentares republicanos. Se for aprovada no Senado e sancionada por George Bush, transformará os cerca de 12 milhões de imigrantes não-documentados nos EUA, inclusive mais de 1 milhão de brasileiros, em criminosos, assim como aqueles que os ajudarem de alguma forma.

O assédio aos imigrantes tem se intensificado no plano judiciário. Por exemplo, dois anos atrás, um Tribunal do Trabalho rechaçou a reclamação de um trabalhador mexicano pelo simples fato de não estar legalmente no país, embora seu patrão ostensivamente não pagasse os salários corretamente.

A iniciativa dos republicanos é mais uma que nasce da xenofobia pós-11 de setembro. A intenção é devolver os latino-americanos aos seus países de origem e somente aceitar trabalhadores imigrantes como “trabalhadores convidados e temporários”.

A perspectiva de uma decisão final no Senado levou principalmente a população latino-imigrante a organizar grandes mobilizações contra a lei, com centenas de milhares de participantes que vêm colorindo as ruas de Los Angeles, Dallas, Chicago e muitas outras. Estas manifestações são as maiores no país desde a campanha pelos direitos civis e os protestos contra a Guerra do Vietnã nos anos 1960-70.

Houve uma tentativa do Senado de gerar uma proposta alternativa que dividiria os imigrantes em três grupos. Os com mais de cinco anos de residência nos EUA teriam direito a visto de permanência desde que estivessem

empregados, não tivessem antecedentes criminais e pagassem seus impostos atrasados. O segundo grupo, com três a cinco anos de residência, receberia visto temporário de trabalho imediatamente, desde que retornassem aos seus países de origem para solicitá-lo. Os com menos de três anos teriam que voltar aos seus países e se inscrever no programa de trabalho temporário, para o qual seriam convidados a participar desde que houvesse vagas.

Esta proposta permitiria que até 60% dos imigrantes permanecessem e que outros 20% a 30% retornassem com vistos temporários, e que cerca de 10% fossem enviados de volta aos países de origem com perspectivas de algum dia voltar aos Estados Unidos. No entanto, ela não obteve o número de votos suficiente no Senado para transformar-se em lei. Este entrou em recesso por duas semanas, mas as mobilizações, *La Marcha*, continuam com os trabalhadores imigrantes reivindicando soluções para sua situação.

Como diria o legendário César Chávez, presidente falecido do United Farm Workers, quando, nos anos 1960 e 1970, organizava e mobilizava trabalhadores imigrantes na agricultura com muitas dificuldades: *Si, si puede!* Hoje a comunidade latino-americana é a que tem maior peso político no país entre as diferentes comunidades étnicas, como os afro-americanos, asiáticos, indígenas e outros. Prometem manifestações ainda maiores para o dia 1º de maio (leia mais em <<http://counterpunch.org>> “All eyes on May Day – A real day without Mexicans?”).

DIVERGÊNCIAS ENTRE ARGENTINA E URUGUAI

Há um tratado assinado há vários anos por Argentina e Uruguai definindo a administração compartilhada do rio Uruguai na fronteira entre os dois países, inclusive os devidos cuidados com sua preservação ambiental. Em 2004 foi anunciado o investimento de cerca de US\$ 1,8 bilhão de duas grandes empresas multinacionais de papel e celulose, respectivamente a finlandesa Botnia e a espanhola Ence, para construir suas fábricas à beira do lado uruguaio do rio, no município de Fray Bentos.

Aparentemente não havia controvérsias, mas quando estas empresas iniciaram a construção no final do ano passado, teve início também um movimento de protesto da população da cidade de Gualeguaychú, na província

argentina de Entre Ríos. Esta mobilização era liderada por ambientalistas que argumentavam que o rio seria poluído pelas empresas, embora haja técnicos argentinos que afirmem o contrário.

Obtiveram o apoio do governador da província e rapidamente os ativistas tiveram força suficiente para bloquear a passagem de veículos na ponte que une os dois países. Esta atitude causou danos razoáveis às exportações uruguaias, e o clima entre os dois governos deteriorou-se substancialmente. No entanto, durante a posse da presidente Bachelet do Chile, em março último, os presidentes Néstor Kirchner, da Argentina, e Tabaré Vasquez, do Uruguai, anunciaram que as obras das empresas seriam suspensas por 90 dias e que o tráfego nas pontes seria liberado. A intenção era anunciar um acordo em poucas semanas, o que seria feito durante um encontro formal entre os dois governantes no final daquele mês.

Isto não ocorreu e o bloqueio na ponte foi retomado. A Argentina quer levar o assunto para discussão no Tribunal de Haia, organismo de solução de controvérsias previsto no Tratado do Rio Uruguai, enquanto o Uruguai solicita a interferência do Grupo Mercosul para dirimir o impasse.

Este assunto, aparentemente de fácil solução, foi “politizado” e se transformou em causa nacional em cada um dos países, gerando enorme impasse não somente entre os dois governos, mas para o Mercosul como um todo. A percepção da sociedade uruguia é de que os países grandes da região, Argentina e Brasil, não se preocupam com o desenvolvimento dos países menores e dificultam o recebimento de investimentos. Além disso, têm reduzido as importações de bens uruguaios.

Setores da Frente Ampla, coalizão partidária que hoje governa o Uruguai, com o apoio do ministro da Economia e Finanças, Danilo Astori, chegaram a levantar a hipótese de retomar as negociações do acordo comercial com os EUA, hoje um dos principais destinos das exportações uruguaias. O presidente Tabaré Vasquez, numa reunião ministerial, desautorizou qualquer expectativa nesta direção, e posteriormente a intervenção do chanceler Reinaldo Gargano, numa reunião partidária, também descartou esta possibilidade. Portanto, por ora, o risco está afastado.

Para que o Mercosul avance é necessário que as assimetrias e desigualdades entre os países participantes sejam reduzidas. As ações concretas para cumprir este desafio dependem, principalmente, dos países maiores, que

terão que ceder mais nas negociações comerciais e aplicar mais recursos na integração, para que as economias menores se fortaleçam mais rapidamente. Isto deveria ser entendido como um investimento que os maiores fariam agora para colher resultados mais adiante em termos de acesso a mercados em crescimento.

É justa a preocupação argentina com a preservação ambiental do rio Uruguai, mas é lamentável a forma como foi manifestada, ainda mais em se tratando de dois governos progressistas. Tanto na Argentina quanto no Brasil existem muitas indústrias de papel e celulose, e neste momento há propostas de novos investimentos, não apenas das duas plantas no Uruguai como também da VCP e da Stora-Enso no sul do Brasil.

É verdade que há controvérsias quanto ao impacto ambiental destas indústrias pelo fato de normalmente adquirirem grandes áreas no seu entorno para plantar eucaliptos e/ou pinheiros, sua matéria-prima, o que concentra terra e provoca alterações na biodiversidade local. No entanto o impacto na atmosfera e na bacia hidrográfica, que é dramático nas indústrias mais antigas, foi muito melhorado com a utilização de novas tecnologias.

A suspensão da construção proposta anteriormente oferecia o prazo necessário para que novas análises fossem feitas para eliminar as preocupações argentinas. Porém, atrasar ainda mais a construção obrigará o governo uruguaio a pagar multas às empresas e, finalmente, o bloqueio à ponte prejudicará a todos, uma vez que produtos brasileiros destinados à Argentina também passam por ali.

Portanto, é uma questão política do Mercosul, e o Grupo Mercado Comum terá que se posicionar sobre a questão.

BOLÍVIA REGULAMENTA A LEI DA ENERGIA

O governo de Evo Morales na Bolívia está prestes a apresentar um decreto para regulamentar a exploração de petróleo e gás, nacionalizando suas reservas. Estas haviam simplesmente sido vendidas a uma série de empresas multinacionais, inclusive a Petrobras, durante governos anteriores.

O objetivo do decreto é regulamentar a Lei 3.058 da Energia, aprovada em 2005, fruto das fortes mobilizações populares que acabaram levando ao

afastamento de dois presidentes durante um mesmo mandato: primeiramente Gonzalo Sanches de Lozada, e depois Carlos Meza, seu sucessor.

O conteúdo da lei visa colocar a administração, a propriedade, os preços e a comercialização dos hidrocarbonetos sob controle do governo boliviano, de acordo com o ministro dos Hidrocarbonetos, André Soliz (leia mais em <www.estado.com.br> de 15/4/2006). A exploração adequada dos recursos naturais bolivianos, particularmente o gás natural, é a chave para o desenvolvimento deste que é um dos países mais pobres da América Latina.

A medida deverá enfrentar resistência das empresas multinacionais sob o argumento de que representa uma mudança nas regras do jogo e quebra de contrato. Ora, é legítimo que um governo soberano mude suas leis, ainda mais atendendo às reivindicações do povo, e as grandes empresas não podem perpetuar regras somente porque são beneficiadas por elas.

O governo brasileiro, por meio da Petrobras, jogará um papel extremamente importante para assegurar um bom resultado neste processo, pois é considerado um parceiro preferencial pelo governo Morales.

O QUADRO POLÍTICO-ELEITORAL NA REGIÃO

No mês de março houve eleições municipais em *El Salvador* e a grande questão era como a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) se sairia após o mau resultado obtido nas últimas eleições presidenciais e algumas cisões internas no partido.

A Frente manteve o mesmo nível de votos da eleição municipal passada, em torno de 700 mil. Perdeu em algumas cidades e ganhou em outras. Porém manteve o poder na capital San Salvador, apesar de a direita ter jogado pesado na disputa e o atual prefeito, Carlos Zamora, ter deixado o partido. A nova prefeita é Violeta Menjivar.

Nas eleições presidenciais do Peru, alguns avaliavam que Ollanta Humala, da coalizão Unión Por el Peru (UPP), pudesse vencer no primeiro turno (leia mais no *Periscópio* nº 1). No entanto, o resultado seguiu a previsão das pesquisas divulgadas até uma semana antes de pleito. Humala obteve 31% dos votos e a UPP fez a maior bancada de deputados no congresso. A disputa no segundo turno será com Alán García, da Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA), que obteve 24,5% dos votos (leia mais no www.alainet.org>

“Peru: Desenlace y via crucis” e “Peru: Los riesgos del caudillismo”) e passou à frente da candidata direita Lourdes Flores por pequena diferença.

A APRA é um partido com origem de esquerda e “latino-americanista” fundado nos anos 1920. Seu líder histórico e mais conhecido, Haya de la Torre, venceu várias eleições presidenciais, mas os militares sempre o impediram de governar. Hoje, o partido seria classificado como social-democrata.

Alán García já governou o país de 1985 a 1990, tendo sido contemporâneo de Sarney no Brasil, Alfonsín na Argentina e Carlos Andrés Pérez na Venezuela. Saiu muito desgastado. Por um lado, foi pressionado pela comunidade financeira internacional, que negava novos créditos e recursos ao Peru por ele haver unilateralmente limitado o pagamento da dívida externa a 10% das exportações, e, por outro, foi constrangido no plano interno pelas guerrilhas do Sendero Luminoso e do Tupac Amaru.

Ao término de seu mandato, a inflação era de 3.500% e a sensação de insegurança junto à população era total, o que abriu caminho para o governo Fujimori, que seguiu as orientações do Consenso de Washington e promoveu um profundo ajuste neoliberal. Fujimori também combateu a guerrilha, prendendo seus principais líderes, como Abimael Guzman, do Sendero Luminoso, e praticamente a dizimou à custa da violação dos direitos humanos.

O segundo turno das eleições será em junho e a lógica indica que Alán García tem maiores chances de herdar os votos dos candidatos mais à direita, Lourdes Flores e Valentín Paniagua, consagrando-se vencedor.

Já os partidos de esquerda mais tradicional, Partido Socialista Peruano, Partido Comunista Peruano e Patria Roja, não elegeram parlamentares por não atingirem o patamar suficiente para ultrapassar a cláusula de barreira de 4% dos votos prevista na lei eleitoral.

Álvaro Uribe, o candidato presidencial direita à reeleição na *Colômbia*, continua como franco favorito para vencer as eleições presidenciais em maio, apesar do mais recente escândalo que revelou a infiltração de elementos paramilitares na DAS, organismo de segurança governamental (leia mais em <www.cambio.com.co>). No entanto, quem está em segundo lugar é o candidato da esquerda, Carlos Gaviria, pelo Pólo Democrático Alternativo.

Embora as perspectivas políticas para o país não sejam boas na hipótese de um segundo mandato de Uribe, a disputa eleitoral é inusitada porque

pela primeira vez a polarização não ocorre entre candidatos do Partido Conservador e do Partido Liberal.

No *México*, o candidato do Partido da Revolução Democrática (PRD), López Obrador, continua na frente do candidato Felipe Calderón do Partido Ação Nacional (PAN) do atual presidente Vicente Fox, embora sem distanciar-se muito, o que indica uma disputa renhida, uma vez que ainda faltam cerca de dois meses para o pleito de turno único e a direita mostra-se capaz de qualquer coisa para permanecer no poder.

O PAN acusa López Obrador de possuir fortes ligações com o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, avaliando que isto poderá prejudicá-lo eleitoralmente, tendo em vista conflitos diplomáticos havidos no ano passado entre os dois países. É uma tentativa de explorar o nacionalismo do povo mexicano.

O PRD foi fundado em 1989, após as eleições disputadas entre Carlos Salinas de Gortari, pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI), e Cuauhtémoc Cárdenas, filho do general Lázaro Cárdenas, artífice do período desenvolvimentista do México que governou o país entre 1934 e 1940. Cárdenas, que havia rompido com o PRI, candidatou-se pelo pequeno Partido Socialista Mexicano, mas Salinas foi alçado à Presidência, apesar de sérios indícios de fraude eleitoral, e o PRD se viabilizou um pouco depois com a participação de dissidentes do PRI, comunistas e agrupamentos menores.

A popularidade de López Obrador advém do seu bom desempenho à frente do governo da capital do país, a Cidade do México, do desgaste do PRI, devido à corrupção e a métodos violentos de ação política, e do PAN, devido ao seu governo de gestão neoliberal e ineficiente. Além disso, ele optou por fazer uma campanha de contatos pessoais e diretos com a população, visitando o país todo de automóvel. Suas chances aumentarão se a abstenção eleitoral for baixa.

Por fim, na *Nicarágua*, Daniel Ortega deverá se apresentar mais uma vez como o candidato presidencial da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). Será a terceira vez depois que perdeu a Presidência para uma coalizão de centro-direita liderada por Violeta Chamorro em 1990.

Desta vez a FSLN está tentando ampliar o leque de alianças, abrindo a possibilidade de oferecer a Vice-Presidência para um representante de al-

gum partido mais ao centro. A eleição será em 5 de novembro e haverá segundo turno se nenhum candidato obtiver 45% dos votos no primeiro.

No entanto, apesar desse esforço dos sandinistas, o novo embaixador dos EUA, Paul Trivelli, nomeado em 2005, afirmou à imprensa que faria todos os esforços para unir os partidos de direita, os quais ele chama de democráticos, em torno de seu próprio candidato.

GOVERNO DOS EUA DE OLHO NA TRÍPLICE FRONTEIRA

No dia 4 de abril, um representante do Departamento de Estado Norte-americano depôs no Congresso dos Estados Unidos sobre as iniciativas do governo para combater “lavagem de dinheiro” nos três países que compõem a região da Tríplice Fronteira – Argentina, Brasil e Paraguai.

Ele argumentou que a representativa comunidade proveniente do Oriente Médio que vive em Puerto Meira, na Argentina, Foz do Iguaçu, no Brasil e Ciudad del Leste, no Paraguai poderia abrigar membros do Hamas e do Hezbollah e coletar recursos para financiar estes dois grupos.

Para combatê-los o governo norte-americano pretende instalar “Unidades de Transparência Comercial” nos três países para verificar a origem e o destino das transações comerciais, informando os governos, inclusive o norte-americano, de distorções que poderiam representar possíveis fraudes, lavagem de dinheiro ou financiamento de terrorismo.

Afirmou ainda que o Departamento de Estado atua junto aos governos dos três países para fortalecer sua capacidade para lidar com crimes financeiros por meio de adequações legislativas e que está também proporcionando treinamento e assistência técnica às polícias argentina, brasileira e paraguaia para combater a pirataria de propriedade intelectual, embora não se saiba se esta seria uma forma de financiar o terrorismo. Comenta-se que a pressão para fechar a agência do Banco do Brasil em Ciudad del Leste também faz parte da estratégia norte-americana.

Como de costume, os norte-americanos sugerem que a Tríplice Fronteira está sem controle e que, portanto, caberia a eles esta missão, o que, além de ser um inaceitável atentado à soberania das três nações, permitirá que seja monitorado o fluxo de comércio do Mercosul, obtendo informações estratégicas para sua própria política comercial internacional.

BERLUSCONI PERDE AS ELEIÇÕES PARLAMENTARES NA ITÁLIA

O resultado das eleições para deputados e senadores na Itália revelou a divisão política do país. A disputa deu-se entre dois blocos de partidos: a coalizão de centro-direita Casa das Liberdades, liderada pelo primeiro-ministro Silvio Berlusconi, e a coalizão de centro-esquerda União (*L'Unione*), encabeçada pelo ex-primeiro-ministro Romano Prodi, que venceu por uma pequena diferença de 25 mil votos (0,1%), entre os coletados em território italiano.

Esta pequena margem foi surpreendente, diante do apoio institucional que Prodi tinha na opinião pública europeia, bem como na classe média e de empresários italianos. O mau desempenho da economia italiana, a participação italiana na ocupação do Iraque e os arroubos autoritários de Berlusconi apresentavam Prodi como o candidato do bom senso.

Entretanto ele somente terá maioria nas duas Casas legislativas devido à reforma eleitoral promovida pelo governo que está saindo e que alterou o critério para assegurar maioria mais folgada, um mínimo de 340 cadeiras na Câmara dos Deputados, para o partido mais votado, mesmo que não alcance 50% + 1 dos votos, e permitiu que os italianos residentes no exterior pela primeira vez também votassem. A expectativa, nesse caso, era que estes tivessem uma postura mais conservadora, o que não se revelou verdadeiro. Esta reforma obviamente visava beneficiar a direita quando as eleições ocorressem, mas o tiro saiu pela culatra.

A composição da Câmara deu 348 deputados a Prodi e 281 a Berlusconi e no Senado são respectivamente 158 a 156 senadores para cada bloco. Foram os votos dos italianos residentes no exterior que deram a maioria à coalizão de Prodi no Senado, pois, dos cinco senadores possíveis de serem eleitos pelo exterior, a União elegeu quatro.

Chamaram atenção a virulência e a falta de escrúpulos da campanha de Berlusconi. Abusou diversas vezes do fato de possuir a maior rede de comunicações da Itália, usando-a a seu favor, à revelia da lei. Às vésperas da eleição concedeu uma entrevista a um de seus próprios canais de televisão, o que foi ilegal, pois a mesma oportunidade teria que ser dada ao outro candidato e não o foi.

Utilizou-se de linguagem de baixo calão para referir-se às pessoas que votavam na oposição e para atacar a presença do partido *Refundazione Co-*

munista na coalizão de Prodi. Chegou a dizer que os comunistas chineses na época de Mao Tse-Tung “cozinham bebês para fazer adubo”. O último ato foi classificar a eleição de fraudulenta e pedir recontagem de votos, como se não fosse o próprio governo a controlá-la. A recontagem foi realizada e o resultado foi confirmado.

A pedido de recontagem foi o argumento formal para que os governos dos EUA e do Reino Unido não se manifestassem sobre o resultado nos primeiros dias após as eleições. O provável motivo da desfeita é que Prodi já anunciou que uma de suas primeiras medidas será retirar os cerca de 3 mil soldados italianos que hoje estão no Iraque, o que não quer dizer que vá fazer um governo exatamente progressista no que tange à economia, uma vez que o crescimento do PIB italiano foi baixo e os índices do déficit orçamentário e da dívida pública estão superiores ao exigido pelos acordos da União Européia.

Qualquer semelhança com a campanha eleitoral brasileira deste ano, que, diga-se de passagem, nem sequer começou oficialmente, não é mera coincidência. Esta postura agressiva da direita não ocorre somente na Itália. As eleições governamentais têm se tornado cada vez mais ideológicas entre a direita e o campo de centro-esquerda, mesmo quando este tem programas moderados.

Em recente visita ao Brasil, a presidente da Finlândia, Tarja Halonen, recém-eleita para cumprir mais um mandato, comentou que iniciou a campanha eleitoral com popularidade suficiente para vencer no primeiro turno, porém só ganhou no segundo porque os ataques do principal candidato da direita foram muito intensos, não poupando mesmo sua vida pessoal, além da acusação de comunista/socialista. Segundo ela, a campanha eleitoral na vizinha Suécia segue a mesma linha.

Portanto, o que estamos assistindo no Brasil, com toda a movimentação da direita e da elite contra o PT e o governo Lula, não é um fato isolado e relacionado exclusivamente com a conjuntura brasileira. Aparentemente o neoliberalismo está tentando retomar sua agenda política e econômica mais ortodoxa.

O CESSAR-FOGO DO ETA

O agrupamento clandestino Euzkadi Ta Askatasuna – ETA (Pátria Basca e Liberdade) anunciou recentemente que decretou o cessar-fogo permanen-

te e que estaria disposto a prosseguir sua luta pela autonomia do País Basco por outros meios. Embora não seja reconhecido oficialmente, tudo indica que está em curso uma negociação entre o ETA e o governo socialista da Espanha visando assegurar a deposição das armas e a integração desse grupo à via política institucional.

O ETA foi criado em 1953 por dissidentes do Partido Nacionalista Basco com um braço armado e outro político para resistir ao governo Franco e lutar pela emancipação do País Basco. O Generalíssimo Francisco Franco, além de impor uma ditadura em toda a Espanha, não concedeu nenhum grau de autonomia aos bascos e ainda tentou estabelecer uma política de migração forçada para que a presença destes nacionalistas nas províncias de Biscaia, Guipuzcoa, Navarra e Alava se reduzisse. Uma das ações mais conhecidas do ETA foi o atentado que em 1974 matou o almirante Luis Carrero Blanco, já apontado como sucessor de Franco.

Pouco depois teve início a redemocratização da Espanha, e embora tenha havido iniciativas para ampliar a autonomia de várias regiões onde havia nacionalidades específicas, o resultado não as satisfaz. O ETA prosseguiu com sua campanha armada, mas chocou-se com a opinião pública contrária à solução por este meio. O assassinato de policiais e políticos pelo ETA ao longo dos últimos anos tem sido respondido por mobilizações de milhões de pessoas contra a violência e o terrorismo.

Ironicamente a tentativa do ex-primeiro-ministro José María Aznar e de seu Partido Popular de imputar ao ETA as explosões de bombas no metrô de Madri às vésperas das eleições legislativas em 2004 custou-lhes a vitória, pois tentaram comprometer o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), por supostamente já estar mantendo contatos extra-oficiais com o agrupamento basco. Porém, um dia antes das eleições tornou-se público que os autores haviam sido terroristas, provavelmente ligados a Al-Qaeda, e que o governo sabia. A população castigou esta manobra nas urnas.

O desejo de autonomia de regiões como a Catalunha e o País Basco é um fato político real. Os habitantes dessas regiões têm culturas milenares, idioma próprio e à medida que suas economias se fortalecem esta vontade aumenta. Com o fim das ações armadas do ETA, se ampliam as chances para que este processo ocorra de forma democrática e negociada.

UNIÃO EUROPÉIA IMPÕE SANÇÕES À BELARUS

Recente reunião de ministros da União Européia (UE) decidiu retaliar o governo da Belarus proibindo 31 altos funcionários de viajar para a Europa, inclusive o presidente Alexander Lukashenko, devido à recente fraude nas eleições presidenciais naquele país e a contumazes denúncias de violações de direitos humanos.

Belarus, antes conhecida como Bielo-rússia, e Ucrânia interpõem-se geograficamente entre a Rússia e a UE. Os países membros mais avançados desta última na direção leste são a Lituânia, a Polônia e a Romênia, um dos próximos a ser admitido. Belarus adquiriu independência da antiga União Soviética em 1991, e Lukashenko foi eleito presidente em 1994, permanecendo no poder até hoje à custa de fraudes eleitorais, repressão e desaparecimentos de opositores políticos, integrantes da imprensa e sindicalistas.

No ano passado também houve eleições presidenciais na Ucrânia, disputadas entre um candidato da situação apoiado por Putin e um ex-ministro apoiado por UE e EUA, que se apresentou como candidato da oposição. Com a vitória do primeiro, sob suspeita de fraude, ocorreu uma grande mobilização, conhecida como a “Revolução Laranja”. Esta teve o apoio político da UE e dos EUA e forçou a realização de uma nova eleição presidencial, que foi vencida pela oposição. Mais do que uma iniciativa em defesa da democracia, nem sempre respeitada pelos governos dos países que faziam parte da ex-União Soviética, a pauta na verdade é a redução do peso geopolítico e econômico da Rússia.

Porém, embora a estratégia seja expandir a influência européia para o Oriente em direção à Rússia e à Turquia, isto aparentemente não foi “combinado com os russos”. O presidente Vladimir Putin, que já se prepara para alterar a lei para que possa disputar um terceiro mandato, utiliza-se de poderosos instrumentos para preservar seus interesses.

Um deles é o *status* de potência nuclear e membro do Conselho de Segurança da ONU com poder de veto e o outro é o fato de ser um supridor fundamental de gás natural para a Europa. A nova primeira-ministra da Alemanha, Angela Merkel, já suavizou muito suas posições ante a Rússia, e o ex-chanceler Gerard Schroeder acaba de assumir a presidência de um consórcio empresarial russo-germânico de transmissão de gás natural. Putin

acabou de decidir que o gasoduto em construção, que suprirá a Europa, não atravessará a Ucrânia, em retaliação à eleição da oposição no ano passado. Ou seja, esta disputa ainda renderá muita polêmica.

ELEIÇÕES PARLAMENTARES EM ISRAEL

Em 28 de março houve eleições para compor o Parlamento de Israel e o resultado para a distribuição das 120 cadeiras foi o seguinte:

PARTIDO	Nº de cadeiras	Posição ideológica
Kadima	29	Centro-direita
Partido Trabalhista	20	Centro-esquerda
Shas	12	Religioso
Likud	12	Direita
Yisrael Lieberman	12	Extrema direita
Partido dos Aposentados	7	N.I.
Judaísmo do Torah	6	Religioso (direita)
Meretz	4	Esquerda
Outros	18	Outros

A abstenção de 37% foi considerada alta e não houve a tradicional polaridade entre o Likud e o Partido Trabalhista, uma vez que o primeiro se dividiu com a saída do ex-primeiro-ministro Ariel Sharon e seu grupo que criaram um novo partido político chamado Kadima (*Avante*). Os trabalhistas, por sua vez, substituíram Shimon Peres na presidência do partido pelo ex-presidente da central sindical israelense Histadrut, Amir Peretz. Após a derrota interna, Peres também se uniu ao Kadima e nesse meio tempo Sharon sofreu um derrame cerebral, incapacitando-se, e foi substituído no governo e no partido por Ehud Olmert.

A mudança de direção no Partido Trabalhista, resgatando suas posições social-democratas tradicionais, e mesmo o aparecimento de partidos como

o dos Aposentados e o Lechem (Pão) fizeram com que os temas sociais tivessem grande destaque no debate eleitoral, apesar das preocupações com o conflito entre israelenses e palestinos, diante do novo quadro de retirada unilateral da Faixa de Gaza e da vitória eleitoral do Hamas. A campanha de Amir Peretz propunha reformas sociais e aumento do salário mínimo para US\$ 1.000.

Hoje Israel gasta 30% do seu orçamento em segurança e apenas 6% em políticas sociais. A taxa de desemprego da população israelense é de 9% e o salário mínimo equivale a US\$ 700. Entre 1990 e 2005 aumentou de 15% para 20,5% o número de famílias em Israel que vivem abaixo da linha de pobreza. Entre os idosos o percentual alcança 25% e muitos deles sobrevivem graças à caridade pública. A responsabilidade por isso se deve às medidas econômicas neoliberais adotadas por Benjamin Netanyahu quando foi primeiro-ministro, antes do governo Sharon, e depois, quando foi seu ministro da Finanças.

O resultado para os trabalhistas foi bom, mas a tarefa de compor o novo governo cabe ao Kadima, que fez sua campanha basicamente defendendo a proposta de retirada da ocupação israelense da parte dos territórios da Cisjordânia, onde a população palestina é absolutamente majoritária. Assim definiria unilateralmente as fronteiras de Israel. Esta posição contaria com o apoio dos EUA, mas não atende às resoluções da ONU, não responde ao problema de cerca de 2,5 milhões de palestinos refugiados no exterior e nem toca no tema dos prisioneiros políticos.

O novo governo será liderado pelo primeiro-ministro Olmert, que tem 40 dias, computados a partir do anúncio oficial do resultado, para montar o governo. Se quiser governar terá que contar com os trabalhistas. Portanto, estes poderão exercer grande influência sobre a política econômica de Israel e o processo de paz.

NOVO PARLAMENTO PALESTINO ASSUME

Os novos deputados palestinos com maioria do Partido Hamas assumiram seus mandatos no dia 29 de março. Alguns que vivem na Cisjordânia tiveram que participar da cerimônia de posse por meio de videoconferência, uma vez que as autoridades israelenses não os deixaram cruzar seu território

para chegar à Faixa de Gaza. O novo primeiro-ministro chama-se Ismail Haniya, e é desnecessário dizer que tem um enorme desafio pela frente.

Ele tem adotado uma postura cuidadosa em relação a Israel e fala no direito à resistência devido ao território estar ocupado por uma potência estrangeira, mas tem expressado maior preocupação em resolver o problema econômico do país. Os EUA, a UE e Israel já efetivaram o boicote às finanças da Palestina, conforme vinham ameaçando, por considerar o Hamas um grupo terrorista. A situação econômica e social ficará muito difícil; muitos palestinos já vivem com apenas US\$ 2 por dia e, sem aportes de recursos do exterior, em um ano 70% da população estará abaixo da linha da pobreza e isto certamente não contribuirá para o processo de paz.

IRÃ COMEÇA A ENRIQUECER URÂNIO

Dando prosseguimento ao seu programa nuclear, o governo iraniano anunciou que está produzindo urânio enriquecido a 3,5%, suficiente para gerar energia elétrica. O enriquecimento necessário para produzir bombas atômicas é de mais de 90%, muito mais complexo de ser alcançado.

A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) continua afirmando que ainda não está claro se o programa iraniano é meramente pacífico e o Conselho de Segurança da ONU deu o prazo de um mês para que o Irã cesse o enriquecimento, o que seguramente não será feito, embora não seja ainda possível saber se prosseguirá em busca da tecnologia para construir armas nucleares, apesar da pressão dos EUA e da UE, ou se se dará por satisfeito com o atual estágio. A Rússia e a China, também membros do Conselho de Segurança, têm defendido a busca de soluções negociadas.

NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS

O prazo para definição das modalidades de negociação da redução de tarifas de bens não-agrícolas (NAMA), serviços e agricultura vence no dia 30 de abril. Há pouco terminou uma reunião informal entre EUA, UE e Brasil no Rio de Janeiro que tinha a intenção de tentar avançar nos compromissos assumidos na Conferência de Hong Kong. Nada de concreto foi acordado e novas reuniões deverão ocorrer em Genebra.

Poucos ainda esperam que algo mais concreto possa acontecer. Os EUA e a UE pressionam os países em desenvolvimento por concessões em serviços e NAMA e estes, capitaneados pelo G-20, insistem na abertura recíproca dos seus mercados agrícolas. A questão-chave, como sempre, é que os países industrializados não têm intenção de fazer concessões nesta área, o que aponta para a conclusão da Rodada Doha em dezembro deste ano, sem acordo substantivo.

Isto decorre, em primeiro lugar, de que o comércio mundial deverá crescer 7% em média este ano, devido ao prognóstico do crescimento médio do PIB mundial de 3,5%, independentemente de haver ou não conclusão da Rodada. Segundo, os EUA estão jogando mais peso em negociações bilaterais do que na OMC (Organização Mundial do Comércio). Por último, o clima político nos EUA e na França torna muito difícil para estes governos eliminarem subsídios agrícolas. Além disso, o Trade Promotion Authority (TPA) nos EUA se extingue no ano que vem e qualquer acordo negociado agora dificilmente seria aprovado pelo Congresso norte-americano no curto prazo.

Está agendada para 20 de abril uma reunião de cúpula entre EUA e China. Os respectivos presidentes, Bush e Hu Jintao, irão discutir as relações entre os dois países, principalmente nas áreas econômica e comercial. Os EUA querem convencer a China a valorizar sua moeda, o iuan, para reduzir o déficit comercial norte-americano com aquele país e a China quer manter as boas relações de modo a assegurar taxas de crescimento anual do seu PIB na ordem de 7,5%.

No início do mês de abril houve a reunião de governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) na cidade de Belo Horizonte, no Brasil. Foram debatidos vários temas, em particular o direcionamento e as condições para sua carteira de empréstimos, inclusive para o setor privado.

Um tema candente foi a proposta de perdão da dívida de US\$ 3,5 bilhões dos países mais pobres do continente com o banco. No caso, trata-se de Haiti, Honduras, Nicarágua, Guiana e Bolívia. Todos estão de acordo, desde que o banco recupere este dinheiro de outra forma, por exemplo, com contribuições extras dos países desenvolvidos.

A rigor, todas as vezes que este tema é debatido, seja no FMI, no G-8 ou no BID, termina assim. Ou em impasse sobre quem vai pagar a conta, ou as condições impostas sobre os países mais pobres são tão drásticas que eles

não têm condições de cumpri-las. O Brasil é o segundo maior acionista do BID e poderia exercer um papel importante nesta decisão. O governo brasileiro unilateralmente já tomou iniciativas anteriores neste sentido ao perdoar a dívida de Moçambique.

Obviamente, se a intenção é perdoar uma dívida, quem perdoa vai deixar de receber.

O MUNDO DO TRABALHO

Os estudantes e trabalhadores franceses derrotaram o governo. Três semanas de greves e grandes manifestações de rua obrigaram o primeiro-ministro Villepin a propor um novo projeto de Contrato de Primeiro Emprego ao Parlamento. O anterior, que foi rejeitado, dava às empresas a possibilidade de contratar empregados com até 26 anos de idade e demiti-los antes de completarem dois anos de trabalho, sem indenização.

O argumento neoliberal em defesa desta proposta é o alto índice de desemprego entre os jovens, que chega a 25% e, portanto, seria necessário reduzir os custos da empregabilidade flexibilizando direitos para gerar empregos. O novo projeto deverá substituir a flexibilidade por incentivos financeiros para as empresas que contratarem jovens.

Este resultado foi um revés político para o presidente Jacques Chirac, que tinha Villepin como provável candidato para sucedê-lo nas eleições presidenciais de 2007, o que dificilmente será recuperado. Com isto quem se fortaleceu foi o ministro do Interior, Sarkozy. É impossível não comparar o ocorrido com o fracasso do Plano Juppé para reformar a Previdência Social francesa no final de 1995. As mobilizações naquele momento obrigaram o governo a recuar e possibilitaram a vitória do Partido Socialista Francês no ano seguinte, elegendo Lionel Jospin como primeiro-ministro.

No entanto, tudo indica que o PS desta vez não capitalizou o movimento, apesar da participação de muitos militantes nas centrais sindicais, que estavam todas unidas nas mobilizações. Além de minoritário no Parlamento, onde o projeto foi discutido e acabou sendo aprovado, não teve grande envolvimento nas mobilizações enquanto partido. Um possível motivo é o fato de estar dividido em torno de quatro possíveis candidatos presidenciais para suceder Chirac em 2007. É esperar para ver.

Na Alemanha terminou uma longa greve nacional de servidores públicos. O motivo foi a intenção do governo nas três esferas de ampliar sua jornada de trabalho de 36,5 horas semanais para 40 horas, sem aumentar salários. A greve terminou com a aceitação dos servidores de aumentar a jornada semanal em uma hora a mais, passando para 37,5.

Ao mesmo tempo que esta greve termina, os metalúrgicos alemães preparam a sua. É período de renovação do contrato coletivo e, diante dos 5% de aumento salarial reivindicados pelo sindicato IG-Metal, os patrões oferecem apenas 1,2%. A previsão é de uma grande greve em breve.

Recente relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) alerta para a carência de profissionais da saúde nos países em desenvolvimento, particularmente nos mais pobres da África e Ásia. Além de haver número insuficiente nesses países, muitos dos que ali se formam migram para os países mais ricos em busca de melhores salários.

No Nepal ocorre uma greve geral contra o governo do rei Gyanendra coordenada pelas centrais sindicais e principais partidos de oposição. Querem a redemocratização do país, que, de uma monarquia parlamentar, foi transformado em monarquia absolutista após um golpe militar ocorrido em fevereiro de 2005. Foi decretado estado de sítio na capital Katmandu e outras cidades. Até o momento já houve cinco mortos pela repressão policial e centenas de prisões.

Com a entrada em coma da ALCA, os EUA passaram a negociar acordos de livre comércio bilaterais. Na semana seguinte às eleições peruanas, o presidente Alejandro Toledo, em fim de mandato, assinou em Washington o Tratado de Livre Comércio EUA–Peru. No entanto, a assinatura não garante sua implantação, pois requer aprovação tanto do Congresso norte-americano quanto do peruano. Recente mobilização ocorrida no Peru permitiu a coleta de um número suficiente de assinaturas que obriga o governo a submeter a proposta a um referendo.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL EM KARACHI

Entre os dias 24 e 29 de março realizou-se o Fórum Social Mundial em Karachi, no Paquistão, como parte do processo policêntrico. Não foi possível que ocorresse na mesma data que os eventos de Bamako e Caracas devido

ao terremoto que assolou o país no ano passado, atrasando toda a parte organizativa. Foi um evento importante com muitos debates voltados principalmente para a denúncia da militarização mundial e a promoção dos processos de paz. Participaram cerca de 30 mil pessoas.

BUSH MANDOU DIVULGAR O NOME DA ESPIÃ

A popularidade do presidente Bush está em baixa e mal alcança 30% de apoio na população. Os motivos são: a guerra no Iraque e as denúncias de corrupção envolvendo figuras do seu Partido Republicano no governo e no Congresso.

Agora foi descoberta mais uma. No ano passado a imprensa soube que Valerie Plame, esposa do embaixador Joseph C. Wilson, era agente da CIA. Descobriu-se posteriormente que o autor do vazamento foi um assessor do vice-presidente Dick Cheney chamado Lewis Libby. Foi uma retaliação a Wilson por ter produzido um relatório negando que o Níger estivesse fornecendo urânio para Sadam Hussein produzir armas de destruição em massa, desmontando a justificativa de Bush para atacar o Iraque.

Em depoimento ao júri, Libby informou que foi Bush quem orientou o vice a vazarem a informação. De acordo com a lei norte-americana, é ilegal que funcionários de governo revelem o nome de espões. Em situação normal, caberia uma ação de *impeachment*. No entanto, a lei também permite que o presidente libere informações secretas ao público. (leia mais em <www.gregpalast.com> e <www.rollingstone.com/news/profile/9961300/>).

Periscópio Internacional n° 3

junho de 2006

NACIONALIZAÇÃO DO GÁS BOLIVIANO E OUTROS FATOS NA AMÉRICA LATINA

O mês de maio iniciou-se com a nacionalização do gás na Bolívia pelo governo de Evo Morales, a qual, fora de seu país, foi mal recebida pelo setor empresarial e por políticos da direita. Na imprensa brasileira não faltaram vozes, inclusive de diplomatas aposentados, solicitando “medidas enérgicas” e aproveitando para criticar a política externa do governo Lula. Aliás, como esta tem sido bem-sucedida e possui poucos reparos a serem feitos, tentam usar a questão do gás boliviano para criticá-la.

São posições parciais, pois estes mesmos críticos não questionam os países desenvolvidos quando estes adotam medidas semelhantes, como ocorreu recentemente na França e Espanha, onde os governos interferiram diretamente para assegurar que a distribuição de gás natural permanecesse sob controle, respectivamente, de empresas francesas e espanholas (leia mais no *Periscópio* n° 1). Além do mais, ninguém explicitou que medidas enérgicas seriam estas.

O governo brasileiro reconheceu publicamente a medida soberana do governo boliviano, inclusive embasada em referendo realizado antes da vitória eleitoral de Evo Morales, em que a proposta de nacionalização dos hidrocarbonetos obteve 92% de votos favoráveis. O que não significa que um entendimento sobre as novas relações não seja necessário.

Há três questões básicas e objetivas envolvidas na controvérsia. A concessão do gás, a extração e distribuição e o preço. O que consta da medida tomada pela Bolívia diz respeito às três, mas na seguinte forma: a propriedade, bem como o controle absoluto do gás, é boliviana e os preços serão renegociados num prazo de seis meses. A extração do gás poderá ser feita por empresas estrangeiras, mas deverão entregá-lo à Yacimientos Petrolíferos

ros y Fiscales Bolivianos (YPFB), que controlará a venda. Em caso de não haver acordo sobre os novos preços, a YPFB assumirá também a produção do gás, e neste caso haverá a questão das instalações e equipamentos das empresas a ser discutida.

Do ponto de vista prático, isto significa que aumenta de imediato o pagamento de *royalties* de 18% para 50%, além dos 32% de impostos já aprovados na nova lei de hidrocarbonetos no ano passado, perfazendo um total de 82%. A Petrobras possui duas refinarias de petróleo na Bolívia, nas quais 50% do seu controle será retomado pelo Estado. O preço a ser pago pelo gás deverá subir, pois o valor que as empresas pagam atualmente é inferior à média internacional de US\$ 5 a unidade. No entanto é prevista uma avaliação dos custos de produção e transmissão do gás para definir o novo preço.

Em tese, não deveria ser tão difícil chegar a um acordo diante da boa vontade manifestada pelo governo Lula e pela importância que teria o mercado brasileiro para a venda de gás boliviano.

Todavia, poderá não ser assim, diante da forma como as autoridades bolivianas têm se referido ao assunto, mesmo depois da reunião de Lula, Kirchner, Morales e Chávez em Puerto Iguazu que definiu uma série de encaminhamentos para a negociação e para a futura integração energética na América do Sul. Porém, após as declarações infelizes de Evo Morales em Viena sobre a Petrobras, houve novas conversações diretas entre ele e Lula, bem como com Zapatero, primeiro-ministro espanhol, por conta do envolvimento da empresa espanhola Repsol no processo.

A Bolívia acabou de aderir à Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA) e assinou um acordo comercial com a Venezuela e com Cuba no marco do Tratado de Comércio dos Povos proposto pelo governo boliviano, que, além da troca de bens e serviços, como o trabalho de médicos e professores cubanos na Venezuela por petróleo e outros produtos, possibilitará a compra de soja boliviana pelo governo Chávez. É ainda um tratado que pretende se diferenciar de outros processos do ponto de vista político e ideológico, pois possibilita também que organizações sociais de diferentes países possam promover relações de comércio e parece ser esta a opção preferencial das relações externas do governo de Evo Morales.

É compreensível que Evo Morales aplique um discurso nacionalista forte, mesmo porque será importante que seu partido, o Movimiento Al Soci-

alismo (MAS), consiga eleger mais de dois terços dos deputados constituintes em julho próximo para poder avançar com as reformas que prometeu e que são mais sensíveis na área política, principalmente no que tange à descentralização administrativa e à autonomia regional.

Neste debate e na política econômica, o novo governo boliviano não enfrenta apenas as posições da elite e dos partidos de direita no país, mas também uma oposição pela esquerda da Confederación Obrera Boliviana (COB) e do Movimento Indígena Pachakuti (MIP), liderado por Felipe Quispe. Tampouco faltam as afirmações de intelectuais estrangeiros como James Petras, de que Evo Morales é “mais um governo neoliberal de esquerda” pela forma moderada com que está tratando a estatização do petróleo e do gás.

É importante que Evo e o MAS se saiam bem deste debate, mas é fundamental que compreendam que também teremos eleições no Brasil este ano e que o futuro político dos atuais governantes na região está entrelaçado.

É a primeira vez na história que temos um expressivo número de governos progressistas no continente e será lamentável que não se consiga avançar na sua integração do ponto de vista político, energético, estrutural, econômico e social. Igualmente lamentável será se no episódio do gás a intenção for somente substituir a Petrobras pela PDVSA – a empresa estatal venezuelana de petróleo.

A Venezuela ingressou no Mercosul em 2005 e acabou de anunciar sua saída da Comunidade Andina de Nações (CAN), ao mesmo tempo em que os presidentes da Colômbia e do Peru assinaram acordos bilaterais de livre comércio com os Estados Unidos.

Estes três fatos representam politicamente o fim da CAN enquanto bloco de integração sub-regional e há que se ver o efeito sobre o comércio na região. Este já estava em crise com a redução do valor das trocas, principalmente entre Colômbia e Venezuela, ao longo dos últimos anos (leia mais na <www.alainet.org>, “Adios a la CAN”).

Este quadro confere maior importância ao Mercosul e uma possível evolução em direção à Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), pois Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela já são membros e Bolívia, Chile e Peru são Estados associados. Esta composição representa um espaço onde todos os governos progressistas eleitos desde o final dos anos 1990 participam.

No entanto, se cada um jogar somente para sua respectiva torcida, este projeto não irá adiante. O conflito Argentina x Uruguai prossegue com o primeiro realizando manifestações do seu lado da fronteira em Gualeguaychu e apresentando uma reclamação no Tribunal de Haia, enquanto setores do governo uruguaio cogitam assinar um tratado bilateral com os EUA, o que não teriam condições políticas internas para fazer, pois um acordo destes não seria diferente dos ora assinados por Colômbia e Peru. (leia mais na <www.alainet.org>, “Uruguay negocia tratado comercial com EEUU”; <www.clarin.com/diario/2006/05/05/um/m-01189990.htm> e <www.agenciapulsar.org/nota.php?id=7700>).

Dessa forma, o quadro atual não é muito animador no tocante ao progresso da integração sul-americana ou regional, mas talvez possa haver avanços após as conclusões das eleições governamentais este ano em vários países do continente.

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO CONTINENTE

PERU

Confirmou-se o que havíamos anunciado. O segundo turno das eleições presidenciais no Peru no dia 4 de junho será disputado entre os candidatos Ollanta Humala, pela coalizão Unión Por el Peru, e Alán García, pela APRA. Este último iniciou sua campanha na dianteira e deverá conquistar a maioria dos votos da candidata derrotada da direita Lourdes Flores.

A composição do Congresso peruano já está definida. A Unión Por el Peru alcançou 36% das vagas e a APRA cerca de 30%. O restante ficou com a coalizão de Lourdes Flores e outros partidos menores que ultrapassaram a barreira de 4% dos votos.

Para a esquerda tradicional, PCP, Patria Roja e PSP, o resultado foi desastroso. Todos juntos chegaram a 1,5% dos votos. A coalizão em que estava o PCP obteve 0,3%. Provavelmente ainda é o efeito da década de 1990, quando estiveram espremidos entre o governo Fujimori à direita e os grupos guerrilheiros Sendero Luminoso e Tupac Amaru à esquerda, sem conseguir construir uma alternativa.

A probabilidade de vitória é de Alán García, o que representa um passo adiante em relação ao governo atual, pois apesar de todas as crises do seu

primeiro mandato presidencial ninguém pode classificá-lo de ter sido neoliberal ou conservador naquela ocasião (leia mais na <www.alainet.org>, “Peru: Segunda vuelta electoral com prognostico reservado”).

MÉXICO

A imprensa conservadora, tanto a mexicana como a internacional, publicaram com alarde o resultado de pesquisas eleitorais em que o candidato presidencial da situação, Felipe Calderón (PAN), teria passado à frente do candidato do PRD, López Obrador, enquanto o candidato do PRI, Rodrigo Madrazo, permanece distante dos dois, em terceiro lugar.

De acordo com outras fontes, estas pesquisas não são confiáveis. No entanto, é verdade que a campanha de López Obrador perdeu seu ímpeto inicial que o havia deixado em primeiro lugar e distante dos demais candidatos desde o início. As razões para isto seriam várias.

Em primeiro lugar, uma campanha suja e virulenta dos apoiadores do candidato do PAN, por intermédio dos meios de comunicação, que, como no Brasil, em geral também fazem campanha descarada para a direita. Apesar de o candidato do PRD ter aceitado de antemão participar do segundo debate televisivo entre os candidatos, e não do primeiro, que se realizou há pouco, a sua ausência foi criticada pela mídia como “medo” de pôr em risco o seu favoritismo, e uma cadeira vazia deixada para López Obrador, ao lado dos outros debatedores, lembrava isto a todo momento. Além disso, nos dias seguintes foi anunciado aos quatro ventos que Calderón vencera o debate.

Um outro fator é a mobilização por todo o país promovida pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e o subcomandante Marcos, que agora está na capital. Esta é uma marcha nacional chamada *La otra campaña*. A intenção deste movimento é aproveitar a campanha eleitoral para chamar a atenção para os problemas econômicos e sociais do México, porém criticando os três candidatos principais, em particular López Obrador.

O terceiro problema a ser enfrentado pelo candidato do PRD é a cartada do medo que o governo federal de Vicente Fox está jogando, aproveitando-se inclusive do papel que o EZLN está desempenhando. Há algum tempo houve uma mobilização vitoriosa de uma comunidade rural em San Salvador Artenco, nos arredores da Cidade do México, que conseguiu evitar a desapropriação de suas terras para a construção de um novo aeroporto internacional.

Estes camponeses se identificam com o EZLN e, ao apoiar a luta de um grupo de vendedores ambulantes de flores que trabalham próximos à comunidade, foram todos violentamente reprimidos, ocorrendo 190 prisões, com dois manifestantes encontrando-se internados numa UTI em estado grave. Da mesma forma, houve violenta repressão policial a uma greve numa siderúrgica no estado de Michoacan com o uso de armas de fogo e dois trabalhadores foram mortos. O PRD acusa o EZLN de ter provocado os conflitos propositalmente, enquanto os zapatistas acusam o PRD de ter “lavado as mãos” diante da repressão.

Enquanto isso, o objetivo do governo de Fox para favorecer o seu candidato é criar um clima de medo de modo que a população assuma a percepção de que há ligações entre as mobilizações do EZLN e López Obrador e que as manifestações e a violência irão aumentar se ele for o vencedor. No entanto, muita coisa ainda pode acontecer, pois falta mais de um mês para as eleições (leia mais em <www.revistacambio.com/html/mundo/articulos/4784/>).

TRÍPLICE FRONTEIRA E RELATÓRIO DOS EUA

Já havíamos chamado a atenção para este assunto no *Periscópio* nº 2, quando comentamos o depoimento de um assessor do Departamento de Estado dos EUA a parlamentares norte-americanos sobre as iniciativas do seu país junto a Argentina, Brasil e Paraguai para controlar possíveis arrecadações de recursos na Tríplice Fronteira em apoio ao Hamas palestino e ao Hezbollah libanês, apesar de não haver indícios da presença de representantes destes grupos ali, o que o próprio governo norte-americano reconhece.

Agora saiu o relatório anual de avaliação do Departamento sobre atividades terroristas no mundo e mesmo assim ele conclui que o governo brasileiro “condena vigorosamente o terrorismo, mas não provê o suporte material e político necessário para fortalecer as instituições antiterror”, embora elogie o aperfeiçoamento do banco de dados do COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), “com ajuda norte-americana”, como um instrumento importante para combater lavagem de dinheiro, e ao mesmo tempo critique o fato de o Brasil reconhecer o Hamas e o Hezbollah como partidos políticos.

O que o governo norte-americano requer é que todas as nações do mundo modifiquem sua legislação para adaptá-la às regras de segurança nacio-

nal que ele adotou depois do atentado do 11 de setembro, o que foi seguido por muitos de seus aliados mais ou menos incondicionais, como a Inglaterra, por exemplo.

Durante a Guerra Fria, a “doutrina de segurança nacional” nascida nos EUA era a justificativa para sua presença política e militar na América Latina, bem como para apoiar e estreitar as relações com os governos da época, em sua maioria militares. Hoje é a sua nova política de “segurança nacional” contra o terrorismo e o tráfico de drogas que serve de justificativa para ampliar sua presença militar e policial no continente, incluindo as recentes negociações com o Paraguai que possibilitarão a instalação de uma base militar em Mariscal Estigarribia, onde no ano passado desembarcaram 500 soldados norte-americanos para realizar exercícios conjuntos com o Exército paraguaio.

III CÚPULA UNIÃO EUROPÉIA–AMÉRICA LATINA

Esta reunião ocorreu nos dias 11 e 12 em Viena, capital da Áustria. Suas resoluções foram genéricas e trataram de assuntos que vão desde as drogas até a imigração, basicamente reafirmando os acordos já existentes.

Quem teve maior atenção da imprensa foi Evo Morales, devido à nacionalização do gás boliviano, que além da Petrobras afeta também algumas empresas européias, além de influenciar as expectativas em relação ao futuro das relações da Bolívia com a Europa.

Apesar da saída da Venezuela da CAN, o presidente do Peru, Alejandro Toledo, conseguiu que a resolução incluísse uma moção de apoio à Comunidade Andina de Nações, e o presidente Fox do México discursou criticando a estatização e elogiando a economia de mercado (leia a íntegra da resolução em <<http://ec.europa.eu/comm/world/lac-vienna/news/index.en.htm>>).

INÍCIO DE GOVERNO NA ITÁLIA

Após uma disputa eleitoral dramática contra o *premier* Berlusconi, vencida por Romano Prodi pela coalizão L'Unione na Itália, chegou a hora de eleger os presidentes das duas Casas legislativas, a Câmara e o Senado, bem como o presidente da República. Para presidir a Câmara foi eleito o presidente do

partido da Rifundazione Comunista, Fausto Bertinotti, e para o Senado, o ex-secretário-geral da CISL (uma das centrais sindicais italianas), Franco Marini, por um partido oriundo da antiga Democracia Cristã. Esta se desmantelou como o maior partido da Itália no final dos anos 1990 após a descoberta, pela “Operação Mãos Limpas”, de que vários de seus líderes estavam envolvidos com corrupção.

O novo presidente da Itália é Giorgio Napolitano, de 81 anos e originário do antigo PCI (Partido Comunista Italiano) e depois da Democratici de Sinistra (Democracia de Esquerda). Até então, era senador vitalício. Massimo D’Alema, um dos líderes da Democratici e que havia disputado a indicação para candidato a primeiro-ministro com Prodi antes das eleições, foi indicado para ser vice-presidente e ministro das Relações Exteriores.

Para conseguir a maioria necessária de votos para eleger Marini foram necessárias várias votações, o que demonstra a delicada correlação de forças resultante das eleições. Com o término definitivo da contagem de votos advindos, pela primeira vez, do exterior, confirmou-se a eleição de um senador ítalo-brasileiro, Edoardo Pollastri, que é presidente da Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio e Indústria.

Uma das primeiras medidas anunciadas pelo novo governo foi a retirada dos 2.600 soldados italianos do Iraque; Prodi também acaba de conseguir os votos necessários no Congresso para aprovar o ministério.

BLAIR PERDEU AS ELEIÇÕES DISTRITAIS

O Partido Trabalhista (Labor) de Tony Blair sofreu uma derrota fragorosa nas eleições municipais no dia 5 de maio. O Partido Conservador (Tories) alcançou 40% dos votos, ante 26% dos trabalhistas e em torno de 30% para o Partido Liberal (Whigs).

Na Inglaterra não há prefeitos eleitos diretamente pela população, salvo na capital, Londres. O país é dividido por distritos que elegem seus deputados, que por sua vez escolhem os administradores municipais.

Se este resultado se repetir nas próximas eleições parlamentares previstas para ocorrer no ano que vem, os conservadores voltarão ao poder. Após o resultado da última eleição parlamentar, quando os trabalhistas ganharam por pequena diferença, Blair anunciou que este seria seu último mandato.

Se mantiver esta posição, o seu sucessor na direção do partido poderá ser o atual ministro das Finanças, Gordon Brown.

Após o resultado, vários ministros foram substituídos. Causou surpresa a saída do ministro do Exterior, Jack Straw, mas algumas avaliações explicam sua volta ao Parlamento pelo fato de ter declarado enfaticamente que uma ação militar contra o Irã seria impensável, o que não corresponderia à opinião de Blair, que estaria mais disposto a acompanhar a posição norte-americana, como fez quando do ataque ao Iraque.

A GEOPOLÍTICA DO GÁS

Não é somente na América do Sul que o debate sobre a exploração de gás natural tem sido acirrado. Com o preço do petróleo cada vez mais alto devido à especulação, o gás tornou-se a energia alternativa mais viável a médio prazo. O problema é que 43,4% das reservas conhecidas estão na Rússia (27,8%) e no Irã (15,6%).

Um quarto do gás que a Europa Ocidental consome vem da Rússia e 80% dele é canalizado por um gasoduto que atravessa a Ucrânia. Como estes dois países estão em conflito desde as últimas eleições presidenciais ucranianas, a Rússia recentemente aumentou o preço do produto para prejudicar a Ucrânia e anunciou a construção de um novo gasoduto para a Europa que não passará por aquele país. A Ucrânia, por sua vez, decidiu suspender as compras. As duas iniciativas prejudicaram a Europa (leia mais no *El Pais* de 16/05/2006).

O governo Putin tem constantemente usado a interrupção do fornecimento de gás para conter os vizinhos, como a Geórgia, que questionam suas políticas, e tem investido sobremaneira na construção de gasodutos para os países onde quer manter alguma influência, como a Turquia, por exemplo.

Existe uma ofensiva dos EUA e da União Européia para tentar reduzir o atual poder da Rússia, que se tornou menos dependente do apoio ocidental com o bom desempenho de sua economia nos últimos ano devido, principalmente, aos seus recursos naturais.

Por exemplo, a UE condicionou a candidatura da Sérvia, para se tornar um de seus países membros, à detenção e entrega do general Mladik, acusado de genocídio na Bósnia durante o conflito nos Bálcãs. A Rússia e

a China foram os poucos aliados da Sérvia naquele momento e é por isso que a UE está fazendo esforços para que nela ingressem também os países da ex-Iugoslávia.

O vice-presidente dos EUA, Dick Cheney, fez um discurso durante um evento na Lituânia acusando a Rússia de regredir na democracia, ameaçar a integridade territorial de seus vizinhos e usar o petróleo e o gás como instrumentos de intimidação e chantagem. Posteriormente o Departamento de Estado classificou sua intervenção como correta e adequada.

Ao mesmo tempo, os Estados Unidos começaram a pressionar a Índia a não construir o gasoduto que lhe possibilitaria ter acesso ao gás advindo do Irã. Isto ajuda a explicar a contradição do acordo que fizeram para que a Índia possa construir mais usinas nucleares (ver *Periscópio n° 1*).

Putin não respondeu imediatamente à provocação norte-americana, mas a avaliação é que sua reação será a assinatura de um acordo de fornecimento de gás para a China. Aliás, a tendência dos cinco países que têm poder de veto no Conselho de Segurança da ONU em relação às grandes questões mundiais será de bipolaridade no curto prazo entre EUA, Inglaterra e França de um lado e China e Rússia do outro. É aguardar para ver se isto se confirma quando a questão do enriquecimento do urânio iraniano vier para discussão.

DECISÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA EM RELAÇÃO AO IRÃ

Ainda se encontra em discussão entre os integrantes do Conselho de Segurança da ONU uma resolução sobre o programa nuclear do Irã. Há interesse das grandes potências que este país não venha a dominar a tecnologia de enriquecimento de urânio.

O Irã é signatário do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e, portanto, passível de receber inspeções da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). A justificativa pela pressão dos EUA e União Européia contra o seu programa é o fato de ter sido descoberto a poucos anos pela AIEA que os iranianos desenvolviam um programa nuclear paralelo e secreto, mas que foi interrompido na ocasião. Há poucos meses, no entanto, foi retomado sob a afirmativa de ser um programa com fins pacíficos.

A UE acabou de oferecer um pacote de investimentos econômicos e também um reator de “água leve” que permitiria enriquecer urânio a porcentuais

baixos, mas suficientes para a geração de energia, que é a justificativa para o Irã desenvolver o seu programa. A proposta foi rejeitada pelo governo iraniano, que tem utilizado o debate para mobilizar os sentimentos nacionalistas da população, seja em apoio ao programa nacional de energia atômica, seja em oposição à interferência estrangeira.

Existem justificativas para as preocupações iranianas do ponto de vista da segurança, uma vez que vários de seus vizinhos, como Índia, Paquistão, Israel e Rússia, possuem arsenais nucleares.

Porém tudo indica que manter a tecnologia do enriquecimento de urânio na mão de poucos seja ainda a maior razão para a pressão, pois com o alto preço do petróleo a energia nuclear volta a ser uma das fontes alternativas de energia na Europa, apesar do seu alto custo e dos riscos para o meio ambiente. O primeiro-ministro Tony Blair acabou de anunciar a renovação dos reatores nucleares na Inglaterra até 2025, quando serão responsáveis por até 20% da geração de eletricidade no país.

Não há acordo entre as grandes potências de que o Irã, além de deter reservas enormes de petróleo e gás natural, tenha também acesso à energia nuclear e, quem sabe, no futuro, às bombas atômicas. Esta é também a visão da Rússia, mas nem ela nem a China concordam em utilizar pressões econômicas ou militares defendidas por EUA e UE para mudar a política iraniana (leia mais em <<http://today.reuters.com/business/newsarticle.aspx?type=tnBusinessNews&storyID=nN03457468&imageid=&cap=>>>).

COMPOSTO O NOVO GOVERNO EM ISRAEL

O líder do partido majoritário no Parlamento israelense e primeiro-ministro, Ehud Olmert, concluiu a montagem de seu governo por meio da composição de quatro partidos. Esta coalizão, além de seu próprio partido, Kadima, com 29 assentos, inclui os trabalhistas, que obtiveram 20, o partido religioso Shas, com 12, e o Partido dos Aposentados, que elegeu 7 deputados, dando-lhe o apoio de 68 deputados num total de 120.

A grande surpresa nesta composição foi o fato de Amir Peretz, o líder do Partido Trabalhista, assumir o cargo de ministro da Defesa, pois a sua campanha tinha enfatizado muito mais os problemas econômicos e sociais que hoje afligem Israel do que os assuntos ligados à segurança e defesa. Alguns

avaliam que com este passo ele pensou mais na sua própria promoção política do que em fortalecer o partido. Outros avaliam que, devido ao caráter agressivo do plano do Kadima para redefinir as fronteiras do país, será importante tê-lo neste cargo para ajudar a contemporizar.

A proposta principal na campanha do Kadima foi a fixação unilateral das fronteiras de Israel com a Palestina, o que significaria incorporar definitivamente ao seu território uma parte expressiva da Cisjordânia, onde se encontram as colônias israelenses mais populosas e também a totalidade da cidade de Jerusalém. Olmert definiu um prazo de seis meses antes de levar a proposta adiante para que haja possíveis negociações com os palestinos e também porque algumas colônias menores teriam que ser removidas do território que ele pretende deixar para a Palestina (leia mais em <<http://web.israelinsider.com/Articles/Politics/8377.htm>>).

Embora tenha o apoio do governo Bush, este plano representa mais um desrespeito às resoluções da ONU, que recomendam retornar às fronteiras de 1967; os palestinos tampouco concordarão com estes termos.

Por sua vez, personalidades conhecidas do Al-Fatah e do Hamas, que se encontram numa prisão israelense, lançaram uma proposta conjunta indicando o que seria um programa para constituir o Estado palestino a partir das fronteiras de 1967 e que os palestinos deveriam focalizar a resistência nesta área.

Mahmoud Abbas, presidente da Autoridade Palestina, está de acordo com a iniciativa, mas um porta-voz do Hamas a rejeitou alegando que um dos princípios do grupo é o não reconhecimento de Israel.

Olmert, por sua vez, declarou que não negocia com o Hamas enquanto mantiver esta posição e, para pressioná-lo ainda mais, a empresa israelense que vende combustíveis para a Faixa de Gaza suspendeu o fornecimento. Esta medida soma-se à retenção dos impostos coletados por Israel e devidos à Palestina, há dois meses, além da suspensão da ajuda dos EUA e da União Européia. A falta de recursos já está gerando um enorme problema social.

ACORDO DE PAZ EM DARFUR

Darfur é uma região do Sudão Ocidental que faz fronteira com o Chade e onde há um conflito armado entre diferentes grupos políticos e étnicos já

que causou a morte de mais de 200 mil pessoas e transformou cerca de 2 milhões de sudaneses em refugiados, ao longo dos últimos anos. Esta situação provocou comoção mundial e incentivou diversos artistas e personalidades a se engajarem numa campanha humanitária para arrecadar assistência aos refugiados e reivindicar negociações de paz.

As razões desse conflito misturam a luta pela autonomia da região com diferenças étnicas e religiosas, além das disputas entre Chade e Sudão. Há quatro grupos operando em Darfur, três compostos por rebeldes das etnias Fur, Zagauas e Masalit e um composto por milicianos governamentais, chamados Yanauid. Pelo acordo, o principal grupo rebelde, o Exército de Libertação do Sudão (SLA, sigla em inglês), será incorporado ao Exército sudanês, os milicianos Yanauid serão dissolvidos, um montante de US\$ 300 milhões será investido na região e os refugiados receberão algum tipo de compensação por suas perdas. No entanto, os outros dois grupos rebeldes menores não reconhecem o acordo e declararam que continuarão lutando até alcançar a total autonomia da região (leia mais em <www.voanews.com/english/2006-04-26-voa33.cfm>).

Este não é o primeiro conflito nesse país. O Sudão foi dominado pela Inglaterra e pelo Egito a partir de 1899 e se tornou independente em 1956. Desde 1969 é governado por sucessivas ditaduras militares. Em 1970 irrompeu uma guerrilha no sul do país com base em grupos étnicos dessa região e que posteriormente se transformou no Movimento Popular de Libertação do Sudão (SPLM), que reivindicava autonomia e um programa socialista.

Essa guerra durou até a assinatura de um acordo de paz entre o governo central e as principais facções guerrilheiras, em janeiro de 2005. Da mesma forma, morreram milhares de pessoas – somente no ano de 1998 havia 4 milhões de refugiados numa população total de 28 milhões.

As razões para esses dois conflitos, que se parecem, são muitas, mas tudo indica que a centralização de poder, a vinculação entre Estado e religião (islamismo), as péssimas relações com alguns países vizinhos e a ausência de democracia num país de larga extensão, pobre e com diferentes etnias e religiões são fatos suficientes para explicar o ocorrido e apontar as possíveis soluções para além dos acordos de paz.

MOBILIZAÇÃO REABRE PARLAMENTO NO NEPAL

As várias semanas de manifestações no país e uma greve geral de cinco dias obrigaram o rei Gyanendra a recuar e reabrir o Parlamento do Nepal, além de autorizar o funcionamento dos partidos políticos. Estas medidas acalmaram a situação, embora o Partido Comunista do Nepal, de orientação maoísta, prossiga com a luta armada. A repressão policial à mobilização causou 14 mortes (leia mais em <www.nytimes.com/2006/05/15/world/asia/15nepal.html>).

ELEIÇÕES ESTADUAIS NA ÍNDIA

Há dois anos o Partido do Congresso retornou ao poder na Índia, numa coalizão chamada Aliança Progressista Unida, com outros 23 partidos, em que o principal e decisivo é o Partido Comunista da Índia (Marxista) – CPI(M). Na eleição ocorrida em 10 de maio em cinco estados indianos – Assam, Bengala Ocidental, Kerala, Pondicherry e Tamil Nadu –, o CPI(M) foi reeleito pela sétima vez em Bengala Ocidental, o qual governa ininterruptamente desde 1977, e conquistou o governo de Kerala, deslocando o Partido do Congresso.

Este último foi mal nas eleições, mas a Aliança foi bem, e com este resultado o CPI(M) se fortaleceu no interior da coalizão, podendo cobrar mais do Partido do Congresso para ajudá-lo a manter o poder no nível federal.

1º DE MAIO NO MUNDO

A mobilização dos imigrantes latino-americanos nos Estados Unidos no dia 1º de maio foi um grande sucesso, com milhares de pessoas faltando ao trabalho e participando de manifestações em várias cidades e localidades do país – apesar de o Dia do Trabalho não ser celebrado nos EUA nesta data, ainda que os fatos ocorridos em Chicago no século XIX representem o motivo para a comemoração neste dia.

A manifestação do 1º de maio no México foi denominada *Un día sin gringos* em apoio aos imigrantes nos EUA e chegou a reunir numa passeata mais de 200 mil pessoas, segundo o presidente da Unión Nacional de

Trabajadores (UNT) e do Sindicato dos Telefônicos do México, Francisco Hernández Juárez. Também houve celebrações representativas no dia 1º de maio em outros países como Indonésia, Brasil e Cuba (leia mais em <<http://americas.irc-online.org/am/3263>>, “Labor’s May Day call from both sides on the border”).

Na segunda semana de maio terminou o recesso do Senado norte-americano e foi retomada a proposta alternativa à Lei Sensenbrenner-King (ver *Periscópio* nº 2) para regularizar a situação da maioria dos imigrantes. Esta tem o apoio de Bush, mas não se sabe ainda se a Câmara estará disposta a rever o que votou.

No entanto, se houver acordo na Câmara, este seguramente manterá a construção de uma cerca de 1.200 quilômetros ao longo da fronteira com o México, que tem um total de 3.200 quilômetros de extensão. Além disso, já foi anunciada por Bush a incorporação de mais 8 mil agentes às patrulhas que atualmente atuam na fronteira, bem como a implantação de novas tecnologias e equipamentos para detectar as tentativas de ultrapassá-la fora dos locais de controle normal.

MOVIMENTO SOCIAL

O Fórum Social Europeu realizou-se pela quarta vez entre os dias 5 e 6 de maio em Atenas, na Grécia. Também ocorreu o evento paralelo à Cúpula da União Européia, Enlaçando Alternativas 2, em Viena.

Durante este evento alternativo houve *workshops* e seminários sobre diversos temas ligados à globalização, bem como uma sessão do Tribunal Permanente dos Povos para julgar os abusos que empresas multinacionais vêm cometendo na América Latina em relação aos recursos naturais, direitos trabalhistas, água, energia e outros.

DIMINUI O “BURACO DE OZÔNIO”

Cientistas anunciaram que a camada de ozônio da Terra vem se recuperando lentamente graças ao Protocolo de Montreal de 1987 que banuiu o uso de CFC (clorofluorcarbono) presente em gás de geladeira e *sprays* mais antigos, além do pesticida brometo de metila e os *halons*. Estes últimos são usados em extintores de incêndio.

O Protocolo já foi ratificado por 180 países e demonstra que, quando há vontade política, um problema mundial desta envergadura pode ser enfrentado; portanto, o efeito estufa também pode, por meio da ratificação do Protocolo de Kyoto, coisa que o governo Bush continua se recusando a fazer.

SUHARTO É ISENTADO DE JULGAMENTO

O promotor-geral da Indonésia decidiu retirar as acusações de corrupção contra o ex-presidente Suharto da Indonésia sob a justificativa de sua idade avançada de 84 anos e de seu estado de saúde deteriorado.

Este general assumiu o poder no país em 1965 por meio de um sangrento golpe militar que derrubou o governo nacionalista de Ahmed Sukarno. Este era apoiado pelo PC indonésio, o maior da Ásia naquela época depois do da China. O golpe deixou um saldo de 700 mil mortos e 200 mil prisioneiros políticos, além de mais 300 mil timorenses mortos após 1975, quando Suharto decidiu ocupar a ilha depois da saída dos colonizadores portugueses.

Além de responsável por estes assassinatos, Suharto e seus familiares tornaram-se conhecidos como a maior “cleptocracia” do mundo ao receberem propinas e desvios de recursos públicos da ordem de US\$ 35 bilhões.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC)

Como previsto, as negociações na OMC que tinham prazo para terminar em abril, a partir dos encaminhamentos da V Conferência em Hong Kong, não deram em nada e foi acertado um novo prazo informal para o final de junho. Porém é avaliação corrente que dificilmente haverá um conjunto de propostas que permita alcançar um acordo.

Se isto ocorrer, poderá ser definido um novo prazo até o final do ano ou no limite para o início de 2007. Caso ainda assim não haja algo substantivo, a Rodada Doha estará definitivamente enterrada porque se inicia o processo eleitoral para a Presidência da França e extingue-se o mandato do atual Trade Promotion Authority (TPA) norte-americano, que dificilmente será renovado para favorecer a redução de subsídios agrícolas domésticos nos EUA, um dos problemas para se chegar a um acordo hoje.

Periscópio Internacional n° 4

julho de 2006

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NA COLÔMBIA

O presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, foi reeleito no dia 28 de maio passado com 7,4 milhões de votos, equivalente a 62,2% dos votos válidos. Em 2002 ele havia alcançado 5,8 milhões (53%). No entanto, a abstenção eleitoral ampliou-se de 53,6% em 2002 para 54,8% atualmente, o que significa que Uribe obteve concretamente o aval explícito de 27% do eleitorado ante 25% de quatro anos atrás.

Na Colômbia o voto é facultativo e tradicionalmente também não existia o direito a reeleições. Porém Uribe, assim como vários outros presidentes no continente já haviam feito, conseguiu maioria no Congresso para mudar a Constituição do país, para permitir-lhe disputar mais um mandato. Ele inicia seu segundo período numa posição política favorável, pois além de reeleito em primeiro turno conta com maioria parlamentar sólida (leia mais em “Los 10 retos de Uribe – El primer presidente en ejercicio reelegido por voto popular, tiene una tarea pendiente tan grande como las expectativas que creó”, disponível em <<http://www.cambio.com.co/html/portada/articulos/4892/>>).

Por outro lado, foi dado um passo importante na consolidação de um campo político de esquerda com o resultado obtido pelo candidato do Pólo Democrático Alternativo, Carlos Gaviria. Ele obteve o segundo lugar com 2,5 milhões de votos (22%), deixando o candidato do Partido Liberal, Horacio Serpa, em terceiro com 1,4 milhão (12%). Em 2002, o mesmo Serpa havia chegado em segundo lugar com 3,5 milhões de votos (35%) e o candidato do Pólo Democrático, Luis Eduardo Garzón (“Lucho”), em terceiro com 6%. Porém desta vez, além do crescimento da esquerda, vários

setores do Partido Liberal bandearam para o lado de Uribe desde o início da campanha – ele mesmo é um dissidente deste partido.

No entanto, apesar da votação modesta do Pólo em 2002, foi a primeira vez que a esquerda conseguiu se apresentar unida para uma eleição em torno de um programa comum e consistente, disputando com a direita e diferenciando-se politicamente da guerrilha. Nas eleições de governos locais em 2003, elegeu os prefeitos de várias cidades importantes, bem como o governador do estado de Valle, onde venceu o candidato do Partido Liberal, apoiado pelo Pólo, Angelino Garzón. O próprio Lucho Garzón foi eleito prefeito da capital Bogotá.

Os dois Garzón possuem origem sindical, tendo ambos sido no passado presidentes da CUT da Colômbia, a maior central sindical do país. Não deixa de ser surpreendente que este resultado tenha sido atingido num país assolado há muitos anos por um processo de luta armada, pois em alguns outros lugares onde isto ocorreu, como no Peru, houve uma polarização entre guerrilha e governo, sobrando pouco espaço de atuação para a esquerda democrática. No entanto foi a própria CUT, quando Lucho Garzón era presidente, que, junto com outras organizações sociais e a Igreja Católica, articulou uma iniciativa conhecida como a Assembléia Permanente pela Paz, que gerou uma grande mobilização e colocou uma cunha política entre a dicotomia governo e guerrilha.

A guerrilha colombiana tem origem na guerra civil que assolou a Colômbia no final da década de 1940 com mais de 200 mil mortos, e que opôs conservadores e liberais. Este conflito repetiu a disputa pela hegemonia política existente na maioria dos países latino-americanos entre a burguesia rural e a classe industrial urbana. O primeiro grupo guerrilheiro foi formado por camponeses envolvidos nesta guerra, mas que foram excluídos dos acordos de paz.

O início das ações desse grupo data de 1948 e tornou-se o núcleo que deu origem a novos grupos insurgentes, influenciados a partir da década de 1960 por diversas visões ideológicas originárias do PC colombiano, do maoísmo, da esquerda católica e da revolução cubana, dando origem às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), ao Exército de Libertação Nacional (ELN) e ao Exército Popular de Libertação (EPL).

O EPL e o Movimento 19 de Abril (M.19) negociaram acordos de paz com o governo e se integraram à institucionalidade política colombiana no

início dos anos 1990, mas muitos de seus quadros foram assassinados, como por exemplo Carlos Pizarro, importante e popular dirigente do M-19. O alto risco de vida dos ex-guerrilheiros foi um desestímulo para posteriores acordos de paz.

Nesse meio tempo se instalaram os grupos paramilitares, inicialmente como instrumento de proteção aos proprietários rurais ameaçados pela guerrilha e depois como uma força política e armada de direita que chegou a dominar vários territórios, denominados Autodefensas Unidas de Colômbia (AUC). Com a consolidação da Colômbia como o principal país produtor e exportador de cocaína, os diversos cartéis de narcotraficantes também passaram a interferir na política. Há acusações de que tanto os paramilitares quanto as FARC se envolveram com financiamentos do narcotráfico, embora estas o neguem veementemente.

Embora os diferentes grupos insurgentes tenham chegado a ocupar 35% do território colombiano durante o governo Andrés Pastrana (1998-2002) e houvesse uma trégua, não se alcançou um acordo de paz. Abriu-se, assim, o caminho para a primeira eleição de Uribe, pois este apareceu perante o eleitorado como o político enérgico e decidido capaz de acabar com o conflito. O fim da trégua e o reforço das Forças Armadas por meio do Plano Colômbia provocaram um recuo da guerrilha, embora esta continue atuante.

Uribe demonstrou-se hábil politicamente para conquistar seu segundo mandato. A política de combate à insurgência foi denominada “segurança democrática”, embora tenham ocorrido graves violações dos direitos humanos. Há um sentimento popular de que o governo deveria promover negociações de paz e Uribe acabou fazendo um acordo de desarmamento com os paramilitares, além de manter negociações em andamento com o ELN. Sua política econômica é neoliberal, mas o crescimento da economia mundial, aliado à sensação de maior segurança interna no país, provocou também o crescimento do PIB colombiano. Por fim, ele exibiu ainda uma incrível capacidade de se isolar das irregularidades que envolveram áreas de seu governo.

No entanto, apesar da maioria parlamentar de que dispõe, há expectativas criadas que podem lhe criar dificuldades. Por exemplo, a anistia e o acordo de incorporar os integrantes das AUC às Forças Armadas podem fra-

cassar devido à intenção do Poder Judiciário de processar aqueles que foram responsáveis pelas violações mais graves de direitos humanos, como torturas, seqüestros, assassinatos individuais e vários massacres. Quase 31 mil pessoas se declararam membros das AUC, porém apenas 17 mil entregaram suas armas.

Além disso, a Colômbia é um dos países no mundo com o maior número de refugiados internos, cerca de 2 milhões, perdendo somente para o Afeganistão, o Congo e a região de Darfur no Sudão (leia mais em “Campaign Marked by Threats – In the view of Colombian Vice President Francisco Santos, Amnesty International timed the release of its annual report on human rights in 150 countries to influence Colombia’s presidential elections next Sunday”, disponível em: <<http://ipsnews.net/news.asp?idnews=33370>>).

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO PERU

De acordo com as previsões, Alán García sagrou-se vitorioso no segundo turno das eleições presidenciais do Peru, alcançando 54% dos votos ante 46% de Ollanta Humala. Contudo, a diferença entre os dois candidatos vinha diminuindo ao longo das últimas duas semanas anteriores à eleição e os indecisos em 31 de maio ainda representavam 14% dos eleitores, o que chegou a levantar o ânimo na última semana no comitê central da campanha de Humala. Este venceu nas regiões mais pobres e em 16 dos 24 departamentos do país.

Conforme registramos anteriormente, García governou o Peru entre 1986 e 1990 e saiu-se mal. Na economia, talvez mais pelas suas virtudes do que pelos seus defeitos, pois ele terminou o mandato sob grave crise e alta inflação, limitou o pagamento dos serviços da dívida externa a um percentual da receita das exportações e deixou de obter novos créditos externos, bem como investimentos externos diretos. Na política lidou mal com dois fortes grupos guerrilheiros, o Tupac Amaru e o Sendero Luminoso, pois além de não conseguir neutralizá-los acabou sendo considerado responsável por inúmeras violações de direitos humanos cometidos pelo Exército.

Alán García terá que lidar com uma correlação de forças extremamente desfavorável no Parlamento peruano. Seu partido, a APRA, elegeu apenas 36 deputados. A esquerda tradicional, Partido Socialista e PC, nenhum. De um

lado existem os deputados eleitos nas chapas de direita de Lourdes Flores e da filha de Fujimori e, de outro, os 45 deputados eleitos pela coalizão Unión Por el Peru (UPP) de Humala.

Fechar com os primeiros significa ficar refém da direita e ter que negociar a um alto preço cada iniciativa que queira tomar. Quanto à UPP, trata-se de um partido novo e de posicionamento ideológico desconhecido, apesar do forte discurso nacionalista na campanha, cujos parlamentares foram eleitos majoritariamente no interior do país e são também pouco conhecidos. Além disso, não se sabe ainda quais são as intenções políticas de Humala em relação ao futuro e qual é a influência que dispõe sobre estes parlamentares. Suas primeiras declarações após a proclamação do resultado das eleições presidenciais do segundo turno foram de oposição. É aguardar a posse para ver.

MÉXICO

O candidato pelo PRD, López Obrador, conseguiu retomar a ofensiva e volta a aparecer em primeiro lugar em algumas pesquisas, embora com pequena diferença em relação ao candidato do PAN, Felipe Calderón, o que confirma nossa avaliação de que sua vitória dependerá do nível de abstenção no dia da eleição. Quanto maior o comparecimento do eleitorado, melhor para ele.

Porém continua tendo pela frente os problemas que o levaram de candidato dado como eleito a um candidato sob risco de chegar em segundo lugar. Por um lado, enfrenta o poder econômico da elite do país e as calúnias da direita por meio de uma fortíssima campanha anticomunista e, por outro lado, a oposição pela esquerda dos zapatistas e aliados que propagam que os três candidatos principais são “farinha do mesmo saco” (ver *Periscópio* nº 3).

Há uma avaliação de que a direita continua jogando com a carta do medo, tentando demonstrar que a eleição de López Obrador incentivaria mobilizações e conflitos. O episódio mais recente foi a decisão do governador de Oaxaca, Ulises Ruiz Ortiz, do PRI, de enviar a polícia de choque do estado para desalojar os professores daquele estado que estavam em greve e acampados na praça central de sua capital, também chamada Oaxaca.

O motivo da greve era pressionar pela implantação de um plano de carreira do magistério oaxaqueño e era dirigida pela seção local do Sindicato

Nacional dos Trabalhadores em Educação (SNTE), cuja direção nacional e sua presidente, Esther Gordillo, sempre foram ligadas ao PRI. A dispersão dos professores teve início dia 14 de junho às 5 horas da manhã com vasto uso de gás lacrimogêneo e armas de fogo. Mais de 70 pessoas foram feridas e há fortes indícios da ocorrência de quatro mortes, incluindo uma criança (leia mais em “México 2006 – eleições”, disponível em <<http://www.terra.com.mx/elecciones2006/>>); sobre o último debate eleitoral, leia mais em “Urbane Debate reveals contrasts in Mexican candidates’ proposals”, disponível em <<http://alainet.org/active/11786&lang=en>>).

AS ELEIÇÕES DO SEGUNDO SEMESTRE

Em outubro será a vez do Equador eleger um novo presidente. O atual, Alfredo Palacio, era o vice de Lucio Gutiérrez, um ex-militar nacionalista apoiado por importantes setores do movimento social e indígena equatoriano e empossado no início de 2003, com grande expectativa de que faria um governo progressista, o que não ocorreu de nenhuma forma. Acabou sendo derrubado por uma mobilização da classe média e, depois de um período de exílio, acabou sendo preso (leia mais em <www.alainet.org/docs/8122.html>).

O presidente Palácio foi recentemente empurrado pelo movimento social a adotar algumas medidas nacionalistas, como a recusa em assinar o Tratado de Livre Comércio com os EUA e o cancelamento da concessão de uma empresa petroleira norte-americana, a Petróleo Ocidental (OXY), por não respeitar a legislação local.

Pelo menos por enquanto, o candidato favorito, de acordo com as pesquisas, é León Roldós, um político de centro-esquerda que tem sido crítico ao acordo bilateral de comércio com os EUA e defende uma maior aproximação do Equador com a Venezuela e com os demais governos progressistas do continente.

Na Nicarágua, Daniel Ortega sai na frente na preferência popular. É a quarta vez que se candidata desde que deixou a Presidência do país em 1990. A direita apresentou dois candidatos, o que o favorece, porém há também um candidato dissidente do sandinismo – Herty Lewitis, ex-prefeito da capital Manágua pelo partido Movimento de Renovação Sandinista,

que tem, entre seus quadros, Ernesto Cardenal e outras personalidades, além do apoio de Sergio Ramirez, um ex-comandante sandinista que deixou a Frente em 1996. A eleição será em novembro.

As eleições presidenciais na Venezuela serão no início de dezembro e, apesar de uma possível união da oposição em torno de um único candidato, Teodoro Petkoff, antigo dirigente do MAS e rompido com o governo chavista, tudo indica que o presidente Hugo Chávez deve se reeleger com facilidade.

MOBILIZAÇÃO ESTUDANTIL NO CHILE

O final do mês de maio marcou a ocorrência de uma grande mobilização de estudantes secundaristas no Chile. Eles tomaram as ruas com o apoio dos seus colegas universitários, professores e de várias associações de pais e chegaram a realizar passeatas em todo o país que reuniram 1 milhão de pessoas.

Os protestos eram contra a legislação educacional chilena, mais uma herança da ditadura de Pinochet, e a favor de mais verbas para a educação, particularmente para beneficiar os estudantes mais pobres.

O governo, com o envolvimento direto da presidente Bachelet, tratou o assunto com o respeito que o movimento social merece. Começou por demitir o comandante da polícia (*carabineros*) que havia reprimido uma das primeiras manifestações com violência e detido cerca de 900 estudantes.

Em seguida estabeleceu uma mesa de negociações onde apresentou uma proposta de aumento do orçamento da educação em aproximadamente US\$ 200 milhões ao ano, dirigidos neste momento ao cancelamento da taxa de vestibular para os mais pobres, ampliação do horário para uso de passe escolar nos transportes públicos, aumento dos subsídios à alimentação escolar e aumento do número de bolsas escolares.

Parece que finalmente começam a ser removidos alguns dos entulhos autoritários da ditadura, pois Bachelet também enviou um projeto de lei ao Congresso Nacional com o intuito de substituir a atual legislação privatizante por uma concepção do direito a uma educação de qualidade para todos os chilenos.

Os estudantes que se organizam por intermédio da Asamblea Coordinadora de Estudiantes Secundários (ACES) se dividiram em relação à

proposta, mas ela foi aceita por ligeira maioria (leia mais em “Finaliza histórico paro de estudantes”, disponível em: <<http://www.ipsnoticias.net/nota.asp?idnews=37734>> e “Estudiantes chilenos crearon una mesa alternativa – Los estudiantes secundarios chilenos anunciaron un acuerdo estratégico con gremios docentes, organizaciones de padres y Federaciones universitarias y advirtieron que siguen movilizados para lograr cambios profundos en la educación.”, disponível em: <<http://www.agenciapulsar.org/nota.php?id=7943>>).

CHANCELERES PREPARAM REUNIÃO DOS PRESIDENTES DO MERCOSUL

Os ministros das Relações Exteriores dos países do *Mercosul* se reuniram no dia 16 de junho para preparar a próxima reunião do Grupo Mercado Comum que se realizará em Córdoba, na Argentina, em 20 de julho. Entre as várias decisões importantes resolveram que a Venezuela passará a participar como membro com direitos plenos e decidiram encaminhar a criação de um “Tribunal do Mercosul” para resolver as controvérsias entre seus membros.

O ministro das Relações Exteriores do *México*, Luis Ernesto Derbez, esteve em visita oficial ao Brasil para discutir as relações bilaterais entre os dois países, bem como para reafirmar a intenção de reforçar os vínculos mexicanos com o Mercosul. A conservadora imprensa brasileira começou a especular por que a Venezuela integraria o Mercosul como membro pleno e o México não.

Um eventual acordo de livre comércio seria até possível, porém sua adesão como membro pleno não, porque significaria a entrada livre de mercadorias dos EUA e Canadá através do México, conhecida como “triangulação de comércio”, pois não há barreiras tarifárias entre os países do Nafta (Estados Unidos, México e Canadá).

O primeiro caso para o futuro “Tribunal” será o contencioso entre Argentina e Uruguai devido à construção de duas indústrias de papel e celulose do lado uruguaio do rio que separa os dois países. A Argentina acusa o investimento de ser prejudicial ao meio ambiente e levou o caso para avaliação do Tribunal Internacional de Haia, enquanto o governo uruguaio quer que os integrantes do Mercosul tomem uma posição ante o bloqueio argen-

tino imposto à circulação de veículos e pessoas entre Uruguai e Argentina durante os primeiros meses do ano, o que provocou, calcula, um prejuízo de US\$ 500 milhões.

O Brasil assume a presidência *pro tempore* durante o segundo semestre e o ministro Celso Amorim já anunciou que empenhará uma série de esforços para que o processo seja mais vantajoso do que tem sido para o Paraguai e Uruguai. Do ponto de vista de fluxo de comércio, a relação mais vantajosa para estes dois países tem sido o comércio bilateral entre eles, e não com o Brasil ou a Argentina (leia mais em “MERCOSUR: Venezuela entra con bálsamo para curar heridas”, disponível em <<http://www.ipsnoticias.net/nota.asp?idnews=37794>>).

AUTONOMIA CATALÃ

Após sair vitorioso da votação ocorrida no último dia 18 de junho, na qual foi aprovado o Estatuto de Autonomia da Catalunha, o governo espanhol deve ter sua agenda dominada pelas conversas de paz com o ETA.

A revisão dos estatutos das 17 regiões autônomas espanholas foi uma das promessas do primeiro-ministro José Luis Rodríguez Zapatero quando assumiu o governo e a negociação com o ETA está em pauta desde que o grupo anunciou um cessar-fogo permanente em março passado. A aprovação do Estatuto de Autonomia da Catalunha e o iminente início das negociações com o intuito de dar cabo à violência no País Basco fortalecem o governo do socialista de Zapatero (leia mais em “Eta declares permanent ceasefire”, disponível em <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/4832672.stm>>).

A proposta de maior autonomia para a Catalunha venceu com cerca de 73,9% dos votos, mas com uma abstenção de 50,59%, o que levou o Partido Popular (PP) a questionar o resultado. Este partido e o Esquerra Republicana (ER) haviam feito campanha pela rejeição do texto, enquanto o Partit dels Socialistes de Catalunya (PSC-PSOE), Convergència i Unió (CIU) e Iniciativa per Catalunya – Verds (ICV) apoiaram a reforma proposta. A ER fazia parte do governo provincial com o PSC e o ICV, mas rompeu com o governo de Pascual Maragál há poucos meses (para conhecer o texto do Estatuto de Autonomia da Catalunha, leia mais em <http://www.elpais.es/elpaismedia/ultimahora/media/200510/05/espana/20051005elpepunac_1_Pes_PDF.pdf>).

MASSACRES NO IRAQUE, SUICÍDIOS EM GUANTÁNAMO,
MORTE DE ZARQAWI E AS ELEIÇÕES PARLAMENTARES NOS EUA

Circula pela internet um memorando sigiloso da embaixada dos EUA no Iraque com descrições do tipo de situação enfrentada por seus funcionários, que diferem muito da aparente calma apresentada durante a visita do presidente Bush ao país no último dia 12 de junho.

Nesse documento é descrita a piora das condições para quem vive fora da zona internacional em Bagdá, que é fortemente protegida. São funcionários da embaixada que têm que lidar diariamente com assédio em virtude de suas vestimentas ou costumes, ameaças de grupos islâmicos ou milícias e o medo constante de que seus vizinhos descubram que trabalham para o governo norte-americano (leia o memorando da embaixada dos EUA no Iraque, na íntegra, em “From the Embassy, a Grim Report – From the U.S. Embassy in Iraq, a stark compendium of its local employees’ daily hardships and pressing fears”, disponível em <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/06/16/AR2006061601768.html>>).

Três dias após a recente visita surpresa de Bush ao Iraque, o Congresso norte-americano mergulhou num debate de 11 horas sobre as razões e direções da guerra que já dura quase quatro anos e contabiliza 2.500 mortos entre as tropas estadunidenses e um número incerto de vítimas iraquianas. A disputa girou em torno da votação de uma resolução proposta pelos republicanos que estabelece que os Estados Unidos devem “completar sua missão de criar um Iraque soberano, livre e unido” sem que haja uma “data arbitrária para a retirada das tropas norte-americanas”.

No Senado, os republicanos tentaram forçar os democratas a assumir uma posição definida com relação a esta votação e à guerra, jogando com a falta de unidade dentro do partido. O senador democrata John Kerry apresentou uma emenda a esta resolução, propondo a formulação de um cronograma para a retirada das forças norte-americanas do Iraque, que não foi aprovada, e não contou com apoio de toda a bancada de seu próprio partido.

No Congresso, a líder democrata Nancy Pelosi também luta para conseguir criar um consenso sobre o posicionamento diante da guerra. Contudo, a estratégia do Partido Republicano é se aproveitar das divergências entre os

democratas e apresentá-los como frágeis nas questões relativas à segurança nacional e à defesa, usando a idéia de que a retirada das tropas do Iraque vem de uma visão derrotista desta operação.

A relutância em tomar uma posição mais forte por parte do Partido Democrata e a pressão republicana são reflexo da preocupação dos dois partidos com as eleições de 7 de novembro próximo, onde serão escolhidos os representantes para o Congresso, o Senado e o governo de 36 estados. Atualmente a maioria do Congresso norte-americano é republicana e o Senado é formado por 55 republicanos, 44 democratas e um democrata que se define como independente.

A baixa popularidade de Bush (cerca de 30% de aprovação nas últimas pesquisas) e os problemas relacionados à presença das tropas norte-americanas no Iraque e no Afeganistão poderiam fazer com que os democratas retomassem o controle do Senado e do Congresso. Contudo, o atual cenário favorável para o crescimento da oposição, devido ao desgaste de Bush com os recentes acontecimentos no Iraque, também depende do posicionamento dos democratas diante de questões como a imigração, a união civil entre pessoas do mesmo sexo e a reação à manipulação das informações relacionadas à guerra no Iraque.

O último dos escândalos veio com a notícia de um massacre de 24 civis na cidade iraquiana de Haditha por parte de militares norte-americanos, em novembro de 2005, que pode ter sido acobertado. Junto a este massacre, outro em Samarra e um terceiro em Ishaqi começam a vir à tona (leia mais em “Why Haditha matters”, disponível em <<http://www.thenation.com/doc/20060619/editors2>>).

Além disso, no começo de junho, três prisioneiros da base de guantánamo cometeram suicídio, chamando a atenção mais uma vez para as prisões arbitrárias cometidas em nome da luta contra o terrorismo (leia mais em “Confusión en EEUU por suicidas de Guantánamo – Funcionarios de Estados Unidos intentan distanciarse de las primeras reacciones oficiales al suicidio de tres prisioneros en Guantánamo, según las cuales se había tratado de un mero acto de propaganda”, disponível em: <<http://www.ipsnoticias.net/nota.asp?idnews=37763>>).

Enquanto os democratas têm sido incapazes de capitalizar de forma eficaz os problemas relacionados à presença das tropas estadunidenses no Iraque,

os republicanos tentam utilizar a morte de Abu Musab al-Zarqawi, tido como o elo entre o Iraque e a Al-Qaeda de Osama bin-Laden, para dar fôlego à tentativa de convencimento dos norte-americanos de que esta guerra é legítima e que merecem seguir no controle do Congresso, do Senado, de governos de estados e da Presidência.

SITUAÇÃO NA PALESTINA

No *Periscópio* nº 3 registramos a posse do novo governo israelense e o plano de paz proposto por prisioneiros políticos palestinos do Al-Fatah e do Hamas. A situação na região vem se deteriorando em vários aspectos, embora haja movimentações políticas para tentar desfazer os nós.

Os EUA, Israel e a União Européia prosseguem com a suspensão do repasse de recursos para o governo palestino para pressionar o novo gabinete composto pelo Hamas a reconhecer formalmente o Estado de Israel. Com esta medida, cresceram os problemas sociais no país e aproximadamente 160 mil funcionários públicos estão sem receber seus salários há alguns meses. Os três estudam agora como repassar alguns recursos, por intermédio da presidência da Autoridade Nacional Palestina, sob controle da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), pelo menos para as áreas da saúde.

Por sua vez, ampliou-se a tensão entre o Hamas e o presidente Mahmoud Abbas, pois apesar de o primeiro possuir a maioria parlamentar que lhe permite nomear os ministros do governo, o segundo tem o poder de destituir o primeiro-ministro e é também quem coordena as forças de segurança. O Hamas tentou criar uma milícia própria e paralela, o que acabou provocando algumas escaramuças armadas entre os dois grupos.

Abbas lançou agora a idéia de realizar um plebiscito em julho para a população expressar sua posição ante a proposta dos prisioneiros e sobre o reconhecimento do Estado de Israel. Foi um movimento para colocar o Hamas na defensiva politicamente, pois há pesquisas que indicam que mais de 70% da população palestina apoiaria o reconhecimento. Isso permitiria também retomar a ofensiva diplomática sobre Israel, uma vez que seu novo governo se recusa a negociar com o governo palestino, alegando que este não reconhece seu direito de existir como Estado, e vem afirmando que definirá as novas fronteiras unilateralmente, e não de acordo com a resolu-

ção da ONU de retorno às fronteiras de 1967. Conta, inclusive, com o apoio de Bush e Blair para tanto, embora não com o aval do conjunto da UE.

Para responder a disparos de mísseis a partir da Faixa de Gaza por alguns grupos palestinos menores que não aderiram à trégua em vigor, o governo israelense retomou a política de assassinatos dirigidos por meio de disparos de mísseis e de artilharia. Num desses ataques matou uma família inteira que fazia piquenique numa praia de Gaza, causando grande comoção e levando o Hamas e outros grupos a anunciarem a suspensão da trégua.

Esse fato, além de seu aspecto criminoso, fez estragos políticos por todos os lados, pois o ministro da Defesa israelense é o trabalhista Amir Peretz, agora indiretamente responsável por um massacre de inocentes. Convocar um plebiscito para reconhecer Israel e propor negociações de paz nestas circunstâncias corre o risco de não atingir o objetivo proposto.

No momento há conversações internas na Palestina em andamento e a expectativa é de que pelo menos se chegue a um acordo entre OLP e Hamas para que juntos possam dar seguimento ao que foi tão duramente conquistado até aqui. Leia mais sobre a Palestina na reportagem especial da *Al-Jazeera*, disponível em <<http://english.aljazeera.net/NR/exeres/8B6EB4AA-E7C3-49AC-9F3E-A70603635511.htm>>; “European meets Israeli and Abbas on Palestinian Aid Plan” <<http://www.nytimes.com/2006/06/19/world/middleeast/19cnd-mideast.html>>; “Commissioner: the EU will not recognize unilateral borders” <<http://www.ejpress.org/article/news/9161>>.

IRÃ

A novidade em relação a este processo foi a apresentação de uma nova proposta da União Européia para evitar que o Irã continue produzindo urânio enriquecido e possa adquirir algum dia a tecnologia de produção de armas nucleares. A proposta incluiria uma série de benefícios econômicos e o apoio para sua adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC), além do fornecimento de urânio enriquecido para a geração de energia ou a possibilidade do enriquecimento local de urânio sob supervisão internacional.

Antes da apresentação desta proposta, os EUA e a UE pretendiam aprovar uma resolução do Conselho de Segurança da ONU solicitando ao Irã que interrompesse o enriquecimento sob pena da aplicação de sanções

internacionais. Porém, a oposição da Rússia e da China à possibilidade de sanções e o apoio às negociações contribuiu para a apresentação do novo pacote, inclusive com o aval norte-americano, apesar da retórica belicista que tem apresentado.

A iniciativa, pelo menos, provocou o início de um processo de negociação até o momento (leia mais em “Iran: a manufactured crisis” <<http://www.counterpunch.org/peterson06012006.html>>).

A REVOLTA DE SOWETO COMPLETA 30 ANOS

Houve várias mobilizações e revoltas durante o enfrentamento ao *apartheid* na África do Sul, e a maioria delas custou vidas humanas. Por exemplo, na revolta de Sharpewille em 1960, contra os banimentos forçados e a obrigação do uso de passaportes internos pela população negra, a polícia matou 76 pessoas.

No dia 16 de junho de 1976 milhares de estudantes secundaristas de Soweto, uma das cidades dos subúrbios de Johannesburgo e habitada somente por negros, saíram às ruas para protestar contra a obrigatoriedade do ensino do *africaans*, o idioma falado pela minoria branca opressora. A polícia reagiu com disparos de armas de fogo e vários estudantes foram mortos e feridos, entre eles Hector Peterson, cuja imagem sendo carregado por seus colegas atravessou o mundo na época e ajudou a sensibilizar a opinião pública mundial em relação à barbaridade da política racista do governo sul-africano.

O movimento iniciado em Soweto espalhou-se pelo país e a repressão em geral provocou aproximadamente 566 mortes. Em processos como este é sempre difícil definir onde o fim começa, mas não há dúvida de que o ocorrido em Soweto teve um papel fundamental nas mudanças que começaram na década seguinte e que levaram à queda do regime no início dos anos 1990.

Como o próprio Nelson Mandela reconhece no seu livro autobiográfico *Um longo caminho para a liberdade*, os militantes jovens que participaram desta mobilização, embora seguidores das idéias dos líderes mais antigos da ANC, do PC Sul Africano e de outras organizações, eram muito mais agressivos e incisivos no questionamento das atitudes dos governantes do *apartheid* do que aqueles. Mandela achou mesmo irônico que alguém

como ele, condenado à prisão perpétua por envolvimento com a resistência armada ao regime, fosse considerado um moderado diante da nova geração de militantes.

Na verdade, era a revolta chegando às grandes massas populares urbanas e sua aproximação de onde viviam os brancos. As conseqüências que viriam de um sistema de segregação racial forçada começavam a se tornar visíveis para partes importantes da elite branca e um processo de distensão, ainda que incipiente, foi iniciado (leia mais em “The long march to freedom”, <<http://www.guardian.co.uk/southafrica/story/0,,1797068,00.html>>).

CONFLITOS NO TIMOR LESTE

A população timorense novamente teve que se deslocar para as montanhas, porém desta vez não foi para fugir dos soldados indonésios ou de milícias pró-Indonésia como no passado da luta pela independência. Agora o conflito que levou quase 30 pessoas à morte se deu entre habitantes do próprio Timor-Lorosae, o nome oficial da antiga colônia portuguesa até 1975, e foi ocupada pela Indonésia até 1999.

O estopim foi a demissão de aproximadamente 600 membros das Forças Armadas timorenses, quase metade do Exército de 1.400 homens, por terem feito greve contra os baixos soldos e as alegadas discriminações nas promoções. A decisão foi do primeiro-ministro Mari Alkatiri. Forças leais ao primeiro-ministro reprimiram com violência uma manifestação dos soldados demitidos que se refugiaram nas montanhas, prometendo iniciar um movimento de guerrilhas para depô-lo. Posteriormente, um grupo de soldados abriu fogo sobre policiais desarmados que estavam sendo escoltados por forças de paz da ONU e dez morreram. Remanescentes das milícias e outras gangues originadas da pobreza que persiste no país também se envolveram e a violência se generalizou. A Austrália e outros países enviaram tropas para intervir e acalmar a situação.

Embora o Timor seja rico em petróleo e outros recursos naturais, a pobreza estrutural continua presente, e o governo eleito em 2002 não tem conseguido encontrar o caminho correto. O país ainda é tutelado pela ONU e muitas das políticas implementadas são absolutamente neoliberais, o que somente tem agravado a situação.

Além disso, há divergências profundas entre o presidente Xanana Gusmão e o primeiro-ministro Alkatiri que vêm desde a luta pela independência. Xanana, que esteve vários anos preso na Indonésia, tem a origem de sua atuação política nas Forças Armadas de Libertação do Timor Leste (Falintil), enquanto o primeiro-ministro militava na Frente de Libertação do Timor Leste (Fretilin), que englobava várias tendências.

O presidente tem apenas o Poder Moderador, enquanto o Poder Executivo é do primeiro-ministro. No entanto este não tem demonstrado a necessária habilidade para lidar com conflitos e soluções equilibradas. Há uma visão de que enquanto ex-membros das FALINTIL tiveram que se mobilizar, inclusive para serem incorporados às novas Forças Armadas, antigos colaboradores da Indonésia chegaram a altos postos na polícia.

O presidente avocou “estado de emergência” para assumir o controle e, embora o primeiro-ministro tenha permanecido no cargo, pelo menos no início, foram demitidos os ministros do Interior, Rogério Lobato, ligado a Alkatiri, e o da Defesa, Roque Rodrigues, ligado a Xanana, respectivamente responsáveis pela polícia e pelo Exército. Este último foi embaixador da resistência timorense em Angola durante a luta pela independência e esteve algumas vezes no Brasil.

Foi “uma no cravo e outra na ferradura”, mas que não resolve o problema. Um bom começo seria um projeto sério de desenvolvimento, que aproveitar-se o fato de a população ser de apenas 1 milhão de habitantes e haver recursos naturais que podem financiar um outro processo afim ao que disse certa vez o ministro Roque no início do governo: “Não vamos nos embriagar com o petróleo. Este terá que servir apenas para apoiar o nosso desenvolvimento” (leia mais em <www.agencialusa.com.br>).

REUNIÃO DO G-8

A reunião anual de 2006 do G-8 será em São Petersburgo, na Rússia, de 15 a 17 de julho. Os temas em pauta são basicamente os de sempre e desta vez está garantido que não haverá manifestações relevantes da sociedade civil. Será também a estréia de dois novos governantes: Angela Merkel, a chanceler alemã, e o primeiro-ministro da Itália, Romano Prodi.

Site oficial da presidência do G-8 em 2006, por parte da Federação Russa: <<http://en.g8russia.ru/>>

UNIÃO EUROPEIA DECIDE ADIAR IMPLANTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

Na cúpula recém-realizada entre os países membros da União Européia decidiu-se adiar por dois anos uma possível implantação da Constituição Européia. A sua implantação entrou em crise com a decisão de dois referendos, na França e na Holanda, de rejeitá-la, pois o entendimento da maioria da opinião pública destes países era que a Constituição ampliaria demasiadamente os poderes das instituições comunitárias em detrimento das legislações nacionais.

Também decidiu aceitar a adesão da Eslovênia à zona do euro, e a Finlândia assumiu a presidência da UE para o próximo período em substituição à Áustria (para mais informações e detalhes acerca da Constituição Européia, acesse <http://europa.eu/constitution/index_en.htm>).

CHINA FREIA CRESCIMENTO

Não são apenas os países mais inseridos na globalização financeira que se preocuparam com os recentes recados vindos do Banco Central americano, o FED, e possíveis ataques especulativos, mas também a China. Este país acaba de enxugar a sua liquidez, retirando moeda de circulação por meio de depósitos compulsórios dos bancos. A preocupação é com a estabilidade, mesmo que freando o crescimento econômico, que ainda assim deverá ser alto (leia mais em “China y la India anuncian que reabrirán sus fronteras al comercio bilateral después de 44 años”, disponível em <<http://www.elmundo.es/elmundo/2006/06/19/internacional/1150685372.html>>).

PRIMEIRA SESSÃO DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU

Foi iniciada, no dia 19 de junho, a primeira sessão do novo Conselho de Direitos Humanos da ONU, que substitui a antiga Comissão de Direitos Humanos e foi um dos aspectos mais importantes da reforma da ONU ocorrida até aqui. A jornada dos 47 países que o compõem durará duas semanas, nas quais os delegados estabelecerão os métodos de trabalho do conselho.

Há expectativa de que nenhum caso individual seja analisado, a não ser o da discussão dos territórios palestinos. Em princípio devem ser adotadas

resoluções mais gerais relativas a direitos dos povos indígenas e desaparecidos políticos.

Os Estados Unidos não fazem parte do Conselho e acompanham a reunião na condição de observadores (para saber mais sobre o Conselho, acesse página de notícias da ONU: <<http://www.un.org/apps/news/infocusRel.asp?infocusID=114&Body=human%20rights%20council&Body1=>>>).

Periscópio Internacional n° 5

agosto de 2006

ELEIÇÃO NO MÉXICO

Nos capítulos anteriores registramos o acirramento da eleição presidencial mexicana, particularmente a disputa entre o candidato do Partido Ação Nacional (PAN), Felipe Calderón Hinojosa, e do Partido da Revolução Democrática (PRD), López Obrador, que segundo alguns institutos de pesquisa mexicanos chegaram a alternar a ocupação do primeiro lugar na preferência popular, embora o segundo tenha estado à frente na maior parte do tempo.

Lopez Obrador enfrentou, pela direita, uma campanha caluniosa e anticomunista, bem como o poder econômico e a máquina do governo. Pela esquerda, representada pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e outros grupos, enfrentou uma campanha que pregava o voto nulo com base na afirmação de que todos os candidatos eram “farinha do mesmo saco”, o que, na prática, só prejudicava a ele, pois era o único que disputava os votos da esquerda. Para culminar, o candidato do PRD agora luta para garantir uma recontagem voto a voto diante das constatações de fraude em várias circunscrições eleitorais.

Há vários indícios de manipulação dos votos em favor de Calderón em estados governados pelo PAN, combinada com uma sofisticada tentativa em nível nacional para encobrir o ocorrido por meio do sistema de totalização de votos. Este é feito pelo Instituto Federal Eleitoral (IFE) somando os resultados apresentados nas atas de cada urna elaboradas nas apurações em cada junta eleitoral, uma vez que não existe uma contagem centralizada de votos.

Assim, no dia seguinte à eleição, houve um anúncio informando que Calderón havia vencido por uma diferença de aproximadamente 1%, resultado rapidamente aceito pelos três outros candidatos presidenciais, Madrazo, do Partido Revolucionário Institucional (PRI), e os de dois partidos nãnicos.

No entanto, diante dos questionamentos do PRD, apareceram as atas de quase 11 mil urnas que representavam cerca de 3,4 milhões de votos, os quais “por uma falha”, não haviam sido incluídos na contagem. A soma destes votos levou ainda mais um dia e no final ainda favoreciam o candidato do PAN, mas com 35,89% dos votos ante 35,31% para López Obrador, uma diferença de apenas 0,58% ou 243.934 votos, num total de 41,1 milhões de votos.

Ou seja, utilizou-se um erro que teria sido “humano e de boa fé” – e que foi rapidamente corrigido sem alterar o resultado final –, para disfarçar a verdadeira fraude embutida nas urnas. Esta correção foi argumento suficiente para a mídia, o setor empresarial do México e o presidente Bush darem a eleição como vencida por Calderón. É por isso que o PRD apelou do resultado ao Tribunal Eleitoral do Poder Judiciário da Federação (TRIFE) solicitando a recontagem centralizada dos votos, a única forma que ainda possibilitaria definir o real resultado. As suas reclamações referem-se a irregularidades em aproximadamente 50 mil urnas, quase a metade das 132 mil que funcionaram na eleição.

A decisão cabe aos sete juízes que compõem o TRIFE e que têm até o início de setembro para se posicionar. O pleito do PRD está sendo apoiado por grandes mobilizações populares, como a do dia 16 de julho, quando um grande número de pessoas atendeu ao chamado do partido para participar da “resistência civil” e marcharam pela Cidade do México, terminando com uma concentração de mais de 1 milhão de pessoas no Zócalo, a praça central da cidade (leia mais em <www.alainet.org>).

Independentemente do resultado dessas ações, a eleição confirmou uma profunda alteração no quadro político partidário do México.

O PRI surgiu do processo político desencadeado pela Revolução Mexicana entre 1910 e 1918. Implementou uma forte política de desenvolvimento nacional e foi responsável pela introdução do modelo de substituição de importações. No entanto, a sua concepção de Estado interligava instituições como sindicatos, partidos, organizações de camponeses com o governo, tirando-lhes sua autonomia, mas possibilitando que o PRI governasse o país ininterruptamente por quase 80 anos. O partido vinha sofrendo uma mutação ideológica em relação ao passado, que se explicitou ao longo dos anos 1980, e foi de sua responsabilidade a implantação do projeto neoliberal no país. Em 2000 perdeu as eleições presidenciais para Vicente Fox, do PAN, e agora seu candidato chegou em terceiro lugar.

O PAN tem origem no “movimiento cristero” da década de 1920, que foi uma reação capitaneada pela Igreja Católica em oposição ao PRI, que pretendia usar suas terras para fins da reforma agrária, e sempre representou as forças sociais mais conservadoras do México. Foi o partido que em 2000 conseguiu capitanear o desgaste do PRI e o desejo de mudança do povo mexicano, embora elegendo Fox, um ex-executivo da Coca-Cola, que nada mais fez que aprofundar a aplicação das políticas neoliberais.

O PRD é uma dissidência do PRI devido ao autoritarismo, à corrupção e ao centralismo desenvolvido neste partido e também uma reação às mudanças ideológicas que se expressam a partir dos anos 1980. No PRI existia o método do *dedazo* para a cúpula partidária apontar o candidato à sucessão. Para a eleição de 1988 o escolhido foi Carlos Salinas de Gortari. Porém, o candidato preterido internamente, Chuathemóc Cardenas, filho do ex-presidente Lázaro Cardenas e defensor de posições ideológicas próximas às tradições nacionalistas do PRI, candidatou-se por um pequeno partido, mas perdeu devido a uma fraude escandalosa. Após a eleição, o PRD foi fundado.

Além da queda do PRI, o PRD tornou-se uma alternativa real de poder e um pólo de oposição ao PAN e PRI pela esquerda. Nesta eleição, em coligação com o Partido do Trabalho e o Partido da Convergência, aumentou seu número de cadeiras na Câmara de Deputados de 19,4% para 28,99%, enquanto o PRI caiu de 39,8% para 28,21%. O PAN, por sua vez, cresceu de 29,6% para 33,39%. Outros partidos menores somaram 9,41%. No Senado, o PAN obteve 33,54%; o PRD, 29,69%; e o PRI, 28,07% (para acompanhar a cobertura completa do jornal *La Jornada* sobre as eleições mexicanas de 2006, leia <<http://elecciones.jornada.com.mx/>>).

ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE NA BOLÍVIA

No dia 2 de julho realizou-se a eleição para compor a Assembléia Nacional Constituinte da Bolívia, bem como o referendo sobre a autonomia departamental. De um total de 255 cadeiras, o Movimiento Al Socialismo (MAS) do presidente Evo Morales obteve 139, equivalente a 50,7% dos votos. O Podemos obteve 15,3% e 62 cadeiras; a Unión Nacional, 7,2% e sete cadeiras; e outros partidos, 26,8% e 47 constituintes.

Embora o MAS não tenha alcançado dois terços dos votos, o que lhe permitiria aprovar sozinho as alterações na Constituição, confirmou-se como a força política mais importante da Bolívia. A Assembléia será instalada em Sucre, capital administrativa do país, em 6 de agosto. A sua agenda é aprovar novas leis que possibilitem “descolonizar” o Estado, assegurar a propriedade sobre os recursos naturais, promover a inclusão social, combater a pobreza, fortalecer a soberania nacional, entre outros pontos.

Aparentemente, o MAS já teria o apoio de três partidos menores, somando os votos de outros 19 constituintes, mas ainda assim terá que negociar com a direita. Não será um processo fácil, pois além desta negociação enfrentará a oposição da Confederación Obrera Boliviana (COB) e outros grupos étnicos que consideram que Evo Morales não tem sido suficientemente radical nas suas iniciativas até aqui.

A questão da autonomia departamental também permanece em aberto, pois em nível nacional a soma dos votos foi 57,6% pelo “não” e 42,4% a favor do “sim”. Porém, em quatro departamentos, de um total de nove, prevaleceu o “sim”. Estes foram Beni, Santa Cruz, Pando e Tarija. Além disso, a formulação da pergunta foi confusa e deu margem a que a direita fizesse propaganda a favor do “sim” como uma fórmula de promover total autonomia dos departamentos, em vez de uma proposta de descentralização administrativa e de poder, como temos, por exemplo, no Brasil.

Mas, como estão dizendo por lá: *Ahora nos queda trabajar y escuchar el pueblo* (leia mais em <www.cedib.org>).

ELEIÇÕES NICARAGÜENSES

De acordo com pesquisas recentes, Daniel Ortega, da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), continua em primeiro lugar na preferência popular, seguido pelo candidato da direita, Eduardo Montealegre, da Aliança Liberal Nicaragüense.

A novidade foi o falecimento do candidato sandinista dissidente, o ex-prefeito de Manágua Herty Lewitis, em julho, e que na última pesquisa estava em quarto lugar com 11,5% dos votos.

As eleições são em novembro.

INGRESSO DA VENEZUELA NO MERCOSUL

Esta foi a grande novidade da 30ª Reunião ordinária de Cúpula do Mercosul e países associados realizada no dia 21 de julho na cidade de Córdoba, na Argentina, com a participação da Venezuela já com o *status* de membro pleno. Para assegurar esta possibilidade, no entanto, terá um prazo para adequar suas tarifas externas de acordo com a Tarifa Externa Comum (TEC), já existente entre os quatro países fundadores.

As demais decisões foram basicamente para impulsionar a integração energética da região por meio do Gasoduto do Sul, ao qual aderiram também Bolívia, Paraguai e Uruguai; avançar na definição de um código aduaneiro do Mercosul; realizar as transações comerciais regionais nas moedas locais em vez do dólar norte-americano; definir as regras de funcionamento do Fundo de Convergência Estrutural (Focem); lançar um programa de erradicação da aftosa da região; assinar um acordo de complementação econômica com Cuba que envolve cerca de 3 mil linhas tarifárias; e também assinar um protocolo prevendo a negociação de um acordo de livre comércio com o Paquistão.

A presidência *pro tempore* durante o próximo semestre cabe ao Brasil e as resoluções adotadas, em tese, oferecem fartos temas para serem encaminhados durante o mandato brasileiro. No entanto, não se têm discutido alguns problemas fundamentais do Mercosul, entre eles sua falta de institucionalidade. Isto significa na prática que os técnicos brasileiros discutirão as propostas para responder às resoluções mencionadas acima durante os próximos seis meses para então submetê-las à aprovação dos presidentes na 31ª Reunião, em vez de encarregar instituições de simplesmente implementar o que foi decidido.

O problema é que estas instituições não existem e, se quisermos que o Mercosul avance, elas têm que ser criadas, a exemplo do prometido Parlamento do Mercosul ou do Fórum Consultivo de Estados e Municípios, que até agora não saíram do papel. Outro problema é a ausência de mecanismos de solução de controvérsias para lidar com questões como a das indústrias de papel e celulose a serem instaladas no lado uruguaio do rio Uruguai. O Tribunal de Haia não aceitou os argumentos argentinos, mas estes persistem na sua posição original de tentar impedir a construção dessas empresas, que são importantes para a economia uruguaia.

Uma terceira questão é a assimetria econômica entre os países membros. A criação do Focem é uma primeira iniciativa para lidar com isto, porém mais medidas se fazem necessárias.

De qualquer maneira e com todas as dificuldades de combinar os interesses nacionais com os regionais, parece que cresce uma compreensão da importância da integração como forma de beneficiar a todos (leia mais em “Reforzar el Mercosur”, <http://www.elpais.es/articulo/opinion/Reforzar/Mercosur/elpporopi/20060706elpepiopi_3/Tes/>).

LIGEIRA AVALIAÇÃO DO PROCESSO POLÍTICO LATINO-AMERICANO ATUAL

A não ser que López Obrador e o PRD consigam reverter o resultado eleitoral mexicano na Justiça, as únicas eleições presidenciais deste ano cujos vencedores poderão se somar à onda de governos progressistas na América Latina são os da Nicarágua e do Equador. Ainda este ano trata-se de assegurar a continuidade dos atuais governos no Brasil e na Venezuela e, em 2007, na Argentina.

Para as forças progressistas do continente, o balanço dos resultados eleitorais é muito positivo. Além dos governos de Cuba, Venezuela, Brasil e Argentina, foram eleitos presidentes do campo progressista e/ou da esquerda na Bolívia, no Panamá e no Uruguai e foi mantida a posição no Chile com a eleição de Michelle Bachelet. A direita ganhou na Colômbia, mas o Pólo Democrático Alternativo tornou-se a segunda força política naquele país, assim como o PRD no México, embora neste ainda se aguarde o resultado oficial da eleição presidencial.

As forças tradicionais de esquerda foram mal no Peru, pois não elegeram um parlamentar sequer. Contudo, o candidato classificado pela mídia como de esquerda foi Ollanta Humala, que chegou em segundo lugar, embora sua coalizão Unión Por el Peru (UPP) tenha eleito a maior bancada no parlamento peruano.

Ser nacionalista nos dias de hoje, ao menos na opinião da mídia, é suficiente para ser classificado de “esquerdista” na América Latina, pois significa oposição à globalização neoliberal e à transnacionalização das economias nacionais. No entanto, por mais importante que seja a defesa das economias nacionais como perspectiva de desenvolvimento e rompimento da de-

pendência dos países centrais, ainda assim o nacionalismo não é sinônimo de esquerda. Basta ver a postura nacionalista de Israel, dos EUA ou da Rússia. Poderíamos dizer que ser de esquerda exige uma dose de nacionalismo, mas ser nacionalista não implica necessariamente adotar posições de esquerda.

De toda maneira, Humala poderia ser um aliado no processo político que ora se desenvolve no nosso continente. Voltamos a afirmar que devemos aguardar o início do novo governo peruano para melhor identificar os posicionamentos tanto do governo da Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA) quanto da oposição da UPP.

Os partidos de direita, a mídia e as forças econômicas na nossa região tentarão apresentar este quadro de forma totalmente diferente, como uma vitória das forças de mercado que barraram o “populismo de esquerda no Peru, na Colômbia e no México” e, além disso, nas cinco eleições em disputa este ano, a direita ganhou nos três países mais importantes e agora tentarão repor as coisas nos trilhos no Brasil, na Venezuela e na Argentina.

Aliás, chamar nossos governos de populistas é uma maneira de tentar estigmatizar a nossa política. Quando Lula ou Chávez visitam bairros ou implementam programas sociais é populismo, mas quando FHC monta num jegue, usa chapéu de cangaceiro e come buchada de bode, como fez em 1994, é simples campanha eleitoral, assim como quando Alckmin agora arrisca uns passos de forró.

Um outro truque, que partiu do ex-ministro de Relações Exteriores do governo Fox, Jorge Castañeda, é classificar os governos progressistas entre esquerda moderna e esquerda atrasada. No primeiro grupo estariam Kirchner, Tabaré Vázquez, Lula e Bachellet e, no segundo, Fidel Castro, Chávez e Evo Morales. O problema é que isto vem ao encontro de alguns maniqueísmos que existem também do nosso lado, pois muitas vezes não se consideram a realidade e os processos históricos de cada país e se deseja que tudo se transforme da mesma maneira e com a mesma rapidez, o que é uma perspectiva que não existe.

Neste momento da disputa eleitoral no Brasil esses assuntos estarão presentes no debate. Já em 1989 Collor de Mello usava o argumento da derrota dos sandinistas nas eleições nicaraguenses e a queda do Muro de Berlim contra a Frente Brasil Popular, e agora tentarão vincular Chávez a Lula, explorar a nacionalização do gás boliviano e a vitória da direita nos países mencionados contra nós.

REUNIÃO DO G-8 EM SÃO PETERSBURGO

A reunião anual do grupo este ano foi em São Petersburgo, na Rússia, entre os dias 15 e 17 de julho e como de costume contou com a presença de alguns países convidados, como Brasil, Índia e Congo, entre outros.

Sua agenda e resoluções formais também não trouxeram grandes novidades, embora a reunião tenha se realizado em seguida a mais um fracasso das instâncias da Organização Mundial do Comércio (OMC) em definir uma conclusão para a Rodada Doha e ao início da escalada dos ataques de Israel ao território libanês.

Os temas oficialmente tratados foram: um programa de “Educação para as sociedades inovadoras do século XXI”, a atualização do programa de cooperação com a África, o combate à AIDS e outras doenças infecciosas, o combate à corrupção (apesar de apenas três países do G-8 terem ratificado a convenção da ONU que trata disto) e um programa de segurança energética global. No texto final há também uma orientação para que a OMC conclua seus trabalhos no “prazo de um mês”, assim como uma declaração dirigida às partes em conflito no Oriente Médio, instando-as a que cessem a violência e utilizem meios diplomáticos para alcançar um acordo.

Na verdade o tema discutido e que produzirá desdobramentos é o que se refere à segurança energética. Começa a surgir um mínimo de consciência sobre o limite das reservas de petróleo e dos efeitos negativos para a economia mundial da especulação em andamento sob a desculpa dos conflitos no Oriente Médio, que chegou a elevar o preço do barril a US\$ 78.

No entanto a alternativa, na visão das grandes potências, não passa pelas fontes de energia renováveis como o álcool e o biodiesel defendidos pelo Brasil, mas sim pela ampliação do uso da energia nuclear, conforme o projeto do governo britânico que já havíamos mencionado em capítulo anterior. Este envolve setores industriais importantes, bem como os fornecedores de urânio enriquecido, o que também explica em parte os interesses que ativam o atual conflito com o Irã.

ESTADOS UNIDOS E O “EIXO DO MAL”

Com a queda da aprovação dos norte-americanos à guerra que já dura quatro anos, não são raras as declarações que expressam a dificuldade em

recrutar novos soldados que aceitem defender os princípios dos EUA no campo de batalha. A consequência disso é um relaxamento das normas aplicadas para o recrutamento, o que tem permitido a infiltração de militantes neonazistas no Exército, fato ilustrado pelo aparecimento de grafites com símbolos da Nação Ariana em Bagdá.

Os dados estão contidos no relatório do Southern Poverty Law Center, um grupo pró-tolerância que rastreia as atividades de grupos neonazistas e paramilitares nos EUA.

Além dos depoimentos, grafites com símbolos ligados à supremacia branca estão sendo encontrados em Bagdá, segundo os dados encontrados em seu relatório (o documento está disponível em: *Racist extremists active in U.S. military*, <http://www.splcenter.org/intel/news/item.jsp?site_area=1&aid=197>).

Com esse fato, não nos surpreende a atual corrente de notícias que revelam os abusos cometidos pelos soldados norte-americanos em missão no Iraque, que em um círculo vicioso apenas diminui a confiança da população nesta guerra e nas suas motivações e se soma aos problemas anteriores, como as torturas na prisão de Abu-Ghraib e os recentes suicídios no campo de prisioneiros em Guantánamo.

Aliás, houve também uma decisão da Suprema Corte norte-americana determinando que esses prisioneiros têm que ser submetidos a julgamento e, apesar das negativas de diversos governos europeus mencionados, confirma-se a ocorrência de vôos secretos da CIA transportando prisioneiros a países onde podem ser interrogados sob tortura, sem impedimentos legais, e que teriam pousado em aeroportos de países europeus.

Esta desaprovação da forma como o processo foi conduzido no Iraque recebeu mais um reforço com a notícia de que programas secretos de inteligência foram levados a cabo pela Casa Branca sem o conhecimento do Congresso e do Senado e, portanto, sem sua aprovação, como a Constituição manda.

Outro golpe na política externa de Bush foi desferido em pleno Dia da Independência norte-americana, 4 de julho, com a realização de testes nucleares pela Coreia do Norte. Contudo a reação dos EUA foi surpreendentemente multilateralista, convocando outros países da região a engrossarem um pedido para cessar o programa nuclear de Kim Jong-il.

Atitudes como estas são reflexos não só da suavização da imagem de Bush para preparar o Partido Republicano para as eleições de novembro próximo,

mas também efeito de um debate mais aprofundado sobre a política externa dos EUA, com a crítica à “diplomacia do cowboy” de George W. Bush e a insustentabilidade da Doutrina Bush da guerra preventiva. Além disso, a Coreia do Norte tem a China como aliada tradicional e pode possuir armamento nuclear (leia mais em “Solution in sight” – Noam Chomsky, disponível em <<http://www.chomsky.info/articles/20060623.htm>> e em “An American foreign policy that both realists and idealists should fall in love with”, <<http://www.nytimes.com/2006/07/16/opinion/16wright.html?ex=1153281600&en=e46f7e372d1c393f&ei=5087%0A>>).

O DEBATE SOBRE A QUESTÃO DA IMIGRAÇÃO

Enquanto nos Estados Unidos o debate sobre a construção de um muro para separar a fronteira com o México continua acirrado, na França pós-distúrbios foi aprovada em junho uma nova legislação mais dura contra os imigrantes, que vem sendo considerada racista pelos grupos franceses de defesa dos direitos humanos.

A proposta da nova lei foi desenhada pelo ministro do Interior, Nicolas Sarkozy, que é tido como um forte candidato da direita às eleições presidenciais de 2007, e traz novas exigências para o recebimento da permissão de residência, dificultando a permanência de imigrantes sem formação e abolindo o direito dos imigrantes ilegais de receberem permissão de residência mesmo após dez anos de vida na França. A maioria dos imigrantes franceses são provenientes das ex-colônias e a aprovação da nova lei tem sido duramente criticada pelos governos africanos, como o do Senegal.

Na Holanda, a questão da imigração causou uma séria crise política e social que culminou com o enfraquecimento da minoritária coalizão de centro-direita que governa o país. A retirada do partido D66 da base de apoio governista fez com que o primeiro-ministro Jan Peter Balkenende entregasse sua renúncia à rainha Beatrix.

Contudo, após consultas com os partidos, foi aceito que o governo de Balkenende prossiga, mas as eleições, antes marcadas para maio de 2007, foram antecipadas para 22 de novembro próximo, em uma tentativa de fortalecer o Estado holandês, que desde 2002 trocou de gabinete pela terceira vez nesta última crise (leia mais em “Dutch election now set for this year”, disponível em

<<http://www.businessday.co.za/articles/world.aspx?ID=BD4A225751>> e “New – minority – government for the Netherlands”, disponível em <<http://www.radionetherlands.nl/currentaffairs/ned060707amc>>).

Na contramão das tendências de direita que permeiam o debate na Europa, foi realizado em junho o II Fórum Social Mundial das Migrações na Espanha (para saber mais sobre ele, leia em <<http://www.fsmm2006.org/es/>>).

CRESCIMENTO DA CHINA

A China ultrapassou o Reino Unido no ano de 2005 e foi alçada ao posto de quarta maior economia do mundo, segundo dados do Banco Mundial. Estados Unidos, Japão e Alemanha estão posicionadas nos três primeiros lugares do *ranking*, respectivamente.

Segundo observadores, o crescimento da economia chinesa tem também mostrado fortes reflexos no continente africano, com o aumento dos investimentos em razão da busca por fontes de energia e matérias-primas que sustentem seu progresso.

Como parte da estratégia para assegurar o fornecimento dos recursos minerais e energéticos em condições tão favoráveis como encontradas hoje, a China iniciou um processo de auxílio técnico e econômico a governos africanos, além de empréstimos livres de taxas e créditos preferenciais. Atualmente são contabilizados cerca de 900 projetos de investimento no território africano financiados com recursos de origem chinesa.

Analistas enfatizam a mudança gradual de eixo nas relações chinesas, das potências globais à construção de capital político com os países subdesenvolvidos. Para eles, esta tendência é cada vez mais aparente desde que Hu Jintao tornou-se presidente em 2002. Seu antecessor, Jiang Zemin, era partidário de relações mais próximas com os Estados Unidos como motor do crescimento econômico chinês.

Contudo, a presença de petróleo na África, considerada por Pequim como uma alternativa viável com relação ao produto vindo do Oriente Médio, colocou o continente africano num patamar privilegiado em relação à China. Hoje 25% do petróleo importado pela China provém da África, assim como grande parte do alumínio e do cobre, imprescindíveis para alimentar a crescente produção industrial chinesa.

CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU

A sessão inaugural do novo Conselho de Direitos Humanos da ONU aprovou como seu primeiro ato formal a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Além do Brasil, outros 29 países¹ votaram a favor da aprovação do documento, que foi discutido e modificado por 20 anos. *Lobbies* de países como Canadá e Estados Unidos, com grande população indígena, apresentaram muitas ressalvas às discussões ligadas a este tema, tanto é que o Canadá e a Federação Russa foram os únicos países que votaram contra a Declaração.

A preocupação com as questões de integridade territorial e autonomia dos territórios levou ainda Marrocos, Argélia, Gana, Nigéria, Senegal, Tunísia, Bangladesh, Filipinas, Ucrânia e Argentina a se absterem da votação.

O texto da Declaração reforça as garantias já existentes na legislação brasileira no tocante aos direitos dos povos indígenas (leia o texto da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, recomendada pelo Conselho para ser adotada pela Assembleia Geral: <<http://www.ohchr.org/english/issues/indigenous/declaration.htm>>).

GUERRA NA PALESTINA E NO LÍBANO

Primeiro foi o ataque maciço de Israel contra a Faixa de Gaza sob a justificativa da ação de um grupo de palestinos que atacou um posto de vigilância do Exército israelense matando dois soldados e prendendo um. Esta retaliação causou a morte de dezenas de civis palestinos; centenas de pessoas, inclusive ministros da Autoridade Palestina, foram presas e várias instalações de serviços públicos, como a subestação central de Gaza, foram destruídas, interrompendo o fornecimento de luz e água e deixando a população em situação ainda mais precária que o normal.

Depois foram o bloqueio e o bombardeio indiscriminado ao Líbano, sob a justificativa de uma incursão de militantes do Hezbollah em Israel que

¹ Camarões, Ilhas Maurício, África do Sul, Zâmbia, China, Índia, Indonésia, Japão, Malásia, Paquistão, República da Coreia, Arábia Saudita, Sri Lanka, República Checa, Azerbaijão, Polónia, Romênia, México, Peru, Cuba, Equador, Guatemala, Uruguai, Suíça, Finlândia, França, Alemanha, Holanda e Reino Unido.

prenderam dois soldados israelenses e o lançamento de foguetes sobre cidades no norte de Israel.

Israel ocupa um território que não é seu e é de se esperar que houvesse resistência armada contra isto, assim como houve em vários países europeus contra a ocupação nazista e em muitas colônias contra os colonizadores. Porém, mesmo se partirmos do pressuposto de que os ataques mencionados tenham sido dirigidos contra alvos em território israelense, o direito à defesa de Israel não tem nada a ver com as ações em execução.

O Líbano estava se recuperando a duras penas do conflito anterior que durou vários anos e agora sofre um bloqueio aéreo e naval, bem como bombardeios indiscriminados. Bairros inteiros foram destruídos pelo simples fato de a maioria de seus moradores serem xiitas e, portanto, potenciais membros do Hezbollah. Há, até o momento, aproximadamente 350 mortos e mais de mil feridos, além de 500 mil refugiados numa população de apenas 4 milhões. O número de vítimas fatais israelenses é dez vezes menor. A Alta Comissária para os Direitos Humanos da ONU, Loise Arbour, classificou os ataques de Israel ao Líbano como crimes de guerra (leia mais em *The New York Times* de 20 de julho de 2006).

Das cinco estradas que ligam Beirute ao centro do país, quatro estão intransitáveis, 55 pontes foram destruídas, assim como o aeroporto, subestações de energia, um laticínio no Vale do Bekaa, dezenas de depósitos de combustíveis e postos de gasolina. Calcula-se que os prejuízos já somam mais de US\$ 4 bilhões.

E não vai parar por aí. A ONU lançou um apelo por um cessar-fogo e pela presença de forças de paz na região, que não apenas foi solenemente ignorado como criticado pelo governo dos EUA, que apóia as incursões israelenses, pois é sua oportunidade de atacar o Hezbollah, que Bush incluiu na sua lista de organizações terroristas; se Israel invadir o território libanês, poderá acarretar a reação da Síria. Isto seria muito conveniente, pois este país era também um dos alvos norte-americanos quando Bush decidiu atacar o Iraque, o que não fez na época porque este era muito mais forte que o primeiro. Agora poderá surgir a justificativa para Israel cumprir com esta parte (leia mais em “G8 calls for UN forces in Lebanon”, <<http://english.aljazeera.net/NR/exeres/0F48D254-D6EF-40AB-9A0C-01E44C96014A.htm>>, “US blocks ceasefire” <www.denverpost.com/nationworld/> e “Blair and Annan lead call for new UN force”, <<http://www.timesonline.co.uk/article/0,,3-2274627,00.html>>).

Difícilmente será alcançada uma solução apenas por meio dos atores locais. Pode-se imaginar o sentimento da população palestina, mesmo os mais moderados, diante de anos de agressões e privações, o que se soma à opinião pública de Israel, envenenada por anos de guerra e propaganda. Uma pesquisa realizada em 2003 por um professor chamado Asher Arian mostrou que entre os israelenses:

- 59% aprovavam o abandono dos assentamentos em troca da paz
- 56% aprovavam a separação unilateral
- 50% acreditavam que o objetivo de Arafat era destruir Israel
- 57% apoiavam a transferência da população árabe de Israel
- 64% apoiavam a transferência da população árabe dos territórios

Este quadro explica por que, para surpresa de muitos, o líder trabalhista Amir Peretz exigiu o cargo de ministro da Defesa na composição com o Kadima de Olmert, em vez de uma função na área econômica ou social, mais coerente com a sua campanha eleitoral. Embora haja disposição da maioria da população israelense para negociar um acordo de paz, a maioria também é a favor das iniciativas unilaterais e da separação entre os dois povos. Seu posicionamento neste ministério, mesmo traindo os princípios do movimento sindical, visa alçá-lo a posições mais altas no futuro, mesmo que ao preço das mortes e da destruição que ora ocorrem no Líbano e em Gaza.

A principal chave para a paz encontra-se na comunidade internacional, particularmente com os EUA, pois o seu apoio incondicional às atitudes israelenses estimula o prosseguimento da ocupação do território palestino, a manutenção da intolerância com os grupos que os norte-americanos classificaram de terroristas e a agressão aos países vizinhos.

No entanto, não devemos esperar grandes movimentações do governo Bush em contribuição à paz, pelo menos agora, pois é ano eleitoral nos EUA e ninguém quer problemas com o *lobby* judaico norte-americano. Tanto é que a moção no Congresso dos Estados Unidos em apoio aos ataques israelenses no Líbano teve apenas meia dúzia de votos contrários.

Portanto, cresce a responsabilidade dos demais países e da ONU. É preciso criar uma forte pressão internacional e de solidariedade com o Líbano e a Palestina para que cessem de imediato as hostilidades. Para quem quiser acompanhar diariamente os acontecimentos no Líbano indicamos os seguintes *sites*:

www.dailystar.com.lb (inglês)

www.naharnet.com (inglês)

www.lorient-lejour.com.lb (francês)

www.futuretvnetwork.com/LebanonUnderdestruction/ (fotos de uma TV local).

NOVO GOVERNO NO TIMOR LESTE

Após a renúncia do primeiro-ministro do Timor Lorosae (Timor Leste), foi escolhido o ex-chanceler e prêmio Nobel da Paz José Ramos Horta para sucedê-lo. Ele também acumulará a pasta da Defesa.

Por ora, a crise está debelada. Porém tornará a ocorrer com facilidade se não houver mudanças na política econômica neoliberal introduzida durante o período de tutela da ONU e se o governo australiano não respeitar a soberania do Timor para decidir quanto à política de exploração do abundante petróleo do seu litoral.

É aguardar para ver qual a postura a ser adotada por Ramos Horta, conhecido por ser um político moderado neste contexto (leia mais em “Austrália – Peacekeeper or Petroleum Predator?”, <<http://www.ipsnews.net/news.asp?idnews=33714>>).

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E TRABALHO DECENTE

Este é um conceito novo introduzido na Organização Intenacional do Trabalho (OIT) há alguns anos pelo seu diretor geral, Juan Somavia. Ele trata o trabalho a partir de uma visão subjetiva e objetiva mais ampla que as visões tradicionais ao incluir o respeito pelas normas fundamentais de trabalho², remuneração adequada, saúde e segurança no emprego, segurança familiar assegurada pelo trabalho, entre outros pontos.

A avaliação que se busca atualmente de cada país membro da OIT é em relação ao seu déficit de trabalho decente, e esta foi a discussão principal da Conferência Regional Latino-Americana da OIT realizada em Brasília no

² Liberdade sindical; direito à negociação coletiva e proibição de uso de trabalho infantil, trabalho escravo e de discriminação de qualquer espécie.

final de junho e que concluiu que o Brasil, por exemplo, teve significativa evolução no combate ao trabalho infantil e escravo (mais informações a respeito do conceito de trabalho decente da OIT em <<http://www.ilo.org/public/english/bureau/integration/decent/index.htm>>).

OS IMPASSES NA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

A reunião do Conselho Geral (CG) da OMC, realizada no final de junho, tampouco desatou o nó das negociações comerciais de acordo com o mandato aprovado em Doha em 2001 e as orientações emanadas da VI Conferência de Ministros da OMC realizada em Hong Kong no final de 2005.

Os países em via de desenvolvimento querem a redução substantiva dos subsídios domésticos e dos subsídios à exportação dos produtos agrícolas dos países desenvolvidos. Estes, por sua vez, não querem reduzi-los e pressionam os países em desenvolvimento para abrir seus setores de serviços e reduzir suas tarifas de bens não-agrícolas de forma significativa.

Na falta de um acordo no CG, este delegou ao diretor-geral, Paschoal Lamy, a tarefa de tentar construir uma proposta consensual e que tentasse limitar os subsídios domésticos norte-americanos a algo inferior a US\$ 20 bilhões ao ano, ao mesmo tempo em que teria que convencer o G-20 a aceitar uma redução de tarifas de produtos não-agrícolas de acordo com a chamada Fórmula Suíça de Coeficiente 20, que no caso do Brasil implicaria a redução concreta de quase 60% das suas tarifas, o que colocaria vários setores industriais em risco, assim como seus empregos.

Lamy levou este debate para a reunião do G-8 em São Petersburgo e este propôs a retomada das reuniões da OMC em Genebra, mesmo que por intermédio deste grupo menor de países, com o intuito de tentar alcançar um acordo até 15 de agosto. No entanto esta reunião também fracassou e as negociações foram suspensas *sine die* (leia mais em “Suma un nuevo fracaso la OMC”, <<http://www.jornada.unam.mx/2006/07/02/025n1eco.php>>, “U.S. joins fray at WTO talks” <http://www.businessweek.com/ap/financialnews/D8IIH73O1.htm?sub=apn_home_up%26chan=db> e em “World Trade Organization has not kept promise to poor nations” <<http://freeinternetpress.com/modules.php?name=News&file=article&sid=7420>>).

Periscópio Internacional nº 6

setembro de 2006

FIDEL CASTRO SE LICENCIA DA PRESIDÊNCIA DE CUBA

Devido à sua internação para a realização de uma intervenção cirúrgica, Fidel Castro se licenciou da Presidência do país. Não foi divulgada a natureza de sua enfermidade nem de seu estado de saúde, mas alguns dias depois ele foi fotografado recebendo a visita do presidente da Venezuela, Hugo Chávez. Fidel foi substituído interinamente na Presidência pelo seu irmão Raúl Castro.

O episódio foi festejado pelos seus inimigos, particularmente os do governo norte-americano e os membros da comunidade cubana que vive em Miami, nos EUA. Receberam a notícia como se houvessem alcançado o desmoronamento do regime cubano, que é o que eles vêm tentando provocar, sem sucesso, há tantos anos.

A imprensa recheou-se de “achismos políticos” que chegaram ao absurdo de afirmar que Raúl Castro coordenaria uma transição rumo a uma mudança radical do sistema político cubano.

Os EUA aumentaram imediatamente os recursos destinados às estações de rádio que desde o exterior emitem propaganda contra o governo cubano, anunciaram também que se preparariam para a chegada de caravanas massivas de *balseiros* às praias da Flórida e que estavam dispostos a discutir o levantamento do bloqueio. Desde que suas exigências tradicionais fossem cumpridas, é claro.

Aqui no Brasil a atitude da direita é ainda mais vergonhosa, pois além de apoiarem as intervenções norte-americanas os editoriais dos jornais começaram a perguntar de que lado o governo brasileiro ficaria, se do lado dos Estados Unidos ou do lado do Partido Comunista Cubano?

Estes fatos todos revelam que para setores da direita a Guerra Fria ainda não terminou. Para eles, a soberania e a opinião do povo cubano não valem um centavo. No entanto, muitas pessoas em todo o mundo se sensibilizaram com a enfermidade de Fidel e torcem para que ele se recupere logo.

Durante este processo, o governo, a população e as instituições cubanas revelaram-se sólidas. Raúl Castro tem exercido seu mandato discretamente, e as diferentes instâncias político-administrativas do país têm funcionado como sempre funcionaram.

O próprio Fidel, antes deste episódio, já havia “brincado” e anunciado que não pretendia governar até os 100 anos e que havia total tranqüilidade e alternativas nas instituições revolucionárias para superar qualquer ausência.

A Revolução Cubana já passou por vários momentos e é justo que os que se preocupam com ela debatam seus rumos. Quem tem acompanhado o processo sabe do desafio da fase atual, que se iniciou com o fim do “socialismo real” no Leste Europeu e as medidas que foram adotadas para viabilizar a economia cubana diante da nova realidade.

Os primeiros anos da década de 1990 foram particularmente duros diante da falta de recursos para importar insumos básicos para atender às necessidades do país, como petróleo e alimentos. Ao longo desse período percebe-se que há melhoras. Todas as políticas sociais, sobretudo as relacionadas à saúde e à educação, foram preservadas. Se tomarmos a restauração da parte antiga de Havana como um parâmetro, o progresso é nítido.

Porém há aspectos tanto subjetivos quanto objetivos desse processo a considerar. Por exemplo, é difícil avaliar qual é o impacto sobre o conjunto da população, principalmente os mais jovens, de algumas carências importantes sofridas ao longo de anos e que ainda persistem, bem como a diferença que há entre as pessoas que conseguem ter acesso a “divisas” (moeda estrangeira) e que podem adquirir certos produtos de acordo com o “livre mercado” e as que recebem em moeda local e somente compram o que as lojas oficiais podem oferecer.

Seja como for, quem tem legitimidade para discutir isso é o povo cubano, no momento em que considerar apropriado e sem qualquer interferência externa, particularmente daqueles que gostariam que Cuba retrocedesse à situação anterior à revolução (notícias sobre Cuba disponíveis em <<http://www.granma.cu/index.html>>).

INSTALAÇÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE NA BOLÍVIA

Esta ocorreu no dia 6 de agosto. Como mencionamos no *Periscópio* nº 5, as eleições para compor a Assembléia Nacional Constituinte da Bolívia (Exclusiva) reafirmaram o Movimiento Al Socialismo (MAS) como o partido hegemônico do país, embora não tenha conseguido eleger os dois terços de deputados constituintes necessários para aprovar as alterações que defende sem ter que negociar com outras forças políticas.

Agora vai ter que fazê-lo e os temas são espinhosos, pelo menos nas discussões com o poder econômico e os setores mais conservadores da Bolívia. São eles: regulamentação da posse do subsolo e dos recursos naturais, reforma agrária e a descentralização e autonomia administrativa de estados e municípios.

Além disso, existem pendências históricas, como a saída da Bolívia para o oceano Pacífico, que foi perdida no final do século XIX para o Peru e o Chile, que não dependem da Constituinte, mas do êxito da política externa boliviana em eventualmente conseguir algum acordo com seus vizinhos.

De qualquer maneira, a Constituinte será um exercício fundamental e poderá ajudar o país a adotar novos rumos para que se desenvolva e deixe de ser o mais pobre da América do Sul.

Nesse momento os deputados constituintes estão ainda debatendo as regras e os encaminhamentos dos trabalhos, particularmente os votos necessários para aprovar os parágrafos da nova Constituição. Os partidos minoritários entendem que os termos em que foi convocada a eleição da Assembléia Constituinte já garantiam que a maioria absoluta seria de dois terços, enquanto há outras interpretações de que esta maioria pode ser de 50% mais um dos votos.

POSSE DE URIBE NA COLÔMBIA

O presidente colombiano tomou posse no dia 7 de agosto e, como se previa, começou a tomar medidas no sentido de aprofundar o ajuste neoliberal na Colômbia por meio do anúncio de uma série de privatizações, alterações na legislação trabalhista e implementação do Tratado de Livre Comércio que já havia assinado com os EUA durante seu primeiro mandato.

Sua política neoliberal é favorecida pelo fato de sua coalizão política possuir maioria de deputados no Congresso colombiano. No entanto já vem enfrentando a oposição do movimento social, da Central Unitaria de Trabajadores (CUT) e dos parlamentares do Pólo Democrático Alternativo, que hoje representa a segunda força política no país (leia mais no *Periscópio* nº 4).

Uma medida que surpreendeu, embora tenha muita lógica, foi que Uribe começou a se livrar de antigos apoiadores que eram parte ou próximos dos grupos paramilitares de direita. Houve um acordo para depor armas, feito com as chamadas Autodefensas Unidas de Colômbia (AUC), também negociado durante seu primeiro mandato. Este previa que não haveria punições aos envolvidos em violações de direitos humanos, mas evidentemente não pode ser garantido devido à autonomia do Poder Judiciário.

No momento, a única coisa que Uribe pode garantir é que nenhum deles será extraditado para os Estados Unidos e ele tem afirmado que os ex-paramilitares que forem processados devem se entregar à Justiça.

Um dos estímulos a esta postura, e até a uma possível negociação com as guerrilhas de esquerda, é que os investidores estrangeiros precisam de um ambiente mais tranqüilo para garantir os seus retornos financeiros.

A população colombiana agradece (leia mais em “Segundo Uribe, os pontos principias de seu novo governo”: <<http://www.ciberamerica.org/Ciberamerica/Castellano/General/Noticias/detalle?id=6985>>, “Fin de la luna de miel – Cambio cuenta la serie de episodios que desencadenaron la orden del Presidente de recluir a los jefes paramilitares” <<http://www.cambio.com.co/html/pais/articulos/5211/>>).

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO MÉXICO

Com a recusa do TRIFE ((Tribunal Eleitoral do Poder Judiciário da Federação) em recontar todos os votos da eleição presidencial mexicana, ocorrida no último dia 2 de julho, os militantes do PRD e apoiadores de López Obrador, inclusive ele mesmo, ocuparam o Zócalo e o Paseo de la Reforma como forma de pressionar para que isto ocorra.

As autoridades têm até o dia 6 de setembro para declarar um vencedor das eleições ou anular a votação e convocar novo pleito para daqui a um ano. López Obrador contesta o resultado oficial e demanda a recontagem total

dos votos em razão de uma série de irregularidades ocorridas na eleição em 2 de julho passado. Uma recontagem parcial foi aprovada e realizada, e os resultados divulgados no dia 22 de agosto. Segundo o porta-voz da Presidência, o ganhador das eleições foi Felipe Calderón. Este, no entanto, não é o resultado oficial.

O TRIFE permitiu a recontagem dos votos de quase 12 mil distritos eleitorais que coletaram cerca de 4 milhões de cédulas. Este número representava menos de 10% do total de 132 mil urnas. Além de a quantidade de votos ser insuficiente para garantir uma recontagem justa, os distritos escolhidos foram locais nos quais Calderón acumulou uma suspeita maioria.

Enquanto isso, os apoiadores de López Obrador fecharam a Bolsa de Valores com seus protestos, assim como o Palácio Nacional, o Congresso Nacional e plataformas de extração de petróleo. Alguns militantes chegaram a propor uma greve geral e ameaçaram tomar o aeroporto internacional da Cidade do México.

As alegações de fraude eleitoral vêm da derrota de López Obrador por uma diferença de apenas 243 mil (0,58%) dos 42 milhões de votos depositados nas urnas, após duas apurações suspeitas com margem para manipulação manual nas urnas e atas eleitorais e no repasse dos dados ao IFE (Instituto Federal Eleitoral).

À decisão do TRIFE de recontar apenas 10% dos votos, os partidários de López Obrador respondem que querem 100% de democracia. E ainda avisam, não facilitarão a vida do novo presidente, se ele vier a tomar posse, e continuarão a demandar que o processo eleitoral mexicano seja limpo e que a recontagem dos votos seja feita.

Por coerência, o candidato do PRD propôs que se incluísse na recontagem dos votos o resultado para o governo do estado de Chiapas, onde o seu partido venceu por uma margem ainda menor, de 0,1% dos votos (leia mais em <www.alainet.org>, “México: voto por voto”).

De acordo com pesquisas realizadas, um terço da população acredita que houve fraude e quase metade está de acordo com a recontagem de todos os votos. Diante disso, a estratégia do tribunal, com o apoio do PRI desde o começo, para favorecer o PAN é jogar com o tempo e com pequenos fatos novos. Primeiro foi recontagem de um décimo dos votos para a Presidência, depois o anúncio da composição do novo Congresso e do

Senado; finalmente, no dia 29 de agosto anunciou que não havia irregularidades nos votos recountados.

Do total de 500 cadeiras na Câmara dos Deputados o PAN ficou com 206, o PRD com 126, o PRI com 104 e partidos menores com 64. Das 128 cadeiras no Senado, o PAN ocupará 52, o PRI 33, o PRD 29 e outros partidos as 14 restantes. Este resultado confirma a decadência do PRI, o crescimento do PRD, que passa a polarizar politicamente com a direita, e, finalmente, que ninguém tem maioria absoluta em nenhuma das casas legislativas.

Ou seja, tenta-se forçar a volta à normalidade para anunciar a vitória de Calderón no prazo final previsto pela legislação. Resta ver se a mobilização do PRD conseguirá impedi-lo (leia mais em artigo e entrevista com López Obrador no *Financial Times* de 21/08/ 2006: “Fumes of a fraudulent election – Class war amid Mexico City’s Jridlock”, disponível em <<http://www.counterpunch.org/ross08112006.html>>).

A PRESENÇA DOS EUA NA AMÉRICA LATINA

Com uma declaração descuidada, o novo comandante das Operações Avançadas dos EUA na Base Aérea de Manta, o general do Exército norte-americano Javier Delucca, trouxe à tona a discussão sobre a instalação de bases militares na América Latina.

Afirmando que a localização da base, no oeste do Equador, era de grande utilidade dentro do Plano Colômbia de combate ao narcotráfico, Delucca provocou reações fortes do governo equatoriano, que nega qualquer relação com o projeto de cooperação entre EUA e Colômbia.

Desde 1999, militares norte-americanos realizam operações de luta contra o narcotráfico a partir da base de Manta, mas sua presença tem sido duramente criticada por grupos políticos, sociais e organismos de direitos humanos por considerar que a existência deste aparato envolve diretamente o Equador no Plano Colômbia.

A pressão por posições mais claras do governo dos EUA lembra o processo que envolve outra base militar que está sendo colocada em operação na América Latina, a de Mariscal Estigarribia, no Paraguai.

A aproximação dos EUA com o Paraguai resultou na assinatura de um acordo que virou a Lei 2.594/05, pela qual se permite o ingresso de tropas

norte-americanas no país, por um período de 18 meses, de julho de 2005 a dezembro de 2006.

O Paraguai, neste momento, joga um papel primordial no posicionamento dos Estados Unidos em relação ao sul do continente. Tornou-se a porta de entrada para o Mercosul e pode virar um obstáculo ao projeto de união regional.

A fim de minimizar esta presença militar norte-americana na região, o governo brasileiro anunciou a criação de um Centro de Inteligência para a Tríplice Fronteira, que será operacionalizado com a Argentina e o Paraguai.

A iniciativa, que funcionará a partir de Foz do Iguçu, pretende combater a lavagem de dinheiro e controlar o contrabando nas fronteiras compartilhadas entre os três países, que são alvo de preocupação constante do governo norte-americano por causa da forte presença de imigrantes árabes.

AUMENTA A CRISE NO ORIENTE MÉDIO

Há muito que o conflito no Oriente Médio não sai do noticiário. No entanto, a temperatura tornou a subir durante o mês de julho em razão dos ataques israelenses ao Líbano. Os bombardeios indiscriminados por ar, mar e terra que duraram mais de 30 dias destruíram a maior parte da infraestrutura do país e causaram a morte de aproximadamente 1.500 pessoas, das quais 80% eram crianças, mulheres e portadores de deficiências e dificuldades. Entre as vítimas encontram-se também funcionários da Cruz Vermelha e da ONU.

A justificativa do governo israelense para adotar estas medidas foi uma incursão do Hezbollah em seu território no início de julho que provocou a morte de alguns de seus soldados e o seqüestro de outros dois. Entretanto, dificilmente o direito internacional consideraria este ato como uma invasão que justificasse a resposta absolutamente desproporcional desferida por Israel. A rapidez e a intensidade da reação indicam que os planos para os bombardeios e os ataques ao sul do Líbano já existiam e poderiam ser encadeados a qualquer momento.

Porém, os israelenses não atingiram seus objetivos. Enfrentaram uma feroz resistência, perderam soldados e equipamentos, não conseguiram libertar os dois soldados, não conseguiram derrotar o Hezbollah nem ocupar

a faixa de 20 quilômetros que pretendiam no sul do Líbano para neutralizar o disparo de foguetes sobre seu território. Como afirmou a revista *The Economist* na sua capa, “O Hezbollah ganhou a guerra”.

Esta é também a percepção no Líbano e no Oriente Médio. Além de as Forças Armadas israelenses não atingirem os objetivos militares mencionados e tampouco conseguir isolar o Hezbollah politicamente, a sua tática de bombardeios indiscriminados contra a população civil jogou a opinião pública mundial a favor da resistência libanesa.

Os EUA e seu eterno aliado, a Inglaterra, impediram desde o início qualquer resolução do Conselho de Segurança da ONU que tentasse interromper o ataque, alegando que somente apoiariam um “cessar-fogo viável”. No final, diante da desastrosa campanha militar israelense, tiveram que participar da “costura” da Resolução 1.701 do Conselho de Segurança. Este é um acordo extremamente frágil e pode ruir a qualquer momento, mas foi negociado para evitar maiores danos à imagem norte-americana e israelense, bem como impedir que a vitória da resistência fosse ainda mais expressiva, o que atrapalharia ainda mais a implementação do “novo desenho para o Oriente Médio” defendido por Bush.

Um aspecto também importante foi que o movimento pacifista israelense pôde, mesmo que timidamente, retomar suas iniciativas. Este estava totalmente sem espaço político em razão dos ataques suicidas que causaram muitas vítimas entre a população civil de Israel em passado recente. Embora quase 80% da opinião pública tivesse apoiado a decisão do primeiro-ministro Olmert de atacar o Líbano em meados de julho, agora a popularidade dele anda em 40%, estando mesmo a atual composição parlamentar ameaçada de não se sustentar por muito tempo.

Se esta retomada da campanha pela paz é uma notícia positiva, por outro lado o ocorrido no Líbano reduziu o noticiário sobre a Palestina, onde a ofensiva israelense também endureceu, principalmente ao aprisionar diversos membros do Parlamento e do governo palestino, bem como por meio de ataques sistemáticos à Faixa de Gaza.

A tática dos EUA neste momento, com apoio de Israel e também, em menor grau, da União Européia e dos países árabes “moderados” (Egito, Jordânia e Arábia Saudita), é neutralizar o Hezbollah e o Hamas, enquadrar o Irã e a Síria, e fortalecer o atual governo iraquiano.

No entanto, isto não está sendo tão fácil e o recente episódio libanês foi um revés para eles, inclusive provocando uma série de manifestações de simpatia pela resistência libanesa e palestina mundo afora (leia mais em “Washington’s interests in Israel’s war”, by Seymour M. Hersh, <http://www.newyorker.com/fact/content/articles/060821fa_fact>; “What Israel gained – Or lost”, by Peter Hirschberg, “JERUSALEM – As a ceasefire went into effect Monday morning between Israel and Hezbollah and a tense calm descended on the region, Israelis were wondering whether the truce would hold, and were beginning to ask questions about what they had gained — or lost — during the 33 days of fighting” <<http://www.ipsnews.net/news.asp?idnews=34340>>; “LEBANON: Un Human Rights Council condemns Israel”, by Gustavo Capdevila <<http://www.ipsnews.net/news.asp?idnews=34323>>.

DECISÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU SOBRE O IRÃ

Em junho passado, China, França, Rússia, Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha (grupo conhecido como P5+1) ofereceram um pacote de incentivos para encorajar a adesão do Irã às negociações para abandonar seu programa de enriquecimento de urânio.

Entre as medidas oferecidas ao Irã estão: apoio a iniciativas civis de produção de energia nuclear, fim das restrições de venda ao Irã de peças de aeronaves fabricadas nos EUA, cooperação técnica por parte dos EUA na agricultura e apoio ao ingresso do Irã na OMC. A condição para que esta oferta entrasse em vigor era a suspensão do programa de enriquecimento de urânio.

Os EUA e seus aliados tinham expectativa de receber uma resposta antes da reunião do G-8 em Moscou no final de junho. Contudo, antes de esperar a resposta iraniana, o Conselho de Segurança foi acionado a fim de examinar que sanções poderiam ser aplicadas caso o programa não fosse extinto até o final do mês de agosto.

Apesar de certa relutância de Rússia e China, uma resolução da ONU foi aprovada no dia 31 de julho levantando a possibilidade de que o Irã sofra embargos econômicos e políticos caso não suspenda as atividades de seu programa.

O Irã alega que seu programa nuclear enriquece o urânio em apenas 3,5%, teor insuficiente para que seja utilizado para produção de armas nucleares, que requer enriquecimento em até 90%, mas suficiente para que possa ser usado como combustível de reatores para gerar eletricidade. O presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, rejeitou publicamente a resolução e a classificou como uma ameaça sem bases legais, já que o programa nuclear iraniano é pacífico.

Em contrapartida, o Irã anunciou que pode interromper o fornecimento de petróleo para os EUA e a União Européia caso persistam em confrontar as atividades desenvolvidas pelo seu programa nuclear. Contudo, isso pode ser mau negócio para o país, que recebe mais de US\$ 5 bilhões ao mês com o comércio de petróleo.

O Irã anunciou em meados de agosto que está disposto a negociar seriamente com os EUA e os demais membros do Conselho de Segurança, desde que não seja aplicada a resolução da ONU, que dá o prazo até o final de agosto para que o país suspenda suas atividades com urânio.

A recusa em permitir que o Irã desenvolva um programa nuclear fez com que o governo iraniano recebesse um grande apoio da população. A questão nuclear tem sido vista como uma questão de orgulho nacional e o modo como os países ocidentais têm lidado com a questão é visto como uma reedição do passado colonial, quando era negada a possibilidade de desenvolvimento tecnológico.

Além disso, é levantada a falta de parâmetro na condenação nos programas nucleares em geral, uma vez que seus vizinhos Israel, Paquistão, Índia e Rússia, que possuem armas nucleares, nunca foram molestados por isso.

Mas o que desponta como o principal motivo da preocupação do Ocidente com o Irã é o fortalecimento do país após as ações de guerra levadas a cabo pelos EUA na Ásia e no Oriente Médio. Com as ofensivas contra o regime de Saddam Hussein no Iraque, em 1991 e 2001, e contra o Talibã no Afeganistão, também em 2001, foram eliminados dois governos que em determinados momentos rivalizavam com Teerã. O Irã, ironicamente, se transformou no maior beneficiário das ações norte-americanas.

Pouco a pouco o Irã vem reforçando seu papel e sua importância como uma potência regional, não apenas do ponto de vista da sua capacidade bélica, mas também no aspecto econômico. Por exemplo, é o único país da região

que possui uma indústria automobilística própria e acabou de formar uma *joint-venture* com a Síria para também atender à demanda desse país.

Uma potência regional, exportadora de petróleo e gás, com indústria e domínio de tecnologia nuclear, ainda que apenas para fins pacíficos e não controlada pelo Ocidente, é algo insuportável para as grandes potências (leia mais em Resolução 1.696 (2006) Adotada por Voto 14 – 1 (Qatar), “Iran says peaceful programme no threat, Council’s Consideration Unwarranted”, disponível em: <<http://www.un.org/News/Press/docs//2006/sc8792.doc.htm>>; “IAEA e Irã – Cronologia de Eventos (janeiro a julho de 2006)” <http://www.iaea.org/NewsCenter/Focus/IaeaIran/iran_timeline3.shtml>).

PETRÓLEO QUASE CHEGA AOS US\$ 80,00

Em 14 de julho, dois dias após o início do conflito entre Israel e Líbano, o preço do petróleo atingiu sua maior marca desde 1980, US\$ 78,40 por barril.

Além do conflito, outros fatores foram apontados como cruciais para o aumento dos preços: os testes nucleares realizados pela Coreia do Norte, a violência e instabilidade na Nigéria, grande produtora no continente africano, atual fonte de 25% do petróleo consumido na China, conforme discutido no *Periscópio* nº 5.

A disputa entre o Irã e o Ocidente pela utilização da tecnologia nuclear também influenciou a alta dos preços, bem como a diminuição das reservas e a queda da produção de petróleo nos Estados Unidos, causada por falhas técnicas no Alasca e a destruição da infra-estrutura na região do golfo do México pelo furacão Katrina.

Com isso, o reconhecido programa brasileiro de produção de biocombustíveis tem recebido ainda maior atenção. A imprensa internacional tem publicado diversas matérias nas quais destaca como alternativa aos combustíveis fósseis o biodiesel feito de mamona, soja e outros vegetais, lembrando ainda o componente social do programa estabelecido pelo governo, que atrela a produção à agricultura familiar.

O IRAQUE ESTÁ À BEIRA DA GUERRA CIVIL

Esta é a avaliação de relatórios discretos de militares britânicos e norte-americanos no Iraque. O mês de julho foi o mais mortífero desde o início da

guerra. Aproximadamente 3.500 civis foram mortos, o que representa em média 110 mortes por dia, apesar da inauguração de um novo plano de segurança pelo atual governo.

Este número cresceu 10% em relação ao mês de junho e representa o dobro das ocorrências dos primeiros meses do ano. Esta contagem é feita a partir dos registros de hospitais e serviços funerários e aponta Bagdá como o lugar onde se concentra a maioria das mortes, tornado-se portanto uma cidade extremamente perigosa.

Porém, há versões de que esta desproporção é causada pela precariedade de informações sobre outros locais e assim, na verdade, o número de mortos por mês seria ainda maior e a participação de Bagdá porcentualmente seria menor.

As mortes, majoritariamente de civis, são provocadas pela resistência à ocupação externa das forças armadas dos EUA e demais países da coalizão por meio, principalmente, de atentados à bomba. Os ataques se voltam sobretudo contra os xiitas, que no Iraque estão aliados aos norte-americanos e participam do governo.

Aparentemente, os únicos que têm conseguido se proteger do conflito, apesar de também comporem o governo, são os curdos. Antes eles eram constantemente reprimidos por Saddam Hussein, inclusive com atos de genocídio, e agora possuem certa autonomia. Embora majoritariamente muçulmanos, representam uma etnia e vivem em sua ampla maioria ao norte do país, que faz fronteira com a Síria e a Turquia e que é também uma região rica em petróleo. Dessa forma adquiriram certa autonomia, inclusive econômica, e não estão diretamente envolvidos nos conflitos entre sunitas e xiitas nem na luta contra a ocupação.

Eles representam uma ameaça maior para a Turquia, onde vive a maioria desta população – que luta pela independência e autonomia do Curdistão há muito tempo. A sua base territorial e a liberdade de movimentos que os curdos têm hoje no Iraque amplia esta possibilidade no médio prazo (leia mais em “IRAQ: To many, Lebanon appears as a mirror image” by Brian Conley and Isam Rasheed; “BAGHDAD – Iraqis are beginning to see striking similarities between Lebanese civilians and their own position three years ago” <<http://www.ipsnews.net/news.asp?idnews=34346>>).

PROBLEMAS NA RELAÇÃO ENTRE JAPÃO E PAÍSES VIZINHOS

No aniversário de 61 anos da rendição japonesa aos aliados na Segunda Guerra Mundial, o primeiro-ministro Junichiro Koizumi prestou sua homenagem aos mortos visitando o Templo Yasukuni, visto por China e Coréia como símbolo do militarismo japonês.

Catorze líderes militares de alto escalão, condenados pelo tribunal aliado como criminosos de guerra de “classe A”, são venerados neste templo ao lado de 2,5 milhões de japoneses mortos na guerra. A visita foi vista pelos países vizinhos como uma provocação vinda de um primeiro-ministro popular cujo ato simboliza o aumento da confiança no país e um distanciamento da política pacifista do pós-guerra.

O governo sul-coreano divulgou a seguinte nota, em referência à visita de Koizumi: “O Japão deveria olhar para a história de forma direta e ganhar a confiança de seus vizinhos se pretende agir de forma responsável e contribuir para a paz e a co-prosperidade da região”.

Segundo analistas, Koizumi representa uma nova geração de japoneses que não participou da guerra e que crê que o esforço pacifista dos antigos políticos conservadores já se desculpou de modo suficiente pelas políticas coloniais e que agora é hora de olhar para a frente.

O esforço de Koizumi em criar um novo papel para o Japão na política internacional está fazendo com que aumente o descontentamento dos outros países asiáticos, o que pode vir a interferir de forma negativa nas aspirações japonesas. Por exemplo: a China já declarou sua forte oposição à entrada do Japão no Conselho de Segurança da ONU em razão de seu histórico de guerras.

Com a proximidade do fim do mandato do primeiro-ministro, no próximo mês de setembro, a chave para a solução desta crise, ou o seu agravamento, depende de Shinzo Abe, que deve suceder Koizumi no cargo. Contudo, enquanto os outros candidatos ao cargo se distanciam de qualquer associação com o templo, Abe tem declarado que, uma vez eleito, visitará Yasukuni, e espera contar com a compreensão da China e da Coréia do Sul (para notícias sobre as eleições japonesas, ver: <<http://www.einnews.com/japan/newsfeed-japan-elections>>; para dados sobre o governo japonês, acesse Japan Information Network, disponível em: <http://jin.jcic.or.jp/government.html>).

ÍNDIA PROÍBE VENDA DE REFRIGERANTES

Seis estados indianos – Andhra Pradesh, Karnataka, Rajasthan, Gujarat, Madhya Pradesh e Chattisgarh – decidiram proibir a venda de Coca-Cola e Pepsi-Cola nas escolas e nas suas proximidades, bem como nas repartições públicas, sob a alegação de possuírem índices elevados de pesticidas na sua composição.

O estado de Kerala, onde o Partido Comunista da Índia–Marxista retomou o governo nas últimas eleições, proibiu inclusive a fabricação destas duas bebidas.

A chamada “revolução verde”, que foi implantada principalmente nos estados do norte da Índia na década de 1960, embora tenha sido um sucesso para o desenvolvimento da agricultura indiana, de fato usou e abusou de adubos artificiais e agrotóxicos, contaminando importantes fontes de água no país.

Os protestos das duas empresas norte-americanas foram ruidosos, alegando que seus produtos são de boa qualidade e que a esquerda indiana na verdade quer restringir os investimentos externos na Índia e prejudicar as relações entre o governo nacional indiano e os EUA.

Há escassez de água na Índia e as fontes são usadas para suprir o conjunto da população, estando ou não contaminadas, e, portanto, a questão central não é esta para que estes governos estaduais tivessem adotado a posição que adotaram. Mas levantam uma discussão muito interessante sobre regulamentação doméstica de investimentos, a de que os governos podem interferir para que a população seja estimulada a consumir bebidas e alimentos mais adequados a sua saúde, como, por exemplo, sucos de frutas, que teriam ainda a vantagem de estimular a produção agrícola local, a indústria de embalagens e a de processamento dos produtos, em vez de refrigerantes artificiais.

A Índia é um dos países que vem exibindo altos índices de crescimento do seu PIB, graças principalmente ao crescimento do setor de serviços, que, no entanto, é insuficiente para assegurar um índice de crescimento de empregos compatível com as necessidades do país. Nesse sentido, o apoio à agricultura familiar seria importante para assegurar mais emprego e renda (leia mais no *Financial Times* de 11/08/2006).

SEGUNDO TURNO TENSO PARA ELEIÇÕES HISTÓRICAS NO CONGO

O presidente da República Democrática do Congo (ex-Zaire), Joseph Kabila, obteve 44,8% dos votos no primeiro turno das eleições presidenciais e parlamentares ocorridas em 30 de julho. O atual vice-presidente e ex-líder rebelde Jean-Pierre Bemba aparece em segundo lugar, com 20,3% dos votos. Os outros quatro candidatos somaram 34,9% dos votos e o segundo turno está agendado, pelo menos por ora, para o dia 29 de outubro.

Esta é a primeira eleição pluripartidária desde a independência da Bélgica em 1960 e o golpe militar do general Mobutu Sese-Seko em 1965. Este governou até 1997 quando foi derrubado por Laurent Kabila, pai de Joseph.

Laurent Kabila dirigia um grupo guerrilheiro que nos anos 1960 chegou a ter o envolvimento pessoal de Che Guevara. Os distúrbios e o genocídio ocorridos em Ruanda em 1995 ultrapassaram a fronteira do Congo, envolvendo grupos étnicos congolese e o próprio Exército, facilitando para o grupo de Kabila assumir o poder. No entanto ele era questionado por outros grupos armados da oposição, como o Movimento pela Libertação do Congo, dirigido por Jean-Pierre Bemba.

Em 2001, Laurent Kabila foi assassinado por um de seus guarda-costas. O Congo estava sob intervenção de tropas da Organização da Unidade Africana (OUA) devido aos conflitos entre diferentes grupos armados que disputavam o governo. A OUA conseguiu fazer que os grupos mais importantes se compusessem para governar o país. Assim, Joseph se tornou o presidente, em substituição ao pai, e Bemba, vice-presidente.

Apesar de ser a primeira eleição pluripartidária em 45 anos, o resultado fez com que as tensões existentes entre os dois principais candidatos fossem levadas às ruas da capital, Kinshasa. A guarda presidencial de Kabila e os guarda-costas de Bemba entraram em confronto. Os distúrbios, segundo analistas, podem atrapalhar o processo eleitoral. Foram três dias de embates até que, por pressão das Nações Unidas, os dois candidatos ordenassem o fim do enfrentamento.

Na realidade, os resultados do primeiro turno da eleição confirmaram a dura divisão entre o leste e o oeste do país. O enfrentamento direto dos dois candidatos principais, cuja retórica já foi hostil durante a campanha, fará com que a campanha para o segundo turno seja extremamente tensa.

No oeste do país, incluindo Kinshasa, Kabila é extremamente impopular. Ele fala swahili, o idioma do leste, e não domina completamente lingala, a principal língua do oeste do país. Já seu oponente, Bemba, além de ser empresário de sucesso do ramo de telecomunicações, foi acusado de crimes de guerra ocorridos no final dos anos 1990. Durante a campanha, Bemba fez questão de usar o *slogan* “100% congolês”, numa clara referência contra Kabila.

A expectativa para o segundo turno é verificar quais serão as estratégias utilizadas pelos dois candidatos: divisionista ou conciliatória (para mais informações sobre a República Democrática do Congo, veja <<http://news.bbc.co.uk/2/shared/spl/hi/guides/456900/456977/html/n1page1.stm>>).

PRIMÁRIAS PARA AS ELEIÇÕES NOS ESTADOS UNIDOS

Apesar dos altos índices de reeleição dos políticos que exercem cargos públicos nos Estados Unidos, e apesar de ter gasto mais de US\$ 3 milhões a mais do que seu adversário na campanha, o senador Joseph Lieberman, democrata que representa o estado de Connecticut, foi derrotado nas primárias de seu partido no último dia 8 de agosto.

Perdeu a chance de concorrer novamente à vaga de senador pelo Partido Democrata para o empresário Ned Lamont, que em sua campanha utilizou um forte discurso contra a Guerra do Iraque. Lieberman já anunciou que concorrerá nas eleições de novembro próximo, como candidato independente, para tentar manter seu assento no Senado norte-americano.

A trajetória de Lieberman no Partido Democrata atingiu seu auge quando foi o candidato a vice-presidente de Al Gore na eleição de 2000. Mas desde então o senador ficou mais conhecido por apoiar as políticas do presidente George W. Bush, incluindo a Guerra do Iraque, e criticar o movimento pacifista por seu “comportamento antipatriótico” em tempos de guerra.

Além de seu posicionamento com relação ao Iraque, Lieberman foi criticado pelos democratas e pela esquerda norte-americana por dar seu apoio a políticas republicanas, como a privatização do sistema de segurança social, a nomeação de dois juízes homens e conservadores para integrar a Suprema

Corte e o aumento das restrições para decretar falências. Contudo, o que mais incomoda seus críticos é sua proximidade com Bush, simbolizada por fotografias ou vídeos do beijo que recebeu de Bush na noite do discurso “State of the Union” de 2005.

Desde que perdeu as primárias do partido, Lieberman fez sua inscrição para concorrer como independente e também registrou seu próprio partido político, Connecticut por Lieberman. Por ocasião da derrota do senador, o vice-presidente Dick Cheney declarou que a Al-Qaeda e os grupos terroristas deveriam estar felizes de ver Lieberman perder. O Partido Republicano de Connecticut inclusive desencorajou seu atual candidato, Alan Schlesinger, a concorrer pela vaga com a expectativa de que possam apoiar Lieberman.

Embora o estado de Connecticut não seja especialmente importante para a política norte-americana, foi surpreendente o fato de um senador não conseguir garantir sua vaga para candidatar-se novamente. Essa foi apenas a terceira vez, nos últimos 25 anos, que um ocupante de assento no Senado não teve a chance de reeleger-se.

A simbólica perda, vista como um referendo da Guerra do Iraque, e não como uma consulta estadual, trouxe ânimo à oposição, que espera uma tendência de posicionamentos mais contundentes por parte do Partido Democrata, que poderia se traduzir em maiores ganhos eleitorais em novembro (leia mais em “*New York Times* 2006 Election Guide” <<http://www.nytimes.com/ref/washington/2006ELECTIONGUIDE.html?currentDataSet=senANALYSIS>>; “Neo-Conservatives’ ‘Favourite Democrat’ falls“ <<http://www.ipsnews.net/news.asp?idnews=34294>>).

AFL-CIO PROMOVE PARCERIA HISTÓRICA

Em meados de agosto, o presidente da AFL-CIO, a maior central sindical dos EUA, John Sweeney, assinou um acordo de parceria com a Rede Nacional de Organizações de Diaristas.

Esta é uma rede com mais de 140 “centros” que procuram organizar os trabalhadores diaristas, isto é, os que trabalham informalmente fazendo “bicos” de toda ordem em troca de pagamentos, normalmente, diários.

Em sua maioria são trabalhadores imigrantes e tradicionalmente vistos pelo movimento sindical norte-americano como um fator de redução de

salários e benefícios, pois tendem a se submeter a qualquer tipo de trabalho e remuneração. Avalia-se que, num dia típico, quase 120 mil destes trabalhadores desenvolvem alguma atividade em mais de 500 diferentes locais de trabalho.

São muito explorados e cerca de metade usualmente passa pela experiência de não receber o pagamento correto; 18% já registraram atitudes de violência por parte dos empregadores.

Os “centros” buscam apoiar estes trabalhadores, ensinando-lhes inglês e noções básicas sobre seus direitos, e também como encaminhar suas queixas sobre salários não-pagos. Tiveram um papel fundamental nas mobilizações dos imigrantes nos EUA durante o mês de maio, para protestar contra a nova lei de imigração que na prática previa sua expulsão.

A parceria que se estabeleceu, por um lado, fortalecerá a luta dos trabalhadores imigrantes e informais em busca da regularização e de empregos permanentes e de boa qualidade e, por outro, trará para dentro da central sindical a energia e renovação deste setor que é muito combativo.

Como disse Sweeney: “Esta exploração é errada e nos prejudica a todos. Quando os direitos de alguns são rebaixados, eles são rebaixados para todos os trabalhadores”.

Muito se tem falado da necessidade de os sindicatos organizarem também os trabalhadores informais e pouco tem sido feito. Os sindicatos que hoje representam trabalhadores informais, normalmente vêm de países onde o índice deste tipo de relações de trabalho supera 90-95% da população economicamente ativa, o que é o caso da maioria dos países africanos.

Esta iniciativa, que parte de um país desenvolvido, deveria ser um exemplo a ser aplicado também nos países em desenvolvimento, onde os índices de trabalho informal são altos.

Periscópio Internacional n° 7

outubro de 2006

ELEIÇÕES MEXICANAS

No dia 6 de setembro o Tribunal Eleitoral do Poder Judiciário Federal (TRIFE) do México declarou como vencedor da eleição presidencial ocorrida em 2 de julho, o candidato Felipe Calderón Hinojosa do PAN (direita) por uma diferença de apenas 243 mil votos (0,58%), num total de 41 milhões de votos.

Os recursos judiciais apresentados pelo segundo colocado, Andrés Manoel López Obrador, do PRD (esquerda), solicitando a recontagem dos votos, foram solenemente ignorados, apesar de sérios indícios de fraude eleitoral.

O PRD articulou por quase dois meses um processo de mobilizações para pressionar o TRIFE a recontar todos os votos, incluindo a realização de grandes assembléias no centro da Cidade do México, normalmente acompanhadas por mais de 1 milhão de pessoas e por um acampamento de simpatizantes no Zócalo, a praça central da cidade, e o bloqueio das avenidas principais da capital.

No entanto, manter estas mobilizações justamente onde seu apoio é maior acabou gerando certo desgaste devido aos incômodos causados à população, particularmente pelos bloqueios.

A posse de Calderón está prevista para ocorrer no dia 1º de dezembro e ele encontrará pela frente um país politicamente dividido. Terá que contar com uma aliança com o PRI, hoje a terceira força política no Congresso, para governar.

A manifestação realizada por López Obrador no dia 16 de setembro deliberou pela suspensão da mobilização mantida até então e propôs um movimento de desobediência civil e de não reconhecimento das institui-

ções mexicanas, a começar pela não legitimação do novo presidente da República. Esta manifestação proclamou López Obrador como o presidente eleito e decidiu empossá-lo como tal e como dirigente de um governo paralelo no dia 20 de novembro, uma data simbólica, pois marcou o início da Revolução Mexicana em 1910.

Embora o PRD não seja um partido monolítico nem conte com todos os seus membros integralmente comprometidos com posições de esquerda, tem estofamento suficiente para fazer uma oposição eficaz ao novo governo. Já Calderón terá que governar com uma aliança que lhe custará caro e que terá que ser renegociada a cada momento, o que, somado à oposição do PRD, lhe promete seis anos difíceis pela frente.

Um movimento inteligente que ele poderia ter feito era ter se somado à reivindicação da recontagem dos votos, pois se esta ocorresse e confirmasse sua vitória, ele teria saído duplamente vitorioso no processo. Pelo jeito, Calderón também tinha dúvidas sobre a lisura da eleição e não quis se arriscar.

O irônico a essa altura dos acontecimentos é que setores políticos mais à esquerda e ligados aos zapatistas, que pregaram o voto nulo, pois para eles o PRD e a candidatura de López Obrador não representavam diferenças fundamentais em relação aos demais partidos e candidatos, agora reconhecem que a participação eleitoral do PRD, o questionamento radical do sistema eleitoral mexicano e a manifestação de 16 de setembro que decidiu estabelecer um governo paralelo representam as ações políticas mais importantes da conjuntura dos últimos anos.

O problema é que nesse ponto dos acontecimentos não há arrependimento e autocritica que resolvam. López Obrador não foi empossado como presidente porque a direita o combateu ferozmente, desde a tentativa de impedir que se candidatasse, seguida pela campanha torpe e caluniosa, culminando com a fraude. A campanha pelo voto nulo, pois todos eram “fariinha do mesmo saco”, ajudou a direita a dar posse a Calderón.

Uma campanha no sentido contrário poderia ter contribuído para a derrota da direita e para vencer o PAN e o PRI ao mesmo tempo, o que não teria significado pouca coisa diante da história mexicana. Mesmo que a vitória do PRD não significasse o atendimento imediato e total às reivindicações dos zapatistas, com certeza se estes tivessem sido capazes de superar o sectaris-

mo teriam avançado mais rapidamente num país com mais democracia e com um governo mais respeitoso com os movimentos sociais (leia mais em “En rebeldía, López Obrador traspone el Rubicón” <<http://www.alainet.org/active/13414&lang=es>>;

“*Political Crime and Incompetence - The Fraud in Mexico*” <<http://www.counterpunch.org/colin09072006.html>>; “*Who Benefits? - Mexico’s Time of Troubles*” <<http://www.counterpunch.org/reavis09142006.html>>).

A ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE BOLIVIANA

O início das discussões para elaborar uma nova Constituição na Bolívia terminou em impasse. A convocatória para eleição dos deputados constituintes falava em votação de dois terços para aprová-la, o que foi assumido pela oposição, que é minoritária na Assembléia, como a necessidade de aprovar item por item com, no mínimo, dois terços dos votos.

Havia uma tentativa de acordo em discussão que acabou não progredindo porque os setores camponês e indígena do MAS firmaram posição que o mínimo de dois terços é necessário apenas para a votação final do conjunto dos trabalhos constituintes e que se este número não for alcançado em até três votações haverá um referendo popular que terá a palavra final. Na votação de cada parágrafo da Constituição prevaleceria a maioria de 50% mais um.

Uma das dificuldades que o novo governo boliviano enfrenta advém da sua composição interna, pois no seu interior há os que trabalham com maior pressa e menos cuidado para impor determinadas políticas, como foi o caso do ministro da Energia, Soliz Rada, que recentemente adotou medidas para acelerar a desapropriação da Petrobras, mesmo em detrimento das boas relações entre os governos brasileiro e boliviano e das negociações em andamento. Ele acabou demitido por Evo Morales e foi substituído por um novo ministro, mais afinado com a postura unitária do presidente.

A oposição, diante da decisão do MAS de levar os trabalhos adiante, deixou de comparecer às sessões da Assembléia e realizou uma paralisação de 24 horas contra o governo central nos estados onde tem maior penetração política, exatamente aqueles que votaram favoravelmente à autonomia provincial na eleição dos deputados constituintes, Beni, Santa Cruz, Tarija e Pando.

A resposta foi outra mobilização dos simpatizantes do MAS bloqueando estradas que ligam o estado de Santa Cruz, o mais opositor, ao resto do país para prejudicar uma tradicional feira de negócios, a Expocruz, que ocorre neste período do ano.

O MAS também defende que a Constituição seja original, e não derivada. Do ponto de vista jurídico e formal, uma Constituição original é o regramento que se aprova num país quando o Estado não existe e precisa ser criado e regulamentado, como, por exemplo, após uma declaração de independência ou após o fim de graves turbulências políticas que o desmantelaram. Constituição derivada é quando se reforma a Carta-Magna de um país a partir das leis existentes.

Colocar estas duas opções no caso boliviano é uma questão política, pois o debate no fundo é a disputa pelo modelo econômico, social, político e cultural que a nova Constituição oferecerá ao país. A oposição, que representa a elite política tradicional com fortes vínculos com o exterior, está disposta a reformá-la somente até certo ponto. Já o governo de Evo Morales fala em “refundar” a República, incorporando vários aspectos nacionalistas em relação à economia e à exploração dos recursos naturais. Sua visão quanto à posse da terra e à reforma agrária também se choca com a visão da elite, assim como a questão étnica, que é muito relevante num país onde a maioria da população é de origem indígena.

Prosseguem as tentativas de acordo para que as discussões na Constituinte incluam todos os participantes, pois seria negativo politicamente que a direita deslegitime o processo e, da mesma forma, também seria inaceitável que a minoria tivesse poder de veto sobre as decisões da maioria (leia mais em “Acuerdo preliminar reanima Asamblea Constituyente boliviana” <<http://www.prensalatina.com.mx/article.asp?ID=%7B81162AAF-BBCD-4979-85FC-44C4A978DD05%7D>>).

ELEIÇÕES EQUATORIANAS

O primeiro turno das eleições presidenciais no Equador se realizará em 15 de outubro e se apresentaram dez candidatos, entre eles apenas uma mulher:

– León Roldós Aguilera, pela Red Democrática e Izquierda Democrática (RED-ID), que hoje tem a preferência dos eleitores na ordem de 20%.

– Rafael Correa, pela Alianza País (AP), é ex-ministro da Economia e nacionalista de esquerda. Está em segundo lugar nas preferências, com 19%.

– Cynthia Viteri, pelo Partido Social Cristão (PSC), é de direita e está com 9% das preferências.

– Álvaro Noboa, pelo Partido de la Renovación Institucional-Acción Nacional (PRIAN), é um empresário que foi derrotado por Lucio Gutiérrez na última eleição em 2002. Está em quarto lugar, também com 9%.

– Fernando Rosero, pelo Partido Roldosista Equatoriano (PRE), em quinto lugar com 4%.

– Gilmar Gutiérrez, pela Sociedad Patriótica (SP), é irmão do ex-presidente e está também com 4%.

– Luis Makas, pelo Movimiento Pachakutik-Nuevo País, é um líder indígena. Este grupo decidiu sair sozinho na disputa devido às consequências negativas da aliança com Gutiérrez na eleição passada. Está com 2%.

Além desses há ainda a candidatura de Jaime Demerval pela Concertación de Fuerzas Democráticas (FD) e dos ex-parlamentares Luis Villacis e Marco Proaño.

Os números apresentados são de uma pesquisa Gallup que também aponta a existência de 49% de indecisos. Mesmo assim tudo indica que o segundo turno será entre o social-democrata León Roldós e Rafael Correa, que se autodefine como de esquerda e amigo do presidente Hugo Chávez da Venezuela (leia mais em Entrevista - Ana María Larrea – “Razões internas sustentam candidatura indígena de alto risco” <http://agenciartamainor.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=12123>; “Nuevo cambio en el tablero electoral ecuatoriano” <[http://www.prensalatina.com.mx/article.asp?ID={AFCD7B65-8582-40AE-990B-DD967B0E24F8}](http://www.prensalatina.com.mx/article.asp?ID={AFCD7B65-8582-40AE-990B-DD967B0E24F8}#uage=ES)>#uage=ES).

ELEIÇÕES NICARAGÜENSES

A campanha eleitoral na Nicaragua iniciou-se no final de agosto. Além de um novo presidente para o país, serão eleitos 90 deputados para o Congresso Nacional e 20 representantes para o Parlamento da América Central (Parlacen).

A eleição está marcada para o dia 5 de novembro e, se nenhum candidato obtiver 50% mais um dos votos, haverá segundo turno. Os candidatos inscritos são cinco:

– Daniel Ortega, pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), que está na dianteira nas pesquisas com 31,4% das preferências dos possíveis 3,4 milhões de eleitores.

– Eduardo Montealegre, pela Alianza Liberal Nicaragüense-Partido Conservador (ALN), que é uma dissidência do Partido Liberal tradicional que hoje governa o país por intermédio do presidente Enrique Bolanos. Ele tem 29,1% das preferências.

– Edmundo Jarquín Calderón, pela Alianza Movimiento Renovador Sandinista, que substituiu Herty Lewitis, o ex-prefeito de Manágua falecido no início de julho. O candidato da dissidência sandinista está hoje em terceiro lugar.

– José Rizo Castellón, pelo Partido Liberal Constitucionalista (PLC), está em quarto lugar.

– Edén Pastora, o famoso “Comandante Zero” que já foi sandinista, liberal, conservador e até “contra”, está em quinto lugar com 1,1% das preferências.

Sem mencionar este último, que tem chances remotas de ser eleito, o que marca esta eleição é a apresentação de vários candidatos. Apesar do surgimento de um partido dissidente da Frente Sandinista, Daniel Ortega está em primeiro lugar na preferência do eleitorado. Mesmo tendo amenizado muitas de suas posições políticas do passado e alguns meses atrás até ter tentado construir uma aliança com o PLC, a possibilidade de sua vitória continua assustando os agentes econômicos locais e internacionais.

Esta semana dirigentes da Câmara de Comércio Nicarágua–Estados Unidos propuseram que os demais candidatos se unissem em torno de um candidato único a ser escolhido por meio de uma pesquisa de opinião pública. A idéia foi rejeitada por todos eles (leia mais em “Comienza campaña electoral, ¿habrá segunda vuelta?” <<http://alainet.org/docs/12943.html>>

ELEIÇÕES VENEZUELANAS

Estão previstas para ocorrer no dia 3 de dezembro e o presidente Hugo Chávez é candidato à reeleição. A oposição tentou se unir em torno de uma candidatura única sem sucesso, provavelmente porque a avaliação é que Chávez dificilmente seria derrotado, e assim todos têm a chance de participar do debate político. Apresentaram-se vários candidatos, mas o mais forte

é o governador do estado de Zulia, o social-democrata Manuel Rosales. Uma das pesquisas mais recentes atribui a Chávez 58,2% dos votos se a eleição fosse hoje.

Um outro tema que move hoje a política externa da Venezuela é a busca de um assento no Conselho de Segurança da ONU para o biênio 2007-2008. Uma parte desses assentos é rotativa e distribuída por continente. Nesse caso, a Venezuela disputa a posição com a Guatemala e já teria vários apoios na América Latina, na Ásia e nos países árabes (leia mais em “Chávez suma votos para entrar al Consejo de Seguridad” <<http://www.agenciapulsar.org/nota.php?id=8484>>).

TRATADO BILATERAL DE INVESTIMENTOS COM O URUGUAI É APROVADO NOS EUA

O tratado bilateral de investimentos entre Estados Unidos e Uruguai, assinado durante a Cúpula das Américas em novembro de 2005 em Mar del Plata, foi aprovado pelo Senado norte-americano no último dia 12 de setembro. É uma proposta antiga, negociada ainda durante o governo de Jorge Battle, mas que foi aprovada por unanimidade na Câmara dos Deputados do Uruguai por 84 votos na última semana de 2005. Contudo faltam ser definidos os instrumentos de ratificação para que o acordo entre em vigor.

Segundo autoridades do governo norte-americano, “o acordo bilateral ajudará a promover a prosperidade para ambos os países a partir do estreitamento das relações econômicas e comerciais”. Os Estados Unidos são atualmente os maiores parceiros comerciais do Uruguai e os investimentos diretos norte-americanos no país em 2004 foram de US\$ 533 milhões.

Este tipo de tratado amplia o interesse dos investidores, pois seus ganhos ficam mais protegidos contra eventuais mudanças políticas locais. Porém, a desvantagem é que o tratado também prevê que os investidores norte-americanos no Uruguai poderão utilizar o Centro Internacional de Resolução de Disputas de Investimentos (ICSID) do Banco Mundial como organismo de solução de controvérsias, o que reduz a soberania do Estado uruguaio de determinar as suas regras domésticas para investimentos.

Agora está em negociação um novo tipo de tratado bilateral de livre comércio, conhecido como TLC. Embora haja resistência dos sindicatos, da esquerda uruguaia e até de alguns setores empresariais em assinar um TLC

com os EUA, o governo uruguaio anunciou que irá adiante, embora isto não signifique necessariamente chegar a um acordo, porque os Estados Unidos não vão conceder vantagens para o Uruguai que não concederam para a Colômbia e o Peru, muito mais próximos politicamente. Além disso, a depender do conteúdo de um eventual acordo, o Uruguai terá que se retirar do Mercosul para não gerar triangulação de comércio.

Enquanto a Frente Ampla segue reafirmando a recusa pelo modelo de TLC, concebido pelos EUA como parte da estratégia de impulsionar a ALCA no resto do continente por meio de acordos bilaterais, o presidente uruguaio, Tabaré Vázquez, anunciou que, em virtude da controvérsia do assunto, ele será o único porta-voz sobre este tema, já que, em suas palavras: “As negociações exploratórias tendem a um eventual acordo para o incremento comercial com os Estados Unidos” (leia mais em *Site* da Frente Ampla <<http://www.epfaprensa.org/>>).

REUNIÃO DO MOVIMENTO DOS PAÍSES NÃO-ALINHADOS

Entre os dias 11 e 16 de setembro realizou-se em Havana, Cuba, a XIV Conferência do Movimento dos Países Não-Alinhados. Esta associação internacional de países reúne hoje 117 membros de Ásia, África, América Latina e Caribe. O único país europeu que participa, e ainda assim da Europa do Leste, é Belarus.

O movimento surgiu a partir de uma iniciativa dos governantes da Índia – Nehru –, da Indonésia – Sukarno – e do Egito – Nasser – de convocar uma Conferência Afro-Asiática de países recém-independentes. Ela se realizou na cidade de Bandung, na Indonésia, entre os dias 18 e 24 de abril de 1955, com a participação de 29 chefes de Estado. O Brasil participou como observador.

A Conferência de Bandung aprovou dez princípios que incluíam a defesa da auto-determinação dos povos e a luta contra o imperialismo e neo-imperialismo. Também aprovou a criação do Movimento dos Não-Alinhados, tentando reunir os países que rejeitavam as alternativas de alinhamento automático com o imperialismo norte-americano e o soviético. A primeira Conferência do Movimento se realizou em Belgrado, na Iugoslávia, em 1961.

A atual representou um momento de revitalização do movimento, particularmente na discussão sobre a oposição à nova ordem mundial preconiza-

da pelos EUA e sobre as possibilidades de maior cooperação e integração Sul-Sul. Também emitiu uma condenação do ataque israelense ao Líbano.

Para Cuba foi uma boa oportunidade para receber as atenções do mundo e para o presidente interino Raúl Castro apresentar os posicionamentos do país em relação aos temas em discussão. Muitos representantes de governos também puderam visitar Fidel Castro ainda convalescente (leia mais em “Movimiento No Alineado busca unidad sobre conceptos fundacionales” <<http://alainet.org/active/13417>>; *Site* oficial do Movimento dos Não-Alinhados. <<http://www.nam.gov.za>>).

REUNIÃO DO G-20

Realizou-se no Rio de Janeiro nos dias 9 e 10 de setembro. Além dos membros do G-20, foram convidados também os coordenadores de diversos outros grupos que atuam no interior da OMC em defesa de interesses específicos, que tanto podem ser permanentes, como as negociações agrícolas, quanto pontuais, como é o caso da eliminação dos subsídios ao algodão.

Estes grupos são:

- o G-33 representa países que têm interesse nas negociações de agricultura, mas ao mesmo tempo possuem uma parcela grande de suas populações que dependem de agricultura de subsistência; portanto reivindicam tratamento especial no caso de liberalização do comércio agrícola.
- o ACP que representa ex-colônias européias na Ásia, no Caribe e no Pacífico e detém certas preferências tarifárias e subsídios junto à União Européia.
- Países de Menor Desenvolvimento Relativo, Grupo Africano e Algodão-4.
- NAMA-11, que são alguns países membros do G-20 que não aceitam fazer concessões tarifárias nos produtos não-agrícolas, entre eles Argentina, África do Sul e Venezuela.

Além deles, compareceram também representantes governamentais dos EUA, do Japão e da União Européia, além do diretor-geral da OMC, Pascal Lamy.

A reunião foi realizada por iniciativa do governo brasileiro, que coordena o G-20, para retomar a ofensiva no comércio mundial diante da paralisia das negociações no âmbito da Rodada Doha da OMC, cujo último movimento foi uma tentativa extraordinária, realizada no final de junho, que também não levou a nada.

O motivo da falta de acordo é a intransigência européia em reduzir seus subsídios agrícolas à exportação e suas restrições à importação de bens agrícolas, bem como a negativa norte-americana de reduzir seus subsídios domésticos à agricultura.

Não ocorreu nada de novo na reunião no Rio de Janeiro, apesar dos vários contatos, principalmente com os representantes dos países desenvolvidos que compareceram. A expectativa que se gerou foi a possibilidade de retomar as negociações entre novembro de 2006 e março de 2007, porque este período baliza a realização das eleições parlamentares norte-americanas e o início da discussão da sua nova Farm Bill (Legislação Agrícola).

São os dois fatores políticos atuais que podem provocar alguma mudança na postura norte-americana e por sua vez pressionar os europeus para também serem mais flexíveis. A atual Farm Bill permite ao governo Bush conceder subsídios domésticos aos agricultores americanos da ordem de US\$ 40 bilhões. Na prática, estão aplicando em torno de US\$ 22 bilhões, por isso na última reunião da OMC ofereceram cortar os subsídios pela metade, isto é, reduzi-los de US\$ 40 bilhões para US\$ 20 bilhões! (leia mais no *Site* oficial do G-20 <<http://www.g20.org/Public/index.jsp>>; *Site* brasileiro do G-20 <<http://www.g-20.mre.gov.br/>>).

ELEIÇÕES NOS EUA – O DEBATE SOBRE TORTURA

A menos de dois meses das eleições para o Congresso dos Estados Unidos, uma pesquisa encomendada pelo jornal *The New York Times* em parceria com a rede de TV CBS News revelou que a maioria dos entrevistados reprova a conduta dos congressistas e 75% da população acha que eles não merecem ser reeleitos. Esta mesma sondagem mostrou que a popularidade do presidente George W. Bush continua estacionada em 37%, número mostrado desde agosto passado, e ainda que 50% das intenções de voto vão para os candidatos democratas, ante 35% que pretendem votar pelos republicanos.

A surpresa apresentada pela pesquisa foi o aumento de 30% para 37% da parcela da população que aprova a condução da Guerra do Iraque. Contudo, cada vez mais apoiadores do esforço de guerra e membros do GOP (Grand Old Party, como é conhecido o Partido Republicano) tentam

dissociar sua imagem do presidente e da sua desastrosa campanha no Oriente Médio com vistas à votação de 7 de novembro próximo.

A estratégia de Bush de fortalecer seu partido através de uma agenda voltada às questões de segurança havia sofrido inicialmente um revés com a reação do Senado à sua proposta de lei sobre as detenções militares. Ela estabelecia que os tribunais a serem formados em Guantánamo não teriam a obrigatoriedade de oferecer as proteções legais mínimas requeridas pela Convenção de Genebra. E, além disso, permitiriam o uso de evidências sem provas concretas obtidas através de coerção e tornariam possível a condenação sem que a defesa tivesse acesso aos processos.

A primeira reação do Senado aos conteúdos da proposta de Bush partiu dos próprios republicanos participantes do Comitê das Forças Armadas, os senadores John Warner, Lindsey Graham e John McCain (ex-veterano da Guerra da Coreia que foi capturado e torturado durante o conflito). Em vez de apoiar a lei, o grupo articulou a apresentação de uma nova proposta, que, mesmo ainda cheia de falhas, possibilitaria o estabelecimento de tribunais em Guantánamo de acordo com os padrões da Suprema Corte norte-americana.

No entanto, ao final chegaram a um acordo entre Senado e Câmara, republicanos e parte dos democratas, cujo conteúdo é semelhante às leis de exceção aplicadas nos EUA somente durante a guerra civil e as duas guerras mundiais. Com isto aprovaram o Ato das Comissões Militares de 2006 ou Lei dos Detentos, em que o presidente dos Estados Unidos define quem é “combatente inimigo”, por quanto tempo ficará detido e as formas de interrogatório aos quais poderá ser submetido, desde que não causem danos físicos ou psicológicos permanentes. Também será aceito o testemunho de terceiros.

A lei, que está sendo chamada de “lei da tortura” pela oposição, também proíbe que a Convenção de Genebra seja desrespeitada “gravemente” e os réus não possam alegar no julgamento que ela foi desrespeitada. A possibilidade de *habeas corpus* foi suspensa para os detentos militares.

Estas propostas foram aprovadas no Senado por 65 a 34 votos e após uma votação com percentuais semelhantes também passaram na Câmara dos Deputados, sendo encaminhadas para sanção presidencial.

É um retorno à Idade Média. O uso de tortura para arrancar confissões e possibilitar condenações, utilizado também pela Santa Inquisição, come-

çou a ser abolido na Europa durante o Iluminismo do século XVIII, quase 300 anos atrás! Porém, com o andamento da campanha eleitoral, o governo de Bush tenta mostrar aos eleitores que os republicanos são os defensores do país contra o terrorismo, ao contrário dos democratas. Por isso é que alguns destes pragmaticamente apoiaram as propostas para não parecerem menos preocupados com a segurança do país do que os republicanos.

Foi justamente em razão deste esforço que Bush confirmou a informação de que o governo tem mantido prisioneiros em prisões secretas no exterior administradas pela CIA e que pretende transferi-los para Guantánamo. Bush e seus assessores esperavam que com isso aumentasse a simpatia da opinião pública pelos republicanos, mas o que ele conseguiu foi colocar uma saia justa em alguns de seus aliados europeus, que agora têm que explicar aos seus respectivos cidadãos em que medida apoiaram estas atitudes ilegais dos norte-americanos.

Por ocasião da 61ª sessão da Assembléia Geral da ONU, o presidente norte-americano utilizou-se da Declaração Universal dos Direitos Humanos para tratar do tema ao falar do mundo pós-terrorismo. Entretanto, não parece que sua administração esteja familiarizada com o conteúdo completo do documento, a começar pelo seu 5º artigo – “Ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante” (os resultados da pesquisa mencionada estão disponíveis em: <http://graphics8.nytimes.com/packages/pdf/politics/20060919_poll_results_sub.pdf>; *“A Fear of War Crimes Tribunals and Impeachment - Why Bush really came clean about the CIA’s secret torture prisons”* <<http://www.counterpunch.org/cohn09072006.html>>).

ELEIÇÕES FRANCESAS SE APROXIMAM

Há três anos, o presidente francês Jacques Chirac alcançou razoável popularidade, na França e no exterior, por ter liderado a oposição à guerra no Iraque. O desenvolvimento desastroso da guerra mostrou que estava correto. Entretanto, uma série de crises políticas domésticas pode ter arranhado seu legado ao completar seu 12º e último ano no cargo.

Chirac, que visitou Washington pela última vez em novembro de 2001, declarou não estar incomodado com o fato de o conservador Nicolas Sarkozy,

ministro do Interior e candidato às eleições do próximo ano, ter recebido tratamento de estadista em sua visita aos Estados Unidos durante as cerimônias em memória ao 11 de Setembro. Na ocasião, Sarkozy reuniu-se com Bush e seus assessores mais próximos.

Eles pertencem ao mesmo partido político União por um Movimento Popular (UMP), na coalizão política que governa a França. Apesar de não serem próximos, Chirac afirmou que a visita de Sarkozy aos EUA foi um pedido seu e que o conservador é um importante membro do seu governo. A gentileza não foi retribuída por Sarkozy, que criticou o presidente francês, sem nomeá-lo, ao reclamar das tentativas de envergonhar um aliado mencionando as posições do seu governo. Seu discurso pró-Estados Unidos ainda fez referência à economia pujante e à rica vida cultural norte-americana, item pouco usual para um francês.

O candidato de Chirac, até recentemente, era o primeiro-ministro Dominique de Villepin, que perdeu espaço na corrida presidencial devido à maneira desastrosa com que lidou com os protestos dos estudantes e sindicatos contra a Lei de Primeiro Emprego, que tentou implementar, e com seu posterior envolvimento com acusações não comprovadas contra Sarkozy.

De acordo com as pesquisas de opinião, Sarkozy poderá disputar as próximas eleições presidenciais francesas com Ségolène Royal, membro do Partido Socialista (PS) e ex-ministra no último governo socialista. Contudo, este é um cenário desejado pela imprensa do país e que não será necessariamente seguido pelo PS.

Para viabilizar-se em abril de 2007, Royal terá que lidar com as discussões internas e os anseios de cinco ou seis colegas de seu partido, incluindo o ex-primeiro-ministro Laurent Fabius. O também ex-primeiro-ministro Lionel Jospin demonstrou interesse, mas acabou de retirar sua pré-candidatura. As primárias do PS estão marcadas para o próximo mês de novembro.

Este é um partido plural onde atuam diversas tendências políticas e que, frequentemente, mesmo diante de grandes decisões, convive com posições diferenciadas. Por exemplo, no plebiscito francês sobre a Constituição Européia o partido se dividiu. Enquanto o presidente François de Hollande, marido de Ségolène, apoiava a adoção da Constituição, outros dirigentes do partido, como Fabius, fizeram campanha contra e esta foi a posição vencedora no referendo.

O PS tem boas chances de vencer tanto as eleições presidenciais quanto as parlamentares, que ocorrerão um pouco depois. No entanto, além de resolver a disputa interna para determinar a candidatura, o partido terá que definir também o seu programa de governo à luz de uma opinião pública que se apresenta cada vez mais xenófoba ante a União Européia e os imigrantes, dois temas cruciais na conjuntura atual.

ELEIÇÕES NA SUÉCIA – INTERRUPTÃO DA ERA SOCIAL-DEMOCRATA

Fredrik Reinfeldt, o líder da oposição sueca, viu sua aliança de centro-direita sair vitoriosa nas eleições gerais do país, finalizando 12 anos de governo social-democrata. Sua principal bandeira de campanha foi a proposta de diminuir impostos e reduzir o sistema de bem-estar social como forma de combater o desemprego, que é atualmente uma das maiores preocupações do eleitorado.

Reinfeldt e o bloco de oposição liderado por seu Partido Moderado tiveram uma pequena margem de vantagem sobre o primeiro-ministro social-democrata Goran Persson e seus aliados do Partido Verde e do Partido Comunista (48,1% dos votos para os moderados ante 46,2% para os sociais-democratas). Isso permitiu a Reinfeldt declarar aos seus apoiadores: “O povo sueco votou em um governo de alianças”.

Os suecos, que elegeram 349 membros do Parlamento, contam com um dos sistemas de impostos mais onerosos do mundo, e embora grande parte da população confie no sistema de bem-estar social amplamente costurado, mostrou-se sensível à proposta de reformas.

A votação foi observada de perto pelos governos de outros países europeus que também enfrentam problemas causados pelo envelhecimento da população e o impacto disso nos sistemas de pensão e de saúde. Apesar do forte desempenho econômico da Suécia durante o governo social-democrata, as pesquisas de opinião mostravam que os eleitores favoreciam mudanças no país de pouco mais de 9 milhões de habitantes, o que foi reforçado por uma campanha pesada da direita contra a coalizão de Persson.

O Partido Moderado foi derrotado nas eleições de 2002, contudo Reinfeldt conseguiu aumentar o prestígio e apelo de seu partido colocando-se mais ao centro e defendendo mudanças nos sistemas tanto de

taxação quanto de ofertas dos benefícios. Sua aliança, que contém os liberais, os democratas-cristãos e o Partido do Centro, afirmava que “anos de benefícios excessivos e altos impostos corromperam a vontade dos suecos de trabalhar”.

Sua intenção é também vender cerca de 200 bilhões de coroas suecas (US\$ 27,6 bilhões) em ações que o governo tem em algumas empresas. Sua lista pode ainda incluir a privatização do banco Nordea, da companhia telefônica TeliaSonera e da companhia aérea SAS.

Além disso, Reinfeldt defende a entrada da Suécia na OTAN, caso haja algum acordo europeu nesse sentido, e quer que o país esteja mais envolvido com a União Européia, mas sem qualquer plano de realizar um novo referendo sobre a adoção do euro nos próximos quatro anos.

Há expectativas de que o novo governo, que toma posse no dia 6 de outubro, trabalhe próximo à vizinha Dinamarca, cujo Partido Liberal venceu as eleições recentemente com o mesmo tipo de plataforma (leia, para mais informações, “Sweden begins new era of centre-right government”, disponível em <<http://news.independent.co.uk/europe/article1619214.ece>>).

ELEIÇÕES REGIONAIS NA ALEMANHA – UM REVÉS PARA ANGELA MERKEL

Desbancando Condoleezza Rice, Angela Merkel foi votada pela revista *Forbes* como a mulher mais poderosa do mundo em 2006.

Vista como conciliadora na esfera internacional, Merkel tem impressionado os líderes mundiais, principalmente os componentes da coalizão encabeçada por Reino Unido e Estados Unidos. Preocupada em reavivar a economia alemã, a chanceler vem estreitando cada vez mais sua relação com os norte-americanos, tendo em mente o papel que isto tem na balança comercial, com movimentações entre os dois países superiores a US\$ 100 bilhões ao ano.

Contudo, menos de um mês após ter sido eleita a mulher mais poderosa do mundo, Angela Merkel experimentou uma dura derrota nas eleições regionais alemãs, ocorridas em 17 de setembro. Sua popularidade na esfera internacional não foi traduzida em votos internos. Seu partido, CDU (União Democrata-Cristã), teve o pior resultado desde a fundação em 1949, ficando 9 pontos porcentuais atrás dos social-democratas do SPD.

De acordo com as pesquisas de opinião, a popularidade do CDU caiu de forma drástica, reflexo do plano de aumento de impostos, duramente criticado por empresários, e do plano de reforma do sistema alemão de saúde.

Enquanto isso, o prefeito social-democrata de Berlim, Klaus Wowereit, foi reeleito com folga e o partido de extrema direita NPD (Partido Nacional Democrata) recebeu 7,3% dos votos em Mecklenburg-Pomerânia Ocidental, ganhando seis assentos no Parlamento estadual. A base eleitoral de Merkel tornou-se o quarto estado alemão a ter representação do NPD depois de Bremen, Brandenburgo e da Saxônia, esta também com representação de outro partido de extrema direita, o DVU.

Uma das regiões mais pobres da Alemanha, com mais de 18% de taxa de desemprego, Mecklenburg-Pomerânia Ocidental demonstrou na votação uma tendência que preocupa os analistas. As diferenças ainda presentes entre as economias do antigo Leste alemão e do lado ocidental apresentam-se no apelo que as bandeiras da extrema direita têm sobre a parte menos próspera do país.

Para o resto do ano e o início de 2007, Angela Merkel tem à frente o desafio de fortalecer sua posição e a de seu partido, uma vez que no próximo ano a Alemanha assume a presidência rotativa da União Européia no primeiro semestre, com a expectativa de reavivar o debate sobre a Constituição Européia, e a presidência do G-8 na segunda metade do ano (“The 100 Most Powerful Women” - #1 Angela Merkel, disponível em <http://www.forbes.com/lists/2006/11/06women_Angela-Merkel_34AH.html>).

NOTÍCIAS DO ORIENTE MÉDIO – LÍBANO, IRAQUE, IRÃ, PALESTINA ETC.

No momento desta edição, falta ainda a retirada de 20% das Forças Armadas israelenses do sul do Líbano, onde já se fazem presentes mais de 5 mil soldados destacados pela ONU. O bloqueio aéreo e naval contra o país também só foi levantado há pouco. Mesmo assim, não se registram incidentes armados de monta a não ser nos primeiros dias do cessar-fogo, quando comandos israelenses realizaram incursões no Vale do Bekaa.

A preocupação atual das forças políticas libanesas é com a reconstrução do país e com a recomposição política interna. A recente celebração do Hezbollah em Beirute pela vitória contra a agressão israelense foi uma de-

monstração de força, com o objetivo de neutralizar os setores políticos libaneses mais sensíveis às pressões dos EUA e da União Européia para desarmar e isolar o grupo. O próximo passo será ampliar o seu espaço no governo, que hoje se resume a dois ministérios e 14 assentos no Parlamento, embora seu líder máximo, Hassan Nasrallah, tenha reiterado que não pretende romper a unidade política libanesa, que atribui postos-chave no governo a representantes dos principais grupos étnico-religiosos.

Em Israel, as pesquisas de opinião pública demonstram que a atual coalizão governamental não se reelegeria se as eleições fossem hoje. Seriam substituídos pela direita representada pelo Likud, possivelmente em composição com a extrema direita de Yisrael Lieberman. Infelizmente a crítica se deve ao insucesso militar na recente campanha contra o Líbano, e não a outro motivo mais banal, o que é mais uma demonstração do longo caminho a percorrer antes de se alcançar a paz.

Por outro lado, na Palestina, a Al Fatah, que hoje é minoritária no Parlamento, havia retomado a ofensiva política ao propor um referendo popular sobre o reconhecimento do Estado de Israel e apoiar a proposta de paz elaborada por prisioneiros políticos palestinos ilustres, como Marwan Bargouthi, e alguns do Hamas, que também incluía este reconhecimento. No entanto, uma poderosa ofensiva militar israelense contra a Faixa de Gaza matando 291 pessoas nos meses de julho e agosto, sob a justificativa do ataque palestino a um posto de fronteira e o seqüestro de um soldado, colocou qualquer iniciativa de paz na berlinda.

A nova tentativa dos palestinos para tentar romper o isolamento imposto por Israel, EUA e União Européia, inclusive com o bloqueio financeiro da Autoridade Palestina, foi anunciada pelo seu presidente Mahmoud Abbas e seria um governo de coalizão da Al Fatah com o Hamas. Porém o atual premiê, que é do Hamas, Ismael Haniyeh, diz que não participará de um governo que reconheça o Estado de Israel.

Na prática este tema está superado, pois a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), que é o fórum de convergência para todos os grupos, já manifestou este reconhecimento desde as negociações dos Acordos de Oslo. Claro que pronunciamentos contrários “esticam a corda” e dão margem para os radicais do outro lado. Porém, quem tem a obrigação de tomar iniciativas de paz é quem tem mais a oferecer, no caso Israel e seus aliados.

No Iraque, a partir da consideração do número de vítimas fatais que somam mais de 5 mil por mês, há uma guerra civil em evolução. O debate, ainda sem conclusão, no Parlamento é sobre uma proposta de federalização do país. Esta tem o apoio dos curdos que nela vêem a possibilidade da criação de seu Estado independente, o Curdistão, hipótese rejeitada pela vizinha Turquia, onde os curdos lutam há décadas por autonomia. Os sunitas, que perderam o poder que tinham com a derrota de Saddam Hussein, se opõem à idéia, pois as áreas onde vivem majoritariamente são pobres e desérticas.

Enfim, não há perspectivas no curto prazo para uma solução, ainda mais com a ingerência externa e a ocupação militar dos Estados Unidos.

O Irã, por sua vez, rejeitou o ultimato dado pelo Conselho de Segurança da ONU para suspender seus projetos de enriquecimento de urânio e tem dedicado esforços para criar relações internacionais alternativas, como a recente visita do presidente Mahmoud Ahmadinejad a Venezuela e Cuba, antes de comparecer à abertura da Assembléia Geral da ONU.

O diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Mohammed El Baradei, tem acusado o governo dos EUA de exagerar na avaliação sobre a verdadeira capacidade e intenções do governo iraniano de construir armas atômicas, lembrando a acusação sem fundamentos de que o Iraque possuía armas químicas.

O último a “colocar uma cereja no topo do bolo” foi o papa Bento XVI com a preleção realizada na Alemanha em que fez uma série de considerações negativas sobre a forma de catequese dos muçulmanos durante a Idade Média e que, obviamente, provocaram muitos protestos por parte de cidadãos e governos de países do Oriente Médio.

Enfim, a tensão prossegue e grande parte da responsabilidade por ela advém da ingerência externa (leia mais em International Middle East Media Center <<http://www.imemc.org/>>; “Iran: Tough bargaining ahead over nuclear issue”. <<http://www.ipsnews.net/news.asp?idnews=34439>>; “Líbano – Sobre a reconstrução”. <<http://www.ipsnews.net/news.asp?idnews=34687>>).

A CRISE EM DARFUR

No *Periscópio* nº 3 havíamos comentado que após a assinatura de um acordo, em maio de 2006, entre o Exército de Libertação do Sudão (SLA) e

o governo do Sudão, as forças rebeldes contrárias ao acordo de paz uniram-se na National Redemption Front, liderada pelo ex-governador de Darfur, Ahmed Diraiqe.

Dessa forma o conflito continua e mais de 2 milhões de pessoas deixaram suas casas na região de Darfur e vivem hoje em campos de refugiados. Cerca de 300 mil pessoas refugiaram-se no Chade e ainda não se sabe exatamente quantas foram as vítimas fatais deste conflito, mas as estimativas giram em torno de 500 mil pessoas, o que o aproxima perigosamente, em termos da quantidade de vítimas, do genocídio de Ruanda em 1994, estimadas em 800 mil.

A União Africana (UA) já havia mediado um cessar-fogo em abril de 2004, que também não vigorou. Tampouco o grupo de monitoramento, composto por representantes da UA, da União Européia, da ONU e dos EUA, teve qualquer sucesso.

As forças de paz da UA, compostas por apenas 7 mil homens subfinanciados e mal equipados, terminariam seu mandato para a ação de paz no final de setembro. Sua manutenção em Darfur, uma área mais ou menos do tamanho da França, foi prolongada até o final de 2006 pela ONU, que também aprovou na Assembléia Geral que reforçaria as tropas africanas com cem oficiais para cuidar de comunicações, além de disponibilizar equipamentos. As nações árabes se comprometeram – diante do mesmo fórum – a fornecer recursos financeiros para a operação.

Gana atualmente preside o Conselho de Segurança da ONU e há expectativas de que o país africano possa utilizar sua posição e oportunidade para galvanizar o apoio da comunidade internacional a fim de trazer Darfur à tona.

Porém, o maior obstáculo é a recusa do presidente do Sudão, Omar Al Bashir, em permitir que uma missão internacional de paz com tropas externas à África e com mandato da ONU seja enviada a Darfur, e ele conta com a abstenção da China e da Rússia no Conselho de Segurança para manter esta posição.

Mesmo tendo participado da Assembléia Geral da ONU, o presidente sudanês mostrou pouca abertura para permitir o ingresso de tropas de paz da ONU no país. Bashir declarou que a missão internacional seria a recolonização do país e que, se fosse necessário, renunciaria e lideraria as forças de resistência (leia mais em “Sudan – a Nation divided” <<http://>

news.bbc.co.uk/2/hi/in_depth/africa/2004/sudan/default.stm> e ver também o *Periscópio* n° 3).

GOLPE MILITAR NA TAILÂNDIA

Embora fosse disputada por França e Inglaterra durante o século XIX, a Tailândia é o único país da Indochina que não foi colonizado por potências europeias, ao contrário dos seus vizinhos Birmânia, Brunei, Cingapura e Malásia, que estiveram sob domínio inglês; Camboja, Vietnã e Laos foram colonizados pelos franceses e a Indonésia pela Holanda.

A Tailândia é uma monarquia parlamentarista conhecida até 1948 como o Reino do Sião. O rei atual chama-se Bhumibol Adulyahed, tem 78 anos de idade e descende da dinastia Chakri que se instalou no trono desde 1782.

Durante a Guerra Fria a Tailândia esteve fortemente alinhada aos Estados Unidos e desenvolveu um firme posicionamento militarista em meio aos conflitos na Indochina entre os anos 1950 e 1980, chegando a ser uma base importante entre 1961 e 1975 para tropas norte-americanas combaterem a insurreição comunista no Laos.

Os militares sempre tiveram grande participação na vida política do país e em 1991 ocorreu o último golpe militar – o primeiro foi em 1932, quando se implantou o parlamentarismo. No entanto, este, que já era o 17º governo militar, durou pouco mais de um ano. De 1992 até o presente a Tailândia foi praticamente o único país da região que dispôs de uma democracia no estilo ocidental, que acabou de ser rompida com um novo golpe que depôs o primeiro-ministro Thaksin Shinawatra no dia 19 de setembro, quando este participava da inauguração da Assembléia Geral da ONU.

O novo “homem forte” e que já conta com o apoio do rei é o chefe das Forças armadas general Sondhi Boonyaratkalin. A justificativa para o golpe seria o incremento da corrupção durante o governo Shinawatra, que é um empresário milionário, e suas posturas centralizadoras e arrogantes que lhe trouxeram grande antipatia nos meios urbanos do país. Por exemplo, sua família vendeu as ações que possuía de uma grande empresa de telecomunicações, a Shin Corp, a um investidor de Cingapura, sem pagar os impostos devidos. Além disso, ele teria tentado promover oficiais do Exército ligados a ele em detrimento de militares de carreira, mais antigos.

Os militares fecharam o Congresso, mas não os partidos políticos, embora tenham decretado censura aos meios de comunicação e proibido a realização de qualquer atividade político-partidária. O general Sondhi tem afirmado que os militares ficarão no poder por no máximo um ano, tempo necessário para compor um novo governo e elaborar uma nova Constituição.

Isto pode indicar que um dos motivos para o golpe seja o de impor uma Constituição mais autoritária quanto à política e mais liberal quanto à economia, pois a atual Constituição é considerada a mais democrática da história e para sua elaboração em 1997, contou com um processo de ampla consulta popular, coisa rara no país.

Apesar da promessa de normalizar a situação rapidamente, sabemos aonde este tipo de atitude pode levar, e o interessante é que, mesmo com algumas manifestações de preocupação com os acontecimentos de parte de governos ocidentais, não houve as condenações veementes que se apresentaram em outras ocasiões.

REUNIÃO DO BANCO MUNDIAL E DO FMI EM CINGAPURA

Criados no pós-guerra para garantir a estabilidade monetária mundial e prover crédito para a reconstrução europeia e o desenvolvimento, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, parte das instituições de Bretton Woods, vivem um momento de crise de identidade.

A recusa de muitos países de fazer novos empréstimos e seguir suas recomendações levanta muitos questionamentos sobre a legitimidade e o papel destas instituições. Neste cenário, foi realizada a reunião conjunta do FMI e do Banco Mundial em Cingapura. Os costumeiros protestos foram sufocados pelo governo, que até impediu a entrada no país de ativistas e representantes de ONGs, inclusive de alguns convidados pelos organizadores das reuniões. A alternativa foi promover uma reunião paralela em Batam, na Indonésia.

Como maior resultado desse encontro dos mais de 180 representantes de países membros das organizações, foi anunciada a mudança no sistema decisório do FMI, uma demanda histórica dos movimentos sociais e das organizações que acompanham as ações do fundo.

Contudo, o aumento do peso de votação de China, Coréia do Sul, México e Turquia – embora constitua a maior reforma da história da organização

– modificou pouco a tomada de decisões do FMI, já que o poder de voto desses quatro países aumentará em apenas 1,8%.

Como as decisões no FMI dependem de 85% dos votos para serem aprovadas e os Estados Unidos detêm 17% do total, isto na prática configura poder de veto e as mudanças terão poucos reflexos na democratização dos processos. Por exemplo, na Junta de Governadores do FMI, composta por 24 assentos, a África têm dois, mas possui apenas 4,4% do poder de voto. Já o G-8 tem 48% dos votos no FMI e 47% no Banco Mundial. A América Latina tinha 7,7% dos votos e pouco deve mudar com o aumento da participação mexicana.

Já esperando as críticas diante das mudanças cosméticas, o FMI anunciou que até 2008, numa segunda etapa de sua reforma, ajustará votos de economias emergentes e de países pobres.

O Brasil apoiou o ajuste do porcentual de poder de voto dos quatro países, mas propôs a adoção de um novo critério para calcular a participação de cada país membro a partir do PIB – Poder de Paridade de Compra, o que foi rejeitado pelo diretor-geral do FMI, o ex-ministro da Economia do governo Aznar na Espanha, Rodrigo Rato, com apoio dos países desenvolvidos.

O Brasil e outros 49 países em desenvolvimento questionaram os planos para a segunda fase do processo de reformas, com receio de que não reflitam a participação real destas economias no mercado mundial. No caso da América Latina, segundo dados da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), no biênio 2006-2007 o continente crescerá em um ritmo de cerca de 7%, a taxa mais alta depois da China.

Os ativistas sociais, com razão, clamam por uma reforma mais extensiva para enfrentar o fato de que o processo decisório nas instituições de Bretton Woods não é democrático, muito menos transparente e somente interessa a um grupo pequeno de países desenvolvidos (leia mais em “World Bank-IMF annual meetings 2006 civil society boycott, governments feud over corruption and votes” <<http://brettonwoodsproject.org/art.shtml?x=542954>>).

ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU – REFORMAS E PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE

Em preparação para a Assembléia Geral, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas, Kofi Annan, que está em fim de mandato, divulgou um relatório sobre os trabalhos da organização no decorrer de

2005 que conta com propostas para a reforma da ONU e com a sugestão de incluir quatro novas metas no conjunto de Metas do Milênio desenvolvidas em 2000.

De acordo com Annan, a medição dos níveis de pobreza e de desenvolvimento no mundo só estaria completa com a inclusão do conceito de trabalho decente, cuja importância já foi defendida no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC); do acesso ao tratamento de HIV/AIDS; tratamento pré-natal e medição da perda de biodiversidade.

A inclusão do conceito de trabalho decente vem atender a uma demanda antiga das discussões acerca das Metas do Milênio, nas quais a questão do desenvolvimento teria que incluir de alguma forma a questão do emprego e da geração de renda.

A organização deve seguir se debruçando sobre outras questões pendentes da Cúpula Mundial de 2005 e novos temas, como: a reforma do Conselho de Segurança e do Secretariado da ONU; o seguimento dos trabalhos que visam à realização dos objetivos de desenvolvimento acordados no plano internacional; os esforços de proteção do meio ambiente; a convenção internacional sobre terrorismo; a prevenção de conflitos armados e a revitalização da Assembléia Geral.

Uma outra discussão importante será a nomeação, por recomendação do Conselho de Segurança, do oitavo secretário-geral da ONU. Há vários candidatos, mas os que hoje aparentemente têm maiores chances são o sul-coreano Ban Ki-moon e o indiano Shashi Taroor.

No entanto, apesar da necessidade e da boa vontade de muitos, reformar a ONU não é uma tarefa simples, particularmente para que a organização como um todo, e sobretudo o Conselho de Segurança, reflitam a realidade de 2006, e não a de 1945, quando foram criados.

Além da abertura da sessão, tradicionalmente feita pelo presidente brasileiro, Lula também participou da inauguração da Central Internacional de Compra de Medicamentos (Unitaid), fruto de esforços do governo brasileiro e dos governos da França, da Noruega e do Chile. Com a participação neste debate e com a divulgação dos bons resultados do investimento em políticas sociais no país, o Brasil alcançou um lugar de destaque no cenário internacional com relação aos mecanismos alternativos de financiamento

para o desenvolvimento e de combate à fome e à miséria.

Atualmente, além de participar ativamente das discussões acerca do tema no âmbito da ONU, o Brasil coordena os trabalhos na área de Pobreza e Desenvolvimento do Processo de Helsinque, iniciativa dos governos da Finlândia e da Tanzânia que discute formas de lidar com as questões ligadas à globalização e à democracia (leia mais: Discursos do presidente Lula na abertura da Assembléia Geral da ONU e na inauguração da Central Internacional de Compra de Medicamentos: <<http://www.info.planalto.gov.br/>>; A agenda provisória da 61ª Sessão da Assembléia Geral <<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N06/245/01/PDF/N0624501.pdf?OpenElement>>; “Mudar a ONU é quase impossível Paul Kennedy. *O Estado de S. Paulo*, 24/09/06; “Report of the Secretary General on the work of the Organization in 2005” <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Resources/Static/Products/SGReports/61_1/a_61_1e.pdf>; Processo de Helsinque: <<http://www.helsinki.fi/>>).

Periscópio Internacional nº 8

novembro de 2006

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO EQUADOR

Realizaram-se no dia 15 de outubro de 2006 e concorreram 13 candidatos (ver *Periscópio nº 7*). O resultado oficial, após uma apuração conturbada, não confirmou a tendência apontada pelas pesquisas antes das eleições, com exceção do segundo colocado Rafael Correa, da coligação Alianza Pais (AP), que recebeu 22,51% dos votos.

As surpresas ficaram por conta de León Roldós, da Red Democrática-Izquierda Democrática (RED-ID), sempre apontado pelas pesquisas como o predileto dos eleitores, mas que terminou em quarto lugar com 15,50%, cedendo a primeira colocação para Álvaro Noboa, do Partido de la Renovación Institucional-Acción Nacional (PRIAN). Outra surpresa foi o terceiro lugar alcançado por Gilmar Gutiérrez, irmão do ex-presidente Lucio Gutiérrez, pela Sociedad Patriótica (SP) com 16,36%.

Outros candidatos obtiveram os seguintes resultados: a diretista Cynthia Viteri do PSC, 9,91%; Fernando Rosero do PRE, 2,15%; e Luis Makas, um líder indígena do Movimiento Pachakutik, 2,12%. Os seis candidatos remanescentes somaram aproximadamente 4,8% dos votos.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) equatoriano havia prometido uma apuração rápida, a ser feita por meios eletrônicos, para a qual contratou a empresa brasileira E-vote por US\$ 5 milhões. O sistema de apuração entrou em colapso várias vezes, levantando suspeitas de manipulação dos resultados, particularmente sobre quem teria chegado em primeiro lugar, se Noboa ou Correa.

O contrato com a E-vote foi cancelado e ela passou a ser investigada pela Promotoria Geral do Estado, que também pediu a suspensão da imunidade dos juízes do TSE equatoriano para que sejam incluídos na investigação.

O segundo turno se realizará em 26 de novembro entre Álvaro Noboa, que é um milionário do setor de exportação de bananas, e Rafael Correa, um economista que foi ministro das Finanças do atual governo presidido por Alfredo Palacios, substituto de Lucio Gutierrez quando este foi destituído.

A esquerda apresentou-se dividida no primeiro turno em torno de cinco candidatos, embora tenha ocorrido uma tentativa frustrada de composição no mês de junho, antes da apresentação formal das candidaturas, principalmente entre a Alianza Pais e o Pachakutik. Além deles, candidataram-se também o deputado Luis Villacis, do PCMLE, Jaime Damerval, da Aliança das Forças Populares, e Lênin Torres, do Movimento Revolucionário Participação Popular. Porém, estes três somaram apenas 3% dos votos.

Noboa foi candidato em 1998 perdendo para Jamil Mahuad e foi também derrotado no segundo turno em 2002 por Lucio Gutiérrez. Desta vez repetiu a campanha com propostas essencialmente neoliberais, mas sorteando computadores e cadeiras de roda nos seus comícios e gastando mais com publicidade eleitoral do que permite a lei. É o candidato do grande capital e da imprensa. Correa é o candidato progressista nestas eleições, apresentando um programa nacionalista e com forte conotação social, além de defender a integração da América Latina, opor-se ao Tratado de Livre Comércio com os EUA e ter-se comprometido a não renovar o tratado militar que permite aos Estados Unidos usar a base aérea de Manta no Equador para suas ações na Colômbia. No primeiro turno teve o apoio do Partido Socialista Equatoriano, que não lançou candidato à Presidência, e agora no segundo turno conta com o apoio do Pachakutik, da Esquerda Democrática, que governa a prefeitura de Quito e que havia apoiado León Roldós, e do PCMLE.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Gallup em 25 de outubro deu 58% da preferência popular para Noboa e 42% para Correa. Segundo analistas políticos equatorianos, Noboa herdou a maioria dos votos de Cynthia Viteri e de Gilmar Gutiérrez, enquanto os eleitores de León Roldós migraram majoritariamente para Correa. Porém, entre a data desta pesquisa e o dia da eleição há a diferença de um mês (leia mais em: <www.alainet.org> “Alainet: Ecuador: Dos proyectos em disputa”).

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NA NICARÁGUA

Daniel Ortega, da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), venceu as eleições presidenciais da Nicarágua por aproximadamente 38% dos votos ante 29% do segundo colocado, Eduardo Montealegre, da Aliança Liberal Nicaragüense (ALN), partido de direita.

Pela legislação eleitoral daquele país, vence no primeiro turno quem alcançar no mínimo 40% dos votos ou então 35%, desde que, neste caso, haja uma diferença mínima de 5% em relação ao segundo colocado. Foi esta segunda alternativa que ocorreu agora na Nicarágua.

O resultado significa a volta da FSLN ao poder após 17 anos, quando o mesmo Daniel Ortega não foi reeleito na disputa presidencial de 1989. No entanto, volta sob circunstâncias muito diferentes daquelas em que deixou a Presidência. Não há mais Guerra Fria nem conflitos armados na América Central, porém o país está mais pobre ainda e neste aspecto só perde no continente para o Haiti. O neoliberalismo teve seus efeitos práticos com a privatização de vários serviços públicos, a assinatura do Tratado de Livre Comércio com os EUA e a proliferação de empresas *maquiladoras* nas Zonas Francas de Exportação.

As políticas sociais que os sandinistas haviam promovido na época da “revolução” sofreram enorme retrocesso, por exemplo, o analfabetismo, que havia sido praticamente erradicado, hoje está em torno de 30%.

A própria Frente também sofreu mudanças. Em primeiro lugar com o surgimento de uma dissidência, o Movimento de Renovação Sandinista (MRS), que reúne alguns líderes históricos como Ernesto Cardenal e que se apresentou com candidato próprio nas atuais eleições. Inicialmente com Herty Lewitis, ex-prefeito sandinista de Manágua, que faleceu no início da campanha e foi substituído pela candidatura de Edmundo Jarquín. Em segundo, com a realização de alianças mais ao centro. O candidato a vice-presidente na chapa de Ortega, Morales Carazo, por exemplo, foi assessor do ex-presidente liberal Alemán e nos anos 1980 foi membro dos Contras.

A campanha foi extremamente pesada e os candidatos derrotados faziam mais oposição a Ortega do que propriamente propaganda em favor de alguma proposta alternativa, e aí a estratégia de “Daniel Paz e Amor” foi mais eficaz. O embaixador norte-americano, Paul Trevili, também entrou na cam-

panha afirmando que a ajuda dos EUA à Nicarágua poderia ser cortada se o candidato da FSLN vencesse, e após as eleições afirmou que estas estavam recheadas de anormalidades e que não era possível afirmar que elas haviam sido transparentes e imparciais. Isto apesar da presença de quase 18 mil observadores internacionais e das declarações do Centro Carter, da OEA (Organização dos Estados Americanos) e da União Européia, de que as eleições foram “pacíficas, massivas e ordenadas”.

Todavia Daniel Ortega foi também favorecido pela divisão da direita entre duas candidaturas, que somaram 54% dos votos, indicando que na hipótese de haver segundo turno ele dificilmente venceria. Dessa forma a FSLN também não tem maioria no Parlamento. De um total de 90 deputados, ficou com 37 (um a menos que na atual legislatura), a ALN e o Partido Liberal Constitucional (PLC), somados, ficaram com 47 deputados e o MRS com seis deputados.

Ou seja, dificuldades não faltam e os demais governos progressistas na região precisam ajudar a superá-las. Porém, o processo político progressista na América Latina prossegue.

A REVOLTA POPULAR DE OAXACA

Uma das táticas utilizadas pela direita durante as eleições mexicanas foi ligar os conflitos sociais à candidatura de López Obrador do PRD como uma ameaça de que tenderiam a aumentar caso ele vencesse as eleições e assim amedrontar, principalmente, a classe média. Um dos últimos episódios antes da eleição em que isto ocorreu foi quando o governador de Oaxaca, Ulises Ruiz Ortiz, do PRI, decidiu enviar a polícia de choque do estado para desalojar os 70 mil professores estaduais que estavam em greve e acampados na praça central da capital, uma cidade com 600 mil habitantes, também chamada Oaxaca.

O motivo da greve era a reivindicação da implantação de um plano de carreira para o magistério oaxaquenho; esta foi dirigida pela Seção 22 do Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Educação (SNTE), que é um sindicato cuja direção nacional e sua presidente, Elba Esther Gordillo, sempre foram ligados ao PRI. Mas Gordillo agora se apresenta como uma dissidente, aliada do presidente Vicente Fox, do PAN, por meio de um trabalho conjunto com a Fundação Vamos México, presidida pela esposa dele.

No entanto, a Seção 22 é dirigida por setores políticos de esquerda. A tentativa de dispersão dos professores teve início dia 14 de junho às 5 horas da manhã com vasto uso de gás lacrimogêneo e armas de fogo. Mais de 70 pessoas foram feridas e houve quatro mortes, incluindo uma criança, mas a polícia não atingiu seu objetivo e tanto a greve quanto a ocupação prosseguiram.

Com a repressão, a greve acabou se tornando o estopim para uma revolta popular contra o governador, autoritário e corrupto, cuja destituição do governo por motivo de inépcia chegou a ser levada para discussão no Senado Federal, onde foi rejeitada pela coligação PAN-PRI, renovada com a proclamação da vitória de Felipe Calderón para a Presidência da República (a destituição de Ortiz obrigaria a realização de eleições que dificilmente qualquer candidato do PAN ou do PRI venceria).

Ao longo desses meses ocorreu uma série de passeatas na cidade, a ocupação de áreas centrais e o levantamento de barricadas, bem como a criação de um governo paralelo organizado e dirigido pela Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca (APPO). No final de outubro o governo federal determinou a repressão ao movimento e no dia 29 um contingente de 4 mil membros da Polícia Federal Preventiva (PEP), acompanhados por dois veículos blindados, entrou na cidade com o objetivo de dismantelar as barricadas e dispersar os revoltosos. Foi apoiado por grupos paramilitares ligados ao governador.

A ação da PEP se mostrou como de costume muito violenta havendo cerca de 40 feridos a bala e dois mortos, entre eles um jornalista norte-americano da imprensa *altermundista*, Bradley Will, morto a tiros por um paramilitar, que se somaram às nove vítimas assassinadas desde que o movimento começou. Houve também dezenas de prisões e há cerca de 30 desaparecidos.

Uma parcela dos envolvidos na revolta, formada por grupos locais como a Frente Popular Revolucionária, o Conselho Indígena Oaxaquenho, a Frente Ampla de Luta Popular, entre outros, se refugiou na universidade, de onde maneja uma estação de rádio, e apesar de várias tentativas, como a realizada no Dia de Finados, a polícia não havia conseguido desalojá-los. A luta continua pela remoção do governador, libertação dos presos e apresentação com vida dos desaparecidos.

A revolta do estado de Oaxaca, com as suas características, as forças políticas atuantes nesta região, os grupos de esquerda locais e as pessoas que apenas querem livrar-se do governador, não é única. Há disputas também em torno dos governos estaduais de Chiapas, onde a direita quer impedir a posse do governador eleito pelo PRD, e de Tabasco. Não há dúvida de que o ambiente eleitoral e a disputa política atual no México, particularmente a fraude que atribuiu a Presidência do país à Calderón, contribuem para que o processo se radicalize, e seguramente outros episódios poderão ocorrer.

APROVADA A CONSTRUÇÃO DO MURO NA FRONTEIRA DE MÉXICO E EUA

Uma nova lei que propõe a construção de 1.100 quilômetros de cercas na fronteira sudoeste dos EUA com o México foi assinada pelo presidente Bush no dia 26 de outubro e apresentada aos norte-americanos como um passo importante na direção de reforma das regras para imigração.

Motivada pelo período eleitoral, esta lei foi recebida com muitas críticas não só no México como nos outros países da América Latina, reunidos na Cúpula Ibero-americana realizada em Montevideu no início de novembro. Os 24 países presentes assinaram um comunicado especial ao final do encontro cujo tema era justamente imigração, expressando grande preocupação a respeito da construção de um muro fronteiro, pois o “novo muro” somente contribuirá para gerar mais discriminação e xenofobia.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) também condenou a decisão norte-americana e, das 34 nações que a integram, 27 assinaram uma declaração conjunta na qual expressam sua profunda preocupação com a postura dos EUA. Segundo a declaração, “a medida unilateral vai contra o espírito de entendimento que deve caracterizar a atenção aos problemas comuns entre países vizinhos e afeta a cooperação no hemisfério”.

Antes de ser promulgada por Bush, a lei de proteção dos estados da Califórnia, Novo México, Arizona e Texas já havia sido aprovada no Senado com 90 votos a favor e 19 contra. Segundo as estimativas, a construção e adaptação do muro custarão aos EUA cerca de US\$ 1,2 bilhão. Contudo, a lei em si não prevê rubrica para este gasto sinalizando que a medida é mais uma resposta aos apelos dos republicanos conservadores, no período imediatamente anterior às eleições congressionais, do que um plano de fato (leia mais em “La

Cumbre Iberoamericana se une contra el muro entre EEUU y México”, <<http://www.20minutos.es/noticia/168699/0/cumbre/iberoamericana/ausentes/>>; “*The New Phase in Anti-Immigrant Crackdowns – The Bipartisan Border Wall*” <<http://www.counterpunch.org/sustar10202006.html>>; “An Apartheid Fence in America?- Fear and Loathing in the North” <<http://www.counterpunch.org/barry10272006.html>>).

A ESCOLHA DOS REPRESENTANTES DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE PARA O CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU

Além dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU que têm poder de veto (EUA, Inglaterra, França, Rússia e China), desde 1965 participam outros dez de forma rotativa. Antes eram apenas seis. Estes não têm poder de veto e seu mandato é de dois anos.

A sua eleição é feita na Assembléia Geral e deve seguir uma distribuição geográfica que assegura cinco vagas para a África e a Ásia, uma para a Europa do Leste, duas para a América Latina e o Caribe e, finalmente, duas para a Europa Ocidental e outros. O número de votos requerido para ser eleito é no mínimo de dois terços.

Dessa forma, os países que terão mandato não permanente em 2007 serão: África do Sul, Bélgica, Eslováquia, Gana, Indonésia, Itália, Peru, Catar, Congo e mais um da América Latina e Caribe. Esta última vaga será em reposição à da Argentina (leia mais em <www.wikipedia.com>).

Apresentaram-se dois candidatos do continente: Guatemala e Venezuela. O primeiro com apoio integral dos Estados Unidos e o segundo apoiado pelo Brasil e outros países do continente. Apesar de quase 20 votações, nenhum deles alcançou os dois terços de votos necessários e, com o apoio do Grupo de Países da América Latina e Caribe (GRULAC), ambos desistiram da candidatura e um terceiro país, o Panamá, se apresentou como candidato de consenso do continente e foi eleito.

Os EUA se declaram satisfeitos por terem evitado a escolha da Venezuela, governada por Hugo Chávez, e este diz que impediu a eleição do candidato do governo norte-americano. De qualquer maneira, o Panamá politicamente representa uma opção progressista, pois é governado por Martín Torrijos, do Partido Revolucionario Democrático (PRD).

Ele é um social-democrata que se elegeu em 2004 em oposição a um candidato neoliberal, embora sua experiência profissional venha sobretudo da atuação em empresas do setor privado. A sua principal proposta de governo é a ampliação do canal do Panamá, que é responsável pela arrecadação de quase um terço dos tributos no país.

ELEIÇÃO DO NOVO SECRETÁRIO-GERAL DA ONU

O ministro das Relações Exteriores da Coreia do Sul, Ban Ki-moon, foi eleito o novo secretário-geral da ONU. A escolha de Ban Ki-moon foi feita por aclamação na Assembleia Geral em Nova York em meados de outubro e ele deve iniciar seu mandato de cinco anos em 1º de janeiro de 2007.

A cerimônia foi aberta pela presidente da Assembleia Geral, Sheikha Haya Al Khalifa, que pediu ao presidente rotativo do Conselho de Segurança, o embaixador do Japão, Kenzo Oshima, para apresentar a recomendação do conselho. Ban Ki-moon será o oitavo secretário-geral da ONU, substituindo Kofi Annan, que deixa o cargo em dezembro após dois mandatos.

Descrito sempre como trabalhador e harmonizador, o sul-coreano tem a seu favor tanto o apoio da China quanto o dos Estados Unidos, e apesar de o tema não contar com muito entusiasmo de nenhum destes países, ele é um forte defensor da Corte Criminal Internacional e do projeto Responsabilidade de Proteger, de intervenção humanitária adotado pela ONU em princípios de 2005 (leia mais em: “Responsabilidade de Proteger” <<http://www.responsibilitytoprotect.org/>>).

A função de secretário-geral da ONU tem pouco poder formalmente, dependendo muito mais da habilidade de convencer os Estados membros a aceitar as diretrizes da organização. Ban Ki-moon terá dois meses e meio de preparação para o cargo, ao contrário de Kofi Annan, que dez anos atrás foi eleito somente em 17 de dezembro.

Um dos maiores desafios do próximo secretário-geral será justamente próximo de casa, ao lidar com as tensões com a Coreia do Norte e os interesses norte-americanos, japoneses e chineses em questão (leia mais em: A tough job for Ban Ki-moon <http://www.economist.com/agenda/displaystory.cfm?story_id=8045110> e em Look East for a New UN Leader <<http://www.thenation.com/doc/20061016/williams>>).

ELEIÇÕES NOS ESTADOS UNIDOS – POSSIBILIDADES
PARA O PARTIDO DEMOCRATA

No controle do Congresso desde 1994, o Partido Republicano influenciou na redefinição dos distritos congressionais a fim de que seus atuais congressistas tivessem vantagem nas eleições. Contudo, uma enxurrada de escândalos e perdas políticas acabou levando a um descontentamento com o controle que o partido tem sobre Congresso, Senado e Presidência. Diversos congressistas republicanos, como Tom DeLay (Texas) e Bob Ney (Ohio), foram indiciados e condenados por corrupção em episódios relacionados ao lobista Jack Abramoff. Mais recentemente, descobriu-se que o congressista Mark Foley (Flórida) assediava seus estagiários jovens em bate-papos pela internet, e a investigação provou que a liderança republicana sabia deste comportamento desde 2003 e não tomou nenhuma ação a respeito.

Os anos de 2005 e 2006 viram ainda as revelações de uma série de programas secretos do governo norte-americano com componentes ilegais, como escutas telefônicas sem mandato, além do que já foi mencionado no *Periscópio* nº 7, sobre a aprovação da chamada “lei da tortura”, legalizando práticas inaceitáveis no interrogatório de prisioneiros.

As pesquisas já vinham apontando numericamente para o descontentamento da população com o governo, pois 64% desaprovam o desempenho do presidente George W. Bush na Presidência e 75% desaprovam o trabalho do Congresso, o que representa a marca mais baixa de aprovação de toda a história dos Estados Unidos (leia mais em <<http://elections.us.reuters.com/content/midterms/zogby4.html>>).

A votação de 7 de novembro, para eleição de todos os assentos do Congresso, um terço do Senado e 36 dos 50 governos de estado, modificou o panorama político no país. Até então o Partido Republicano tinha 29 assentos a mais que os democratas no Congresso e 11 a mais no Senado. Agora, os democratas têm a maioria nas duas casas e no conjunto dos governos estaduais, conforme demonstra o quadro da página seguinte.

Um dos temas centrais para a campanha eleitoral era a guerra no Iraque, que já custou mais de US\$ 338 bilhões e a vida de mais de 3 mil soldados norte-americanos. Um estudo sobre índice de mortalidade, lançado no *The Lancet* em outubro passado, encaminhado por médicos da Universidade

John Hopkins, demonstrou que, como resultado da invasão e da ocupação, aproximadamente 655 mil iraquianos morreram, além das estatísticas usuais de mortalidade pré-guerra.

ANO	PARTIDO	CÂMARA	SENADO	ESTADOS
2004	Republicano	232	55	28
	Democrata	202	44	22
	Independentes	1	1	
2006	Republicano	202	49*	22
	Democrata	233	49 **	28
	Independentes	0	2	

* Apesar do número igual de senadores, a maioria é democrata porque além do partido ter recebido 53,8% dos 61.552.749 de votos, os dois senadores independentes, Joe Lieberman (Connecticut) e Bernie Sanders (Vermont), declararam que apoiarão o Partido Democrata.

** O senador democrata Tim Johnson (South Dakota) sofreu um derrame em dezembro passado e, caso não se recupere, pode vir a ser substituído por alguém indicado pelo governador republicano do Estado que representa. Neste caso, haveria empate no senado com 50 republicanos e 48 democratas aliados aos dois senadores independentes e o desempate das votações seria feito pelo presidente do Senado, cargo acumulado pelo vice-presidente do país, Dick Cheney.

Cerca de 79 milhões de eleitores compareceram às urnas, o que representou uma participação de 40,4% dos inscritos para votar ante 37% de dois anos passados. Levantamento feito entre os que votaram em candidatos democratas demonstrou que 75% estavam motivados pela corrupção envolvendo os republicanos e 60% pela guerra no Iraque.

Na última pesquisa Zogby, divulgada em 26 de outubro, apenas 41% aprovavam a decisão do presidente Bush de manter tropas norte-americanas no Iraque sem nenhum cronograma de retirada. Na sondagem feita pela NBC/*Wall Street Journal*, de 31 de outubro, apenas 37% dos entrevistados acreditavam que valeu a pena o esforço para retirar Saddam Hussein do poder. Já na pesquisa conduzida pela revista *Newsweek* em 23 de outubro, 61% dos entrevistados declararam que gostariam de ver o governo definir uma data certa para a retirada das tropas do Iraque.

A administração de George Bush corre o sério risco de ser amplamente investigada pelo Poder Legislativo, ao perder o controle sobre o Congresso. O modo como a Casa Branca operou, com a interpretação de que o presidente podia tomar medidas inconstitucionais devido à exceção do período de guerra, nunca foi questionado pelos republicanos.

Na mesma pesquisa encomendada pela *Newsweek*, mencionada anteriormente, perguntados sobre qual deveria ser a prioridade de um Congresso controlado pelos democratas, 51% dos entrevistados declararam que a discussão sobre o *impeachment* de George W. Bush deveria ser prioritária.

Contudo, apesar do pouco apoio à guerra no Iraque e aos poderes extra-constitucionais do presidente Bush, a maioria dos candidatos democratas para o Congresso não utiliza essas questões nas suas campanhas. A congressista Nancy Pelosi, que se tornou a líder dos democratas no Congresso, declarou em uma entrevista à TV em horário nobre que o *impeachment* de Bush estaria “fora de questão” e seria uma “perda de tempo”. O congressista Rahm Emmanuel, que coordena os fundos do partido para as eleições congressionais, selecionou 23 candidatos para apoiar em distritos concorridos, com 22 deles sendo contra a retirada das tropas norte-americanas do Iraque. Muitos derrotaram candidatos ativistas contra a guerra nas primárias do partido (leia mais em <<http://counterpunch.org/pelosi10272006.html>>).

Não só a guerra preocupa os eleitores norte-americanos. Ela está sendo vista como parte de uma política externa falha, e não só por simpatizantes do Partido Democrata, mas também por 43% dos republicanos, que declararam ter buscado candidatos que tivessem uma visão diferente da política externa do país (junto a 77% de independentes e 91% de democratas). De acordo com 76% dos republicanos e 85% dos democratas, os Estados Unidos deveriam agir de forma mais cooperativa com o resto do mundo (leia mais em “Time for a Global Good Neighbor Policy” <<http://ggn.irc-online.org/>>).

O primeiro a pagar pelo mau desempenho foi o secretário da Defesa, Donald Rumsfeld, o estrategista da invasão do Iraque, demitido quando o resultado da votação foi anunciado.

Não devemos esperar grandes mudanças no curto prazo, pois Bush seguirá como presidente por mais dois anos e as contradições internas dos democratas também dificultam uma mudança mais radical de curso. Contudo deverá haver uma contenção das medidas de segurança mais extremas como as que Bush implementou. Deverá também ocorrer um reforço no protecionismo comercial norte-americano, o que significa num primeiro momento que o regime de “Fast Track” não será renovado pelo Congresso em 2007 e, portanto, dificilmente haverá qualquer avanço nas negociações na OMC.

Começa agora a corrida pela substituição de George W. Bush na Presidência em 2008.

ELEIÇÕES NO CONGO

Na realização do segundo turno das eleições na República Democrática do Congo foram registrados alguns distúrbios, mas os 25 milhões de eleitores puderam eleger pela primeira vez, desde a independência do país na década de 1960, seu presidente.

O primeiro turno havia sido realizado em 30 de julho passado e o atual presidente Joseph Kabila recebeu 45% dos votos, mais que o dobro de seu opositor, seu vice-presidente Jean-Pierre Bemba. A segunda votação definirá quem exercerá a liderança do país, que passou por guerras civis em 1996 e em 2002.

A expectativa é de que o presidente Kabila seja eleito, de acordo com a proclamação dos primeiros resultados que lhe dão mais de 60% dos votos. Ele conseguiu fazer alianças com alguns ex-candidatos presentes na primeira votação. Seus atuais aliados incluem Nzanga Mobutu, filho do ex-chefe de Estado Mobutu Sese Seko, deposto em 1997. Nzanga foi capturado pelos soldados de Bemba enquanto fazia campanha por Kabila e depois foi deixado num posto da ONU, numa demonstração das tensões presentes no país.

O chefe da Missão de Paz da ONU no Congo, William Swing, declarou que as eleições no país são as mais importantes do continente africano desde que em 1994 a votação na África do Sul trouxe Mandela ao poder e terminou com o regime de *apartheid*.

A Missão de Paz da ONU no país conta com 17 mil homens que agem em conjunto com outros 2 mil homens enviados pela União Européia. No dia da votação, agentes de segurança privada trabalharam com as forças de paz a fim de garantir a segurança, questão que ainda preocupa. Após o anúncio dos resultados do primeiro turno, realizado em 30 de julho passado, os apoiadores de Bemba e Kabila se enfrentaram diversas vezes, resultando em mais de 30 mortes.

A capital permanece fortemente armada, com a adição de 5 mil soldados da guarda presidencial de Kabila e 600 aliados de Bemba. Cada uma das partes acusa a outra de ter provocado a violência pré-eleitoral, mas nem Bemba nem Kabila fizeram aparições públicas depois da votação de julho.

Ambos os candidatos têm a luta armada em seu passado. Kabila serviu como soldado rebelde sob o comando de seu pai, o ex-presidente Laurent Kabila, que coordenou as forças que depuseram Mobutu com a ajuda de Ruanda e Uganda. Já Bemba foi um líder rebelde apoiado por Uganda na guerra de 1998 a 2002 e também é acusado de crimes de guerra pelo apoio a um golpe que falhou na República Centro-Africana.

A paz na República Democrática do Congo poderia trazer estabilidade e desenvolvimento econômico para o coração do território africano, pois o Congo é muito rico em recursos naturais. Ele faz fronteira com nove países africanos e suas guerras trouxeram a presença de seis exércitos distintos, alguns com olhos apenas para a exploração das reservas de ouro, diamantes, coltan (usado em celulares) e urânio, entre outras riquezas, e não para a manutenção da paz.

CONTINUA A CRISE EM DARFUR

O governo sudanês expulsou Jan Pronk, o enviado da ONU ao país, no final de outubro e em seguida voltou atrás na sua decisão, permitindo que ele retorne, mas apenas para transmitir seu cargo a outro diplomata da ONU.

Jan Pronk, um ex-ministro holandês, serve como enviado especial da ONU no país desde 2004 e recebeu 72 horas para sair do Sudão, a partir de alegações de que teria feito comentários impróprios em seu *blog*. A ação marca mais uma vez a posição não-diplomática do presidente Omar Hassan Ahmed Bashir em relação à ONU.

O presidente tem recusado insistentemente o recebimento de tropas de paz da ONU para atuar na região de Darfur, situada no oeste do país, apesar dos apelos da ONU e dos Estados Unidos. A justificativa apresentada pelo governo do Sudão é que a Resolução 1.706 da ONU vai contra os acordos de paz de Abuja e portanto é impossível de ser implementada.

O trabalho de Pronk centrou-se em pressionar Cartum para que aceite a presença de 20 mil homens das tropas de paz da ONU em substituição aos 7 mil soldados da União Africana.

Entretanto, em setembro passado, uma missão de representantes norte-americanos visitou o país, e desde então Washington tem anunciado que mudará sua posição em relação a este conflito, que já vitimou mais de 200

mil pessoas. O discurso é que agora os EUA não pressionarão mais o Sudão para aceitar as tropas da ONU, mas estão buscando um caminho alternativo para a solução do conflito.

A nova posição dos EUA pode ter alguma relação com o anúncio de novos acordos do Sudão com a China para a exploração de minério de ferro e ouro, estreitando a relação dos dois países, já fortalecida pelo laço do petróleo.

O FORTALECIMENTO DOS LAÇOS ENTRE CHINA E ÁFRICA

Este ano os chineses comemoram o cinquentenário do estabelecimento de relações diplomáticas com a África; o primeiro país africano com que os chineses se relacionaram foi o Egito, sob o governo de Gamal Abdel Nasser, em 1956.

Ainda durante a Guerra Fria e a descolonização africana, a China procurou fortalecer suas relações com vários países do continente mais por interesses políticos do que comerciais, e que não ocorreram sem algumas contradições. Por exemplo, nos anos 1970, enquanto a União Soviética apoiava a ZANU, organização guerrilheira de Robert Mugabe no Zimbábue, a China apoiava um outro grupo, a ZAPU, liderado por Holden Roberto. Posteriormente, quando os brancos entregaram o governo à maioria negra, as duas organizações se fundiram, mas quem detém o poder até hoje é Mugabe, que por sua vez se aproximou da China.

Vários outros países, como Tanzânia e Zâmbia, também puderam contar com algum tipo de apoio chinês após sua independência. Durante estes 50 anos, cerca de 18 mil africanos de mais de 50 nacionalidades estudaram na China e em torno de 16 mil médicos, engenheiros, técnicos e oficiais militares chineses trabalharam em diversos países africanos.

Hoje o aspecto comercial também pesa e os chineses, pragmaticamente, têm buscado aliados onde a presença norte-americana e européia é menor, como no Sudão, em Angola, no Zimbábue, no Gabão, na Guiné Equatorial e na Nigéria, visando adquirir matérias-primas e insumos energéticos, embora a relação que está em progresso com a África do Sul já possua uma pauta de comércio de produtos manufaturados.

Angola e Guiné Equatorial vendem aproximadamente um terço de sua produção de petróleo para a China. Em 2005, a África exportou aproximadamente US\$ 17 bilhões para a China, enquanto importou quase US\$ 15

bilhões, sendo que este fluxo de comércio cresceu em torno de 38%, comparado com o ano anterior, e deve aumentar.

MUDANÇA NAS REGRAS DE CONTROLE DA INTERNET

O governo norte-americano anunciou que a partir de 2009 dará autonomia total para que uma organização não-governamental norte-americana gerencie os domínios da internet. Esta, na verdade, continuará sendo a International Corporation for Assigned Names and Numbers (Icann), baseada na Califórnia e criada pelo Departamento de Comércio dos Estados Unidos em 1998.

A diferença é que o Departamento de Comércio até recentemente vigiava rigorosamente as decisões tomadas pela Icann e agora levará a cabo um regime mais leve durante os próximos três anos. Esta é a decisão de um acordo fechado em outubro, e a Icann terá que se reportar às autoridades norte-americanas e a toda a comunidade da internet. Antes os relatórios eram semestrais e somente para o governo dos EUA.

O novo acordo de três anos de duração, que poderá ser revisado após a metade deste tempo, inclui que o Departamento de Comércio fará reuniões regulares com a gerência sênior da Icann a fim de avaliar o progresso, diferentemente do processo anterior, em que a Icann se reportava diretamente ao governo.

A Comissão Européia tem interesse especial pela questão e foi responsável pela divulgação deste novo modelo. A União Européia sempre questionou o controle norte-americano sobre a gestão da internet, especialmente a atitude do governo Bush de impedir a criação do domínio “.xxx” para uso de pornografia *on-line*.

A proposta não atende às exigências de Brasil, Índia, Irã e outros países de que a ONU deveria assumir o controle da internet, mas pelo menos abre a possibilidade de um “modelo de cooperação”, intermediário, defendido pelos países europeus e que permite maior transparência, além de atribuir maior responsabilidade à Icann (leia mais em <<http://www.icann.org/>>).

NOVOS PROTESTOS NOS SUBÚRBIOS DA FRANÇA

No final do mês de outubro, praticamente um ano depois da ocorrência dos distúrbios nos subúrbios de Paris envolvendo jovens imigrantes e de-

sempregados, novos incidentes voltaram a ocorrer, e até o momento seis ônibus urbanos foram incendiados.

Embora não alcance a dimensão do ano passado, quando cerca de cem automóveis eram queimados por noite, ainda assim tem sido grave, particularmente no caso do ônibus em Marselha incendiado com passageiros ainda no seu interior. Uma mulher de 26 anos sofreu queimaduras de segundo e terceiro grau em 60% do corpo.

No primeiro semestre deste ano o governo chegou a aprovar algumas medidas legislativas de promoção da igualdade de oportunidades e aplicar recursos extras para enfrentar o problema do desemprego e da falta de atividades que afetam principalmente os jovens imigrantes que vivem nos subúrbios pobres das metrópoles francesas. Porém, na opinião de especialistas, são insuficientes para lidar com a dimensão da necessidade e, na opinião de alguns moradores, não houve mudança alguma.

Infelizmente, a falta de soluções estruturais acaba aumentando a xenofobia, e o candidato presidencial da extrema direita, Le Pen, já alcança 18% nas pesquisas para as eleições presidenciais de 2007.

PRÉVIA PARA CANDIDATURA PRESIDENCIAL DO PARTIDO SOCIALISTA FRANCÊS

Com a retirada da candidatura de Lionel Jospin, há três nomes em disputa no interior do partido: Ségolène Royal, Dominique Strauss Kahn e Laurent Fabius. Ségolène é atualmente governadora da região de Poitou-Charentes Ocidental, Strauss Kahn já foi ministro das Finanças e Fabius foi primeiro-ministro do governo Mitterrand.

Após uma série de debates internos, o apoio a Ségolène caiu significativamente e ela tem sido acusada pelos adversários de buscar a candidatura por meio de uma série de propostas populistas à direita.

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto CSA, ela teria hoje 57% das preferências dos 200 mil filiados ante 23% de Strauss Kahn e 10% de Fabius. No entanto, de acordo com este mesmo instituto, ela chegou a ter 72% de apoio e, portanto, não se descarta a realização de um segundo turno entre os dois mais votados. O primeiro turno ocorrerá no dia 16 de novembro e, se houver o segundo, será no dia 23.

O escolhido enfrentará a provável candidatura pela centro-direita de Nicolas Sarkozy, atual ministro do interior do governo Chirac, e a já mencionada candidatura de extrema direita de Le Pen pelo Partido Nacional.

NOTÍCIAS DO ORIENTE MÉDIO

Após a aventura bélica no Líbano, o atual governo israelense definitivamente abandonou qualquer perspectiva de uma política centrista. Diante da queda de popularidade, o primeiro-ministro Ehud Olmert, do Partido Kadima, convidou o partido de extrema direita Yisrael Beiteinu (“Israel Nosso Lar”), liderado por Avigdor Lieberman, para se juntar à coalizão governamental.

Este partido somará 11 deputados à coalizão, que assim ficará com uma maioria de 78 deputados de um total de 120 no Parlamento. Lieberman, no entanto, se tornou conhecido por defender a expulsão dos cidadãos árabes de Israel e a condenação à morte de quem se dispuser a dialogar com o Hamas palestino ou com o Hezbollah libanês. O Partido Trabalhista, que se opunha no início, agora aparentemente já se conformou.

Enquanto o presidente palestino Mahmoud Abbas se esforça para construir um governo de coalizão entre o Al-Fatah e o Hamas que lhe dê mais moderação e governabilidade para dialogar com os EUA e União Européia, inclusive para retomar o auxílio internacional, o governo israelense radicaliza, e a aliança com Lieberman somente jogará mais gasolina no conflito entre israelenses e palestinos. Mesmo assim, foi anunciado que há um pré-acordo entre os palestinos.

Aliás, desde junho, mais de 300 palestinos, a maioria civis, foram mortos devido às ações militares de Israel na Faixa de Gaza, e a possibilidade da retirada israelense da Cisjordânia parece cada vez mais remota, particularmente com a atual omissão da comunidade internacional. O último trágico acontecimento foram os disparos de soldados israelenses sobre um grupo de mulheres palestinas que tentavam abraçar uma mesquita, matando várias delas.

No Iraque, tudo caminha para o que já havíamos previsto anteriormente. Está em execução um processo de divisão do país entre curdos, muçulmanos xiitas, muçulmanos sunitas e cristãos, em que os dois primeiros ocuparão territórios melhores e ricos em petróleo, enquanto os demais ficarão confinados a locais com poucas possibilidades de desenvolvimento.

Enquanto isso, a guerra civil recrudescer com a ocorrência em média de 50 mortes de iraquianos por dia, e o número de soldados norte-americanos mortos já passou de 3 mil. Salvo mudanças profundas na política norte-americana, não há perspectivas de curto prazo de uma solução. Justamente agora o tribunal especial que julga Saddam Hussein decidiu condená-lo à morte pelo massacre de uma comunidade curda. A data em que esta condenação ocorreu provavelmente foi escolhida para favorecer os norte-americanos que apóiam a intervenção nas eleições de novembro (leia mais em: <<http://ipsnews.net/news.asp?idnews=33771>>).

NOVO PRIMEIRO-MINISTRO NO JAPÃO

O Parlamento japonês elegeu, no final de setembro, Shinzo Abe para substituir Junichiro Koizumi como primeiro-ministro do país. Abe faz parte de uma nova leva de políticos japoneses nacionalistas e foi eleito facilmente, assegurando votos de uma maioria de legisladores, a maior parte membros do Partido Democrático Liberal, LDP, e seu partido de coalizão, Komeito.

Aos 52 anos, Abe torna-se o primeiro-ministro japonês mais jovem desde a Segunda Guerra Mundial. Chega ao assento com a promessa de que vai fortalecer a aliança militar do Japão com os Estados Unidos e que promoverá um salto de qualidade nas relações com a China, além de enfrentar a ameaça atômica da Coreia do Norte.

Contudo, o enfrentamento com a China deverá aumentar caso o primeiro-ministro resolva ir adiante com uma de suas promessas de campanha, que inclui reescrever a Constituição a fim de permitir o rearmamento japonês e o envio de tropas a outros países que sirvam para a defesa de aliados como os Estados Unidos. Abe ainda reforça a idéia de que o patriotismo deve ser ensinado nas escolas japonesas.

Embora estas questões ganhem terreno, a vida de seu governo dependerá mais de como ele contornará as questões econômicas. Abe deve decidir se aumenta as taxas de juro ou se diminui os gastos a fim de reduzir a enorme dívida pública do Japão. Ele também deve encontrar um caminho para lidar com as reformas pró-mercado capitaneadas por Koizumi, num momento em que os japoneses se questionam sobre o aumento da desigualdade social causado por essas medidas.

TESTE NUCLEAR NA CORÉIA DO NORTE

No mês de outubro a Coréia do Norte detonou uma bomba atômica de baixa potência no seu subterrâneo e tornou-se membro do “clube nuclear”, porém não sem receber pressões de todos os lados, inclusive da China, um dos poucos aliados que possui.

O Conselho de Segurança da ONU, por unanimidade, aprovou uma série de sanções econômicas e políticas contra a Coréia do Norte, o que tenderá a piorar a situação de um país que é pobre, embora capacitado tecnologicamente, como se pode ver.

Embora tenha conseguido detonar uma bomba atômica, há ainda dúvidas se a experiência de outubro foi um sucesso total ou parcial. De todo modo, as sanções e as negociações diplomáticas que foram retomadas visam impedir novas explosões, pois o domínio da tecnologia nuclear pela Coréia do Norte e a eventual capacidade de adaptá-la aos meios balísticos de que já dispõe desequilibrarão totalmente a correlação de forças militares na região.

Tal desequilíbrio aumentará a presença norte-americana na região e estimulará o Japão a rearmar-se, pois tem recursos econômicos para fazê-lo. Se o fizer, a China tenderá a acelerar a ampliação de sua capacidade bélica e a Coréia do Sul tentará se equilibrar em poder militar à Coréia do Norte. Ou seja, o barril de pólvora se tornará muito mais perigoso.

Claro que independentemente disto há uma discussão válida sobre o porquê de alguns países terem o direito de possuir armas nucleares e outros não. Porém há uma discussão válida também sobre a segurança internacional e os malefícios da corrida armamentista. Este debate evidentemente não pode se resumir a esta notícia (leia mais em “As Coréias sob pressão”, <<http://diplo.uol.com.br/2006-10,a1424>> e em “U.N. Security Council edicts challenged”, <<http://ipsnews.net/news.asp?idnews=35260>>).

A AGENDA DO MOVIMENTO SOCIAL NOS PRÓXIMOS MESES

Durante os meses de dezembro e janeiro ocorrerão três atividades muito importantes, organizadas pelo movimento social. Duas delas são concomitantes às atividades governamentais, caso da Cumbre Social de

Cochabamba durante a reunião da Comunidade Sul-Americana de Nações (CSN) e da Cúpula Social do Mercosul, a realizar-se durante a reunião da Cúpula Presidencial do Mercosul, em Brasília. O terceiro evento é a sétima edição do Fórum Social Mundial, que ocorrerá em Nairóbi, no Quênia.

A Cumbre de Cochabamba está sendo organizada a partir de uma estratégia de quatro níveis:

1 - Reafirmação das lutas de resistência desenvolvidas no continente contra o neoliberalismo nas suas diversas formas de expressão.

2 - Avançar o debate e a construção das alternativas para as Américas em geral e sobre a integração em particular.

3 - Desenvolver as estratégias de pressão e de incidência sobre o processo da Comunidade Sul-Americana de Nações (CSN).

4 - Fortalecimento da construção e articulação do nosso próprio movimento.

A Cumbre ocorrerá nos dias 6 a 9 de dezembro na cidade de Cochabamba, na Bolívia. Ela será multidisciplinar e tratará de 11 temas além das atividades auto-gestionadas. Estes temas são: energia; financiamento; institucionalidade e assimetrias; defesa e militarização; migrações e cidadania; infra-estrutura; direitos sociais e trabalho; soberania alimentar, biodiversidade, água, propriedade intelectual; comércio; povos indígenas; justiça e impunidade.

A organização da Cumbre está a cargo da Aliança Social Continental, que é uma rede de organizações sociais e ONGs que começou a se estruturar a partir de 1997 para lutar contra a ALCA, quando os governos que negociavam na época realizaram a terceira conferência de ministros de Comércio Exterior em Belo Horizonte, no Brasil. Há uma série de organizações sociais bolivianas que também participam deste trabalho (leia mais em <www.asc-hsa.org>).

A Cúpula Social do Mercosul ocorrerá de 13 a 15 de dezembro em Brasília e será a segunda vez que haverá um encontro amplo de movimentos sociais. Tradicionalmente desde a fundação do Mercosul era basicamente o movimento sindical que tentava influenciar o processo por intermédio da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul.

Considerando a realização deste encontro no Brasil, o governo brasileiro tomou iniciativas para facilitar a participação e interlocução do movimento social em relação ao Mercosul, pois sem participação social não haverá integração na amplitude desejada.

Esta Cúpula também funcionará a partir dos grupos de trabalho temáticos e que tratarão dos seguintes assuntos: agricultura familiar, reforma agrária, cooperativas, economia solidária e segurança alimentar; mulheres, raça e etnia; cultura, juventude, comunicação, educação; emprego, migrações, direitos humanos e pequenas e médias empresas; meio ambiente, recursos naturais, água, infra-estrutura e energia; tratados de livre comércio, integração e modelos de desenvolvimento e investimentos; participação cidadã e instituições do Mercosul; saúde e, finalmente, o Parlamento do Mercosul.

Os objetivos que os organizadores estão buscando são: ampliar e consolidar o programa SOMOS MERCOSUL; estimular e ampliar a participação social; promover uma identidade supranacional da cidadania regional; sistematizar e dar visibilidade à agenda socioambiental do Mercosul; promover o Mercosul político, produtivo e cultural; influir na agenda política do Mercosul e informar e capacitar a cidadania regional.

Os organizadores são várias instituições sociais brasileiras, inclusive com ramificações internacionais, entre as quais podemos mencionar a Abong, Rebrip, CCSCS, Marcha Mundial de Mulheres, Contag, Coprofam, ORIT, UNE, Associação de ONGs de Mulheres Negras, entre outras (leia mais em <www.somosmercosur.org>).

O Fórum Social Mundial (FSM) de 2007 será realizado entre os dias 20 e 25 de janeiro na cidade de Nairóbi, no Quênia.

Após uma consulta realizada mundialmente sobre ações, campanhas e lutas, preparatórias ao programa do evento, identificaram-se nove objetivos gerais, em torno dos quais serão organizadas as atividades propostas pelas organizações participantes do FSM. São eles:

1. Pela construção de um mundo de paz, justiça, ética e respeito pelas espiritualidades diversas.
2. Pela libertação do mundo do domínio das multinacionais e do capital financeiro.
3. Pelo acesso universal e sustentável aos bens comuns da humanidade e da natureza.
4. Pela democratização do conhecimento e da informação.
5. Pela dignidade, diversidade, garantia da igualdade de gênero e eliminação de todas as formas de discriminação.

6. Pela garantia dos direitos econômicos, sociais, humanos e culturais, especialmente os direitos à alimentação, saúde, educação, emprego, habitação e trabalho digno.

7. Pela construção de uma ordem mundial baseada na soberania, na autodeterminação e nos direitos dos povos.

8. Pela construção de uma economia centrada nos povos e na sustentabilidade.

9. Pela construção de estruturas políticas realmente democráticas e instituições com a participação da população nas decisões e controle dos negócios e recursos públicos.

Já estão abertas as inscrições para atividades autogestionadas no FSM, bem como para os que querem simplesmente assistir (leia mais em <www.forumsocialmundial.org.br>).

Periscópio Internacional nº 9

dezembro de 2006

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO EQUADOR

O candidato presidencial da esquerda no Equador, Rafael Correa, pela coalizão Alianza Pais (AP), venceu as eleições no segundo turno realizado no dia 26 de novembro. Ele derrotou Álvaro Noboa, o “Magnata das Bananas”, por 57% a 43%, o que representou uma diferença de 14%.

Este resultado contrariou em muito algumas previsões anteriores de institutos, como o Gallup, que chegaram a favorecer Noboa em até 16%. Correa chamou a atenção em vários momentos para a possibilidade de irregularidades a partir do final da apuração tumultuada do primeiro turno, quando Noboa saiu na frente por uma pequena margem de 2%. No Equador, assim como no Brasil e em eleições em outros países, a imprensa também tentou favorecer o candidato da direita e a apresentação de dados de pesquisas manipulados era uma das formas.

O último incidente ocorrido, e que demonstra como as tendências de intervenção interna e também externa contra Correa foram fortes, foi a destituição do ex-chanceler Rafael Bielsa, da Argentina, da coordenação de observadores eleitorais da OEA devido a uma série de declarações anti-Correa que proferiu numa reunião com ONGs preocupadas com a lisura da eleição.

No entanto, Correa conseguiu reunir praticamente toda a esquerda em torno de sua candidatura para o segundo turno e sua vitória foi muito importante, pois aponta um novo rumo para o Equador, uma vez que ele anunciou durante a campanha que não assinaria o Tratado de Livre Comércio com os EUA e que também não renovaria o convênio de cessão da base militar de Manta com os norte-americanos.

Há, porém, dois obstáculos sérios a serem enfrentados. A dolarização da economia equatoriana, que é uma restrição difícil de ser alterada, e a ausência de base parlamentar, uma vez que a AP não lançou candidatos ao Parlamento. O PRIAN de Noboa e a Sociedade Patriótica liderada por Gilmar Gutiérrez, irmão do ex-presidente Lucio Gutiérrez, elegeram respectivamente 28 e 24 deputados num total de 100. O Partido Social Cristão (PSC), de direita, cuja candidata chegou em quinto lugar, já declarou que fará oposição ferrenha ao novo presidente. Ou seja, a direita e a centro-direita, que têm a maioria, não facilitarão a vida de Correa.

A resposta do novo presidente, que tomará posse em 15 de janeiro, é convocar um plebiscito para consultar a população sobre a instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte, o que poderia ocorrer em seis ou sete meses. Resta saber se a população, que já derrubou diversos presidentes durante os últimos dez anos, estará disposta a se mobilizar novamente (leia mais em “Sindicato denuncia a Noboa por violar derechos laborales” <<http://www.agenciapulsar.org/nota.php?id=8950>>).

ELEIÇÕES VENEZUELANAS

Hugo Chávez foi reeleito presidente da Venezuela no dia 3 de dezembro para mais um mandato de seis anos. Ele obteve 61% dos votos válidos e derrotou o candidato da oposição, Manoel Rosales, que obteve 39%.

No início da campanha presidencial apresentaram-se 22 candidatos, mas todos, com exceção de Rosales, desistiram. Ele é governador do estado de Zulia e membro da Aliança Democrática (AD), o partido social-democrata venezuelano que inicialmente havia considerado não lançar candidatura e prosseguir na sua posição de não reconhecer o processo político do país.

Todos os deputados da atual legislatura foram eleitos como partidários do governo, pois a maioria dos partidos de oposição não apresentou candidatos e convocou a população a boicotar a eleição. Alguns poucos deputados que ainda chegaram a ser eleitos renunciaram antes da posse. No entanto, o tiro saiu pela culatra, pois a população compareceu majoritariamente à eleição e elegeu uma bancada totalmente governista. A tentativa de deslegitimar a eleição falhou e atualmente os partidos de oposição devem ter percebido que é preferível participar como minoria que se auto-excluir.

Isto não significa que não prossigam as tentações golpistas, a interferência norte-americana, bem como a campanha do empresariado e da grande imprensa venezuelana contra Chávez. Porém sua vitória o legitima novamente e desmente a pecha de “populista” que a direita e a grande imprensa internacional lhe tentam impingir.

O resultado demonstra que hoje existe um governo na Venezuela que governa para todos, mas que se volta principalmente para as classes sociais tradicionalmente mais desfavorecidas.

Chávez enfrentou uma forte crise política desde sua reeleição em 2000, já sob as regras definidas na nova Constituição, até 2004, quando venceu o plebiscito derogatório com 58,25% dos votos e se legitimou no poder. Até então havia sido impedido de implementar uma série de medidas econômicas e sociais mais profundas, pois tivera que priorizar a reforma política do país e enfrentar rebeliões militares, além de um golpe que chegou a destituí-lo por poucos dias e uma greve no setor petrolífero que quase paralisou o país. Mesmo com estas dificuldades conseguiu promover uma série de políticas que beneficiaram a maioria da população e manteve o seu apoio.

A Venezuela é o quinto produtor mundial de petróleo e no período de alta dos preços deste produto nos anos 1970 vivenciou um forte crescimento da economia que, no entanto, não se diversificou, beneficiando apenas a parcela da população diretamente ligada à sua produção, como setores da classe média e dos empresários.

Agora o país foi favorecido novamente pelos altos preços do petróleo, mas ao contrário do passado, os recursos estão sendo reinvestidos em tentativas de diversificar as atividades produtivas e na geração de pequenos e médios empreendimentos. Da mesma forma há investimentos em políticas sociais como saúde e educação, bem como no ataque a dois problemas crônicos nas cidades venezuelanas, a escassez de moradia e de suprimento de água.

Estas iniciativas vêm acompanhadas por uma política muito importante que incentiva a organização popular por meio de associações ligadas ao tema do acesso à terra e à água, cooperativas de produção, movimento pela reforma agrária e uma central sindical alternativa à tradicional.

Como em vários outros países latino-americanos, na Venezuela também se estabeleceu um sistema corporativo em que a AD era o partido político hegemônico, embora se revezasse eventualmente no governo com a demo-

cracia-cristã (COPEI) e dirigia as poucas organizações sociais existentes, como a Central de Trabajadores de Venezuela (CTV), e algumas outras campone-sas. Este arranjo foi se corrompendo e entrou em crise principalmente com a queda nos preços do petróleo na segunda metade dos anos 1980. Foi também quando começaram as manifestações populares periódicas e a agi-tação militar que forneceram a base política para a primeira eleição de Hugo Chávez em 1998.

Destacou-se também neste mandato a política externa da Venezuela. Além de forte posicionamento antiimperialista, o governo priorizou as relações Sul–Sul e a integração regional comprometendo-se a participar do financi-amento da integração energética da América do Sul (leia mais em “Frente opositor avanza, polarización estable” <<http://ipsnoticias.net/nota.asp?idnews=39419>>).

PARAMILITARES E PARLAMENTARES NA COLÔMBIA

O governo de Álvaro Uribe enfrenta sua principal crise até o momento. Às vésperas das eleições parlamentares ocorridas em março deste ano houve denúncias de que vários candidatos da coalizão que o apoiava, o Partido do U e o Partido Conservador, eram favorecidos por grupos paramilitares como as Autodefensas Unidas de Colombia (AUC), o que provocou a retirada de algumas candidaturas.

Havíamos registrado no *Periscópio* n° 1 que mesmo assim uma dezena deles, pelo menos, conseguiu se candidatar e vários foram eleitos. Desde o dia 14 de novembro, a Suprema Corte da Colômbia está convocando vários deputados e senadores acusados para serem interrogados e três deputados foram presos. Por exemplo, a deputada Muriel Benito Rebollo é ligada ao chefe de um dos grupos paramilitares, Edwar Cobos Telles, atualmente preso e em cujo sítio foi encontrada uma vala com quase uma centena de corpos de pessoas assassinadas.

Além das acusações que até o momento envolvem seriamente três parlamen-tares, há também o caso do ex-diretor-geral do Departamento Administrativo de Seguridad (DAS) – um órgão equivalente à nossa Polícia Federal, Jorge Noguera Cates –, contra quem há um inquérito que investiga suas ligações não somente com os paramilitares, como também com o narcotráfico (ver *Periscópio* n° 2).

Este é provavelmente o caso mais problemático para o presidente, pois Noguera lhe é muito próximo, e quando contra este surgiram as primeiras acusações, Uribe as rechaçou. Porém, recentemente teve que afastá-lo, porque os fatos são muito evidentes, inclusive de que Noguera teria usado seu poder para apagar informações e dossiês de conhecidos criminosos.

MÉXICO

Apesar de a imprensa internacional apresentar a situação política mexicana como de quase normalidade, com Felipe Calderón do PAN declarado candidato vencedor pela Justiça Eleitoral do país, com posse prevista para o dia 1º de dezembro e anunciando seu ministério, a realidade é diferente.

No dia 20 de novembro, quando a Revolução Mexicana celebrou 96 anos, Andrés Manoel López Obrador recebeu a faixa presidencial de um senador do PRD, seu partido, como forma simbólica de reconhecê-lo como o legítimo candidato eleito na recente eleição presidencial fraudada (ver *Periscópio* nº 6). Sua posse foi assistida por centenas de milhares de pessoas que lotaram o Zócalo no centro da capital do México.

As primeiras nomeações do gabinete de Calderón apontam para uma composição que tentará aprofundar o ajuste neoliberal. O próximo ministro da Fazenda será Agustín Carstens, ex-vice-presidente do FMI, e o ministro do Trabalho será Javier Lozano, ex-presidente da agência reguladora de telecomunicações, um dos principais setores privatizados no país.

A combinação de um governo neoliberal num país de 104 milhões de habitantes, onde cerca de 20% vivem abaixo da linha da pobreza, que terá que governar em aliança com o PRI e que sofrerá forte oposição do PRD, a segunda força política mexicana, com sua eleição questionada, é no mínimo complexa. Muitos já chamam Calderón de “Felipe, o Breve”.

Enquanto isso, no estado de Oaxaca prossegue a mobilização para tentar destituir o autoritário e corrupto governador Ulisses Ruiz Ortiz, do PRI. Apesar de a Polícia Federal Preventiva (PEP) haver ocupado a região central da capital do estado, também chamada Oaxaca, no dia 25 de novembro houve nova passeata com a participação de dezenas de milhares de pessoas.

A repressão feriu mais de cem pessoas e dois líderes da Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca (APPO) foram detidos. Além da presença de destaca-

mentos da PFD no centro da cidade e de tropas do Exército nos seus arredores, têm havido diversas ações de grupos paramilitares ligados ao governador que são responsáveis pelo assassinato de diversos manifestantes, incluindo um jornalista norte-americano, desde que a rebelião se iniciou há cerca de cinco meses. Recentemente, a Igreja Católica rejeitou o pedido da APPO de acolher alguns de seus membros mais ameaçados (leia mais em *La Jornada* de 26/11/2006).

A tentativa do PRD de aprovar a destituição do governador no Senado mexicano foi rechaçada pela maioria formada pelo PAN e pelo PRI. Ao menos por enquanto, a manutenção de Ruiz no governo de Oaxaca é uma das condições para manutenção desta aliança.

CÚPULA DO MERCOSUL

Devido à realização em dezembro da reunião da Comunidade Sul-Americana de Nações, a Cúpula de Presidentes do Mercosul foi adiada para 18 e 19 de janeiro. Entretanto foi mantida a reunião do Grupo Mercado Comum (GMC) para a data original de dezembro. Este é composto pelos ministros da Economia e das Relações Exteriores e pelos presidentes dos bancos centrais dos países integrantes. No encontro em janeiro o Brasil deverá transferir a presidência *pro tempore* para o Paraguai.

Os temas em pauta serão tratados inicialmente na reunião do GMC, mas há uma pressão grande do Uruguai para que se discuta a situação das empresas de celulose em construção naquele país e que vêm sofrendo uma forte oposição do governo argentino. O governo uruguaio solicita a discussão sob o argumento de que o bloqueio da ponte do lado argentino em Gualeguaychú, região alegadamente afetada pela instalação das empresas, prejudica o fluxo de comércio do Mercosul e, portanto, seus membros devem tomar uma posição a respeito.

O governo argentino já anunciou que não aceitará que o tema seja tratado na reunião e, portanto, dificilmente o será, pois quase tudo em discussão nos fóruns do Mercosul é aprovado por consenso devido à ausência de instituições com poder de dirimir controvérsias.

Ambos os países passaram por alguns dissabores em relação a este tema nas últimas semanas. O Uruguai porque durante a Conferência Ibero-Ame-

ricana realizada em Montevideu em novembro o presidente da Argentina solicitou unilateralmente a mediação do rei Juan Carlos da Espanha e recentemente porque o a população de Gualuguaychú voltou a fechar a passagem entre os dois países. A Argentina porque o Banco Mundial acabou de aprovar um empréstimo de US\$ 170 milhões para que uma das empresas em questão, a finlandesa Botnia, conclua suas obras, que já estão executadas em cerca de 60%. Além disso, declarou que ela operará dentro dos mais altos padrões internacionais e que cumprirá as normas ambientais e sociais exigidas pelo banco.

A outra empresa, a espanhola Ence, que também previa construir uma fábrica na mesma localidade que a Botnia, a cidade de Fray Bentos no Uruguai, como praticamente não havia iniciado a construção decidiu levar o projeto para outra região do país.

Nesse meio tempo realizou-se em Belo Horizonte o III Fórum Educacional do Mercosul, que além de reunir representantes governamentais desta área dos países membros também promoveu um encontro internacional paralelo de entidades sociais ligadas à educação nestes mesmos países. Este encontro foi apoiado pelo governo brasileiro por intermédio do Ministério da Educação e da Universidade Federal de Minas Gerais, bem como pela Prefeitura de Belo Horizonte. A definição da concepção deste encontro teve também o envolvimento de uma série de organizações sociais brasileiras do setor, como o Instituto Paulo Freire, o Instituto Faça Parte, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, entre outras.

AS DISPUTAS POLÍTICAS NA BOLÍVIA

Da mesma forma que assistimos na Venezuela e em menor grau no Brasil durante os primeiros mandatos, respectivamente, dos presidentes Chávez e Lula, o governo de Evo Morales na Bolívia vem também enfrentando forte reação da direita contra as mudanças que pretende implementar, particularmente quanto à estrutura política do país, à nacionalização dos recursos naturais e à reforma agrária.

Lá, assim como aqui e na Venezuela, desde as pequenas mudanças pontuais até as grandes transformações estruturais, todas mexem com interesses tradicionais daqueles que mandaram nos nossos países desde sempre. Isto

sem falar no aspecto mais subjetivo da dificuldade de essas elites conviverem com novas correlações de força que não lhes são favoráveis e com governantes que não advêm da sua classe social.

A negociação com as empresas estrangeiras que exploram gás e petróleo na Bolívia foi concluída com a realização de acordos com todas elas praticamente em torno dos parâmetros propostos pelo governo no mês de maio passado (ver *Periscópio* n° 3).

Na Bolívia, os governadores dos estados são nomeados pelo governo central e os recursos para o seu funcionamento sempre estiveram vinculados ao orçamento federal. Agora eles são eleitos, porém a lei não definiu claramente suas atribuições nem os critérios de desempenho. De acordo com a visão do MAS, partido político de Evo, eles poderão ser destituídos mediante processo com participação popular se o desempenho não for adequado.

Além disso, prossegue a disputa pelo quórum necessário para votar as alterações na Constituição, ora em elaboração. O MAS defende maioria de 50% mais um para a alteração de cada item e de dois terços para sua aprovação geral e final, enquanto a oposição defende maioria de dois terços dos votos para cada item. Óbvio que desta maneira a direita, que é minoritária no país e na Assembléia Constituinte, teria poder de veto sobre cada parágrafo e artigo.

A posição manifestada pelo governo quanto aos governadores levantou novas objeções da oposição da direita, que pretende defender seus interesses a partir de alguns estados como Santa Cruz, Tarija e Pando, onde é mais forte e para os quais defende autonomia. Recentemente um grupo de pessoas deu início a uma greve de fome em Santa Cruz de la Sierra em protesto contra as posições do governo central. Além disso, a oposição conseguiu granjear maioria no Senado boliviano, de onde também tem obstaculizado o funcionamento do governo, apesar de na recente votação sobre o projeto de reforma agrária o governo vencer com o apoio de três senadores da oposição.

O vice-presidente do país, Álvaro Linera, tem atuado como negociador em nome do governo para apagar as arestas, possibilitar que o processo político possa avançar e não ser totalmente obstruído pela direita, o que não é uma tarefa fácil, pois as demandas econômicas e sociais da Bolívia são grandes, assim como a polarização política, e há uma expectativa popular por resultados rápidos.

A EMIGRAÇÃO

No dia 5 de novembro encerrou-se a XVI Cumbre Ibero Americana realizada em Montevideú, no Uruguai. O tema principal tratado pelos 22 governos presentes foi o da emigração, tendo em vista suas implicações tanto para os países latino-americanos quanto para os europeus que participam deste grupo de países, em particular a Espanha.

A primeira Cumbre foi realizada na cidade de Guadalajara, no México, em 1991 e a de 1993 ocorreu em Salvador, no Brasil. Pela Europa participam Andorra, Espanha e Portugal, além de 19 países da América Latina que foram colônias espanholas e portuguesas no passado. Atualmente o governo brasileiro está fazendo gestões diplomáticas para que as demais ex-colônias portuguesas da África e da Ásia também possam se incorporar. A conferência de 2007 realizar-se-á em Santiago, no Chile.

O Compromisso de Montevideú aprovou três princípios em relação ao tema que trata dos direitos dos emigrantes, a sua não-criminalização e a facilitação da regularização de sua estadia nos países que os acolheram. Além disso, foi aprovada por unanimidade uma condenação à proposta norte-americana de construção de um muro na fronteira com o México para tentar impedir o fluxo migratório da América Latina para os EUA (ver *Periscópio* nº 8).

Calcula-se que atualmente em torno de 30 milhões de latino-americanos e caribenhos sejam emigrantes. Ao longo dos últimos dez anos, a Espanha recebeu aproximadamente 3,7 milhões deles, sendo 1 milhão somente da América Latina.

O tema monopolizou os debates na atual conferência porque é um dos mais relevantes hoje em dia, tem gerado situações dramáticas e vem movendo diversos interesses econômicos e políticos, embora a tendência nos países desenvolvidos seja a de restringir cada vez mais o acesso dos emigrantes.

Apesar das restrições crescentes, é muito difícil impedir que pessoas pobres e sem expectativas nos seus países de origem tentem buscar lugares para viver que lhes ofereçam maiores oportunidades. Muitos chegam a morrer na tentativa de cruzar as fronteiras dos países desenvolvidos, como acontece freqüentemente na fronteira entre o México e os Estados Unidos, na travessia do oceano Atlântico entre Mauritânia, Mali e Senegal e Ilhas Canárias, ou ainda entre os que tentam cruzar o mar Mediterrâneo para

chegar a Espanha, Malta e Itália (leia mais em *International Herald Tribune* de 01/12/2006, pág. 3).

Percebe-se que há muitos interesses que jogam contra a possibilidade de regras mais liberais para o tema dos emigrantes. A começar pela florescente atividade do tráfico de pessoas pelas fronteiras, que alimenta a existência de quadrilhas que vivem desta atividade e que não têm nenhum compromisso com a preservação da integridade física dos emigrantes, além de movimentarem vultosa soma de dinheiro.

Em determinados países, como a própria Espanha e os Estados Unidos, a mão-de-obra imigrante representa uma parcela importante da economia, pois a maior parte dela trabalha por salários menores que os habitantes locais e geralmente também não possui nenhuma proteção social. Nos EUA já houve pelo menos um caso de um trabalhador mexicano que teve seus direitos recusados pela Justiça pelo fato de ser imigrante sem estadia legalizada.

As remessas de dinheiro aos seus países de origem tornaram-se também um fator econômico relevante. Atualmente os imigrantes em geral remetem aproximadamente US\$ 170 bilhões por ano de volta aos seus países de origem; no caso da América Latina este montante alcança aproximadamente US\$ 50 bilhões anuais. No caso de cinco países centro-americanos as remessas representam entre 10% e 15% de seu PIB, no caso do Equador representam 6% e para a Colômbia já significam 3%.

O custo das remessas para os imigrantes é alto, pois as transferências são feitas por meio de instituições financeiras de funcionamento precário. A rede bancária formal já se mostrou interessada em assumir este nicho de mercado que representa lucros certos. Porém, para alguém movimentar recursos bancários nos nossos países, é necessário que tenha documentos regulares. No entanto, nas pretensões expostas, por exemplo, pelos grandes bancos espanhóis como o Santander e o BBVA, não há menções à regularização do *status* destes clientes em potencial.

Politicamente, o tema da imigração tem sido o centro de muitas disputas eleitorais atuais nos países desenvolvidos e tem alimentado a votação, principalmente, dos partidos de direita, em vários países europeus, pois há uma percepção de parcelas importantes da sua população de que os trabalhadores imigrantes disputam os seus empregos e que eles se dispõem a assumi-los mesmo sob condições rebaixadas. Mesmo os partidos social-democratas

têm adotado posições mais reacionárias em relação aos imigrantes, de olho nos votos conservadores, ao contrário do passado, quando defendiam posições mais abertas e liberais.

Este tema será uma fonte de tensão nos próximos anos e terá relevância política cada vez maior, entre outras, por razões demográficas. Nos EUA, a comunidade latino-americana já conforma o maior grupo étnico individual e a proposta republicana de construção do muro ajudou a encaminhar mais de 70% dos votos deste eleitorado para os democratas na eleição deste ano. Na Alemanha estima-se que em 2030 metade da população já seja composta por imigrantes e seus descendentes.

OS DESDOBRAMENTOS DA VITÓRIA DOS DEMOCRATAS NA ELEIÇÃO NORTE-AMERICANA

Nas eleições congressionais mais caras da história norte-americana foram gastos US\$ 2,8 bilhões de acordo com o Center for Responsive Politics, baseado em relatórios pré-eleitorais. Destes, os partidos Republicano e Democrata declararam ter gasto respectivamente, US\$ 404 milhões e US\$ 304 milhões. O restante representa os gastos de outras instituições e organizações envolvidas de alguma maneira na campanha.

Não por acaso, os candidatos que gastaram mais dinheiro nas disputas levaram 94% dos assentos no Congresso e 66% do Senado. A senadora reeleita Hillary Clinton gastou US\$ 36 milhões na campanha individual para o Senado, a mais cara já realizada no país (leia mais em “2006 election analysis: incumbents linked to corruption lose, but money still wins” <<http://www.opensecrets.org/pressreleases/2006/PostElection.11.8.asp>>).

Contudo, a maior consequência das eleições foi a abrupta mudança do comando do Pentágono, com a substituição de Donald Rumsfeld, o arquiteto da Guerra do Iraque, pelo ex-diretor da CIA Robert Gates. Este foi funcionário de carreira da CIA até sua aposentadoria no início da década de 1990 e é tido em altíssima conta pelo ex-presidente George Bush “pai” e seu assessor para Segurança Nacional, Brent Scowcroft, com quem compartilhava sua visão realista da política externa do país e sua pouca paciência com os neoconservadores e nacionalistas mais agressivos, como o vice-presi-

dente Dick Cheney. Esteve, no entanto, indiretamente envolvido no escândalo “Irã-Contras” durante o governo Reagan.

Com a saída de Rumsfeld, Cheney e os neoconservadores devem ficar cada vez mais marginalizados. Além de Gates, Condoleezza Rice deve ganhar mais destaque no governo, com maior poder de barganha para a diplomacia.

Apesar de aparentemente ter sido discutida por algum tempo, a renúncia de Rumsfeld logo após as eleições foi desenhada como um sacrifício aos democratas, já que de acordo com as pesquisas eleitorais a Guerra do Iraque teve um papel fundamental na derrota republicana. A partida do ex-chefe do Pentágono dá ao presidente algum tempo para ajustar as políticas relativas ao Iraque sem que os recém-eleitos iniciem uma oposição feroz.

Em sua primeira declaração após a vitória democrata, Bush prometeu encontrar um senso comum com relação ao Iraque junto ao partido opositor, posição muito distante da proclamada poucas semanas antes com a acusação de que os democratas queriam fugir do Iraque, em vez de lidar com os terroristas lá, e não em solo norte-americano. Por parte dos democratas, a nova líder da Câmara, Nancy Pelosi, e o novo líder do Senado, Harry Reid, declararam a necessidade de uma ação nacional para discutir a política norte-americana com relação ao Iraque.

Os dois partidos, de agora em diante, devem se referir às recomendações do Iraq Study Group (ISG), uma comissão bipartidária, apontada pelo Congresso e presidida pelo ex-secretário de Estado James Baker e pelo ex-presidente do Comitê de Política Externa do Congresso, Lee Hamilton, cujo relatório deve ser publicado entre este final de ano e o início de 2007 (leia mais em “Informações sobre o Iraq Study Group” <<http://www.usip.org/isg/>>).

Gates é um dos membros republicanos do ISG, que sob a orientação de Baker se reuniu com representantes de alto escalão tanto do governo irani-ano quanto do governo sírio, ambos boicotados diplomaticamente pelo governo Bush. Estas reuniões levantaram a hipótese de que o ISG deverá recomendar que Teerã e Damasco, assim como os outros países vizinhos, estejam envolvidos na estratégia de retirada das tropas norte-americanas do Iraque e na prevenção de que os confrontos sectários se espalhem para além das fronteiras iraquianas.

Nos últimos tempos até mesmo dentro da direita neoconservadora cristã haviam aumentado os apelos para que Rumsfeld fosse substituído. A proposta feita ao presidente era de colocar em seu lugar o senador Joseph Lieberman, que tem opiniões neoconservadoras sobre o Oriente Médio e foi reeleito como independente, mas com votos e apoio financeiro do Partido Republicano.

Além do Oriente Médio, a visão mais diplomática de Gates deve afetar também as relações dos EUA com a Ásia, particularmente com a China, onde as tensões com o Pentágono de Rumsfeld têm desempenhado um papel crucial na dificuldade de estabelecimento de uma relação mais cooperativa entre as duas potências.

Com a saída de Rumsfeld e sem seu antigo chefe de Gabinete, Scooter Libby, indiciado por ter mentido a um júri federal em outubro de 2005, Cheney está cada vez mais isolado e deve ser o próximo alvo da oposição ao governo Bush.

No caso da América Latina, as relações comerciais devem ser afetadas nos próximos dois anos. A assinatura de acordos bilaterais, como os realizados com Colômbia e Peru, poderá ser revista, e a tendência historicamente protecionista do Partido Democrata pode levar ao endurecimento de algumas regras para exportação.

O TPA que Bush conseguiu aprovar em 2002 por um voto de diferença expirará no início de 2007 e dificilmente será renovado. O mais provável é que os democratas queiram reduzir ao máximo o poder de Bush, principalmente numa área tão sensível. Isto não afetará o Brasil diretamente, mas joga para as “calendas” a hipótese de um acordo viável sobre agricultura na OMC, além de um setor dos democratas tentar ressuscitar o vínculo entre comércio e trabalho nos tratados comerciais (leia mais em “Gates has history of manipulating intelligence” <http://www.truthout.org/docs_2006/110806R.shtml>; “Hail to the chief - Dick Cheney’s mission to expand — or ‘restore’ — the powers of the presidency” <http://www.boston.com/news/globe/ideas/articles/2006/11/26/hail_to_the_chief/>; “Defeating the Bill of Rights – Bush’s lone victory” <<http://www.counterpunch.org/roberts11222006.html>>; “Democrats triumph – Congress falls and Donald Rumsfeld is replaced” <http://www.economist.com/daily/news/displaystory.cfm?story_id=8131440>).

ELEIÇÕES FRANCESAS E A PRÉVIA DO PARTIDO SOCIALISTA

As prévias do Partido Socialista Francês (PS) realizaram-se no dia 16 de novembro e Ségolène Royal foi a escolhida por 60,62% dos votantes, ante 20,83% de Dominique Strauss-Kahn e 18,54% de Laurent Fabius, os dois outros candidatos.

As prévias tiveram uma participação de 178 mil votantes (82%) de um total de 218.711 filiados ao partido, não deixando dúvidas sobre o resultado. Strauss-Kahn e Fabius o reconheceram e conclamaram o partido a unir-se para derrotar a direita nas eleições de 2007.

Isto não significa que as diferenças internas tenham desaparecido. Cada um dos candidatos representava perspectivas diferentes no interior do partido para as próximas eleições, com Strauss-Kahn mais voltado para os temas econômicos e Fabius como herdeiro das tradições do partido. Ele inclusive havia sido destituído da direção do PS por ter feito campanha contra a Constituição Européia no plebiscito ocorrido na França em 2005 – que o partido apoiava –, mas que foi rejeitada pela maioria da população.

Ségolène, por sua vez, mostrou-se com um discurso diferente do tradicional, apresentando posição mais progressista quanto à democracia participativa e mais conservadora quanto ao tema dos imigrantes, bem como em relação aos funcionários públicos.

De toda maneira, enfrentar o provável candidato da direita, Nikolás Sarkozy, não será uma tarefa fácil. Além disso, o candidato da extrema direita, Daniel Le Pen, antes de oficializar sua candidatura já tem 18% da preferência nas pesquisas, um pouco mais do que obteve na eleição presidencial passada. No entanto, por questões ligadas à legislação eleitoral francesa, poderá eventualmente ser impedido de se candidatar, o que significa que, neste caso, seus votos tenderiam a favorecer Sarkozy, que tem feito um discurso forte contra os imigrantes.

Por enquanto as pesquisas de opinião dão uma ligeira diferença a favor de Ségolène contra Sarkozy (leia mais em “Royal coronation – Ségolène Royal ushers in a new era of French politics” <http://economist.com/world/europe/displaystory.cfm?story_id=8323495>).

ELEIÇÕES NA HOLANDA

Seguindo a tendência vista nas recentes eleições ocorridas na Alemanha e em outros países europeus, os resultados preliminares das eleições na Holanda apontam para um difícil caminho para a formação do novo governo.

Apesar de ter alcançado maioria no Legislativo, o Partido Democrata-Cristão (CDA, na sigla holandesa) terá que lidar com um país altamente dividido entre o apoio às suas duras políticas de imigração e pró-mercado e a oposição feita pela frente socialista liderada pelo Partido Trabalhista.

Os líderes dos principais partidos já se reuniram individualmente com a rainha Beatrix a fim de discutir a questão. O líder do CDA e atual primeiro-ministro, Jan Peter Balkenende, foi o primeiro deles. Em seguida foram recebidos pela rainha: Wouter Bos, do Partido Trabalhista (PvdA), Jan Marijnissen, do Partido Socialista (SP), Mark Rutte, do Partido Liberal (VVD), Geert Wilders, do recém-formado Partido pela Liberdade (PvdV), e Femke Halsema, da Esquerda Verde.

Diante das dificuldades que deverão ser apresentadas na composição do novo governo de coalizão, a rainha considera apontar um mediador a fim de auxiliar no processo de discussões entre os partidos para escolha de um novo primeiro-ministro.

Na votação do último dia 22 de novembro, o CDA assegurou 41 dos 150 assentos enquanto o trabalhista PvdA obteve 33. Os socialistas vieram em terceiro com 26 cadeiras, seguidos pelo VVD com 22. O PvdV ganhou 9 assentos e a Esquerda Verde ficou com 7, enquanto os quatro outros partidos obtiveram 6 ou menos cadeiras.

Com a impossibilidade de manutenção da atual coalizão de centro-direita, o primeiro-ministro Balkenende pode ser forçado a se aliar ao Partido Trabalhista, de centro-esquerda, o que alguns analistas dizem ser uma receita garantida para a paralisia política do país.

Além disso, a preocupação atual é que a indefinição nestas e em outras eleições européias pode afetar o andamento da União Européia, altamente dependente das políticas nacionais dos países que a compõem.

NOTÍCIAS DO ORIENTE MÉDIO

A violência na região prossegue em níveis muito elevados no Iraque, onde em apenas um dia do mês de novembro morreram 202 pessoas, bem como na Faixa de Gaza, onde os ataques israelenses por meio de artilharia e mísseis têm vitimado principalmente a população civil.

No entanto, o resultado da eleição parlamentar norte-americana, que infligiu uma derrota contundente ao Partido Republicano, aparentemente tem provocado algumas iniciativas para mudar um pouco a política do governo Bush, uma vez que a continuidade da sua política para o Oriente Médio exatamente nos termos atuais seguramente levaria a nova derrota nas eleições presidenciais de 2008.

É neste contexto que é apresentado o plano elaborado por James Baker, ex-secretário de Defesa de Bush “Pai” e outros (ISG), que propõem um acordo dos EUA com a Síria e o Irã para que a influência deles sobre algumas das facções políticas no Iraque amenize o conflito de modo que o governo norte-americano possa entregar o controle da segurança às Forças Armadas iraquianas e se retirar do país o mais breve possível.

Aparentemente alguns aspectos deste plano estão sendo postos em marcha, como demonstra o reatamento das relações diplomáticas entre a Síria e o Iraque, rompidas há 25 anos. Apesar de o presidente sírio Hafez al-Assad e o iraquiano Saddam Hussein serem sunitas, membros do mesmo Partido Baath, e terem tentado unificar os dois países nos anos 1970, acabaram por gerar profunda divisão entre eles, a ponto de a Síria ter apoiado a coalizão anti-Iraque na Primeira Guerra do Golfo.

O Irã também sinalizou com a possibilidade de permitir a inspeção internacional de um de seus centros de desenvolvimento de atividades nucleares e deverá acolher a primeira reunião entre as autoridades sírias, iraquianas e iranianas para discutir a situação no Iraque.

Embora não se tenha ainda fechado um acordo entre o Al-Fatah e o Hamas na Palestina para estabelecer o governo de coalizão, foi alcançado um frágil cessar-fogo com Israel, em que a Autoridade Nacional Palestina tentará controlar as atividades das diferentes facções palestinas que têm atacado Israel em troca da retirada das tropas israelenses da Faixa de Gaza.

Além da derrota sofrida na intervenção no Líbano, o movimento israelense Paz Agora acabou de denunciar que em torno de 60% das colônias

israelenses na Cisjordânia se encontram em terras privadas pertencentes a proprietários palestinos e árabes, situação que o governo israelense sempre negou como forma de preservar os assentamentos israelenses na região, apesar das resoluções internacionais e das negociações para devolver parte dos territórios aos palestinos.

No Líbano há um acirramento entre as diferentes comunidades e partidos que compõem o governo e que começou um pouco depois do fim da última intervenção israelense no país. A imprensa ocidental insiste em apresentar o problema como se fosse apenas uma disputa entre posições pró e contra a Síria, conforme se observa também em qualquer matéria dos maiores jornais brasileiros sobre o assunto.

Embora houvesse um acordo em 1991 que transferiu a responsabilidade pela segurança libanesa às Forças Armadas sírias, situação que durou até 2005, isto não significa que este governo tenha hoje uma presença política tão expressiva e influente sobre alguns partidos políticos libaneses quanto a grande imprensa tenta passar.

Os libaneses em geral são nacionalistas, e o que está em questão no país hoje é mais profundo que a relação com o país vizinho. Primeiramente, a atual distribuição de poder entre cristãos maronitas e muçulmanos xiitas e sunitas advém do período pós-independência e foi definida de acordo com os dados populacionais da época.

O regime é parlamentar e este arranjo pressupõe que os cristãos indiquem o presidente do país e o comandante das Forças Armadas; os sunitas, o primeiro-ministro, e os xiitas, o presidente do Parlamento. Isto apesar de existirem 17 comunidades diferentes no país e nem todas, bem como nem todos os partidos políticos, estarem contempladas automaticamente com espaço no governo. No entanto todas as vezes que este acordo foi descumprido houve guerra civil no país, o que não é descartável neste momento, particularmente se a ingerência estrangeira prosseguir.

Uma destas ingerências vem do governo norte-americano e de Israel, que exigem o desarmamento do Hezbollah, posição que é apoiada no Líbano pelo primeiro-ministro sunita, Fuad Siniora, pela Falange Libanesa, composta por uma parcela dos cristãos, e pelo Partido Socialista, que representa a comunidade drusa. Esta não é a posição dos cristãos da Frente Patriótica do ex-general Michel Aoun, da chamada “Terceira Força” do ex-

primeiro-ministro Sellim Al Hoss, do partido xiita Amal, e, óbvio, do próprio Hezbollah.

Contra a posição de Siniora, os xiitas passaram a reivindicar maior espaço no Ministério para ampliar sua influência sobre o governo. Uma vez não atendidos, os ministros do Amal e do Hezbollah renunciaram aos seus cargos, o que foi respondido com a aprovação da instalação de um tribunal especial para investigar e eventualmente julgar os responsáveis pelo assassinato do ex-primeiro-ministro Rafik Hariri ocorrido em 2005 para constranger os xiitas, que são apoiados pelos governos da Síria e do Irã.

Lideranças sunitas e da Falange apontam os sírios como responsáveis tanto pela morte de Hariri no ano passado quanto agora do assassinato do cristão e ex-ministro da Indústria, Pierre Gemayel, ocorrido no dia 21 de novembro. Embora nenhuma hipótese deva ser descartada no complexo tabuleiro libanês, quem menos tem a ganhar com estas mortes é a Síria e seus aliados. O reinício de uma guerra civil tampouco interessa aos xiitas em geral e ao Hezbollah em particular, pois já ampliaram seu espaço político com a recente vitória sobre o Exército israelense e o apoio à reconstrução do país e precisam mantê-lo.

Uma multidão de aproximadamente 800 mil pessoas compareceu à Praça dos Mártires no centro de Beirute no dia do enterro de Pierre Gemayel para protestar contra seu assassinato. No dia 1º de dezembro ocorreu outra manifestação ainda maior, promovida pelos partidos xiitas, Frente Patriótica e outras organizações para solicitar a renúncia do governo e a realização de novas eleições. Este grupo afirmou que manterá a mobilização até atingir seus objetivos (leia mais em “Iraq and Syria restore diplomatic relations” <http://news.independent.co.uk/world/middle_east/article2002057.ece>).

SAI O RESULTADO DA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL NO CONGO

Em meados de novembro foi anunciado o resultado do segundo turno das eleições presidenciais na República Democrática do Congo (RDC), atribuindo 58,05% dos votos a Joseph Kabila, atual presidente, e 41,95% a Jean Pierre Bemba, atual vice-presidente (ver *Periscópio* nº 8).

Embora observadores internacionais, como os representantes do Centro Carter, neguem a possibilidade de fraudes, Bemba recusou-se a admi-

tir o resultado, o que poderá reacender conflitos armados no país. No dia 24 de novembro já ocorreu um incidente no leste do Congo entre as Forças Armadas de um general dissidente e tropas federais, quando estes perderam três soldados.

A eleição foi um primeiro passo em direção à normalidade de um país que nunca viveu sob regime democrático na sua história. O governo colonial da Bélgica foi substituído na década de 1960 pela ditadura de M'Buto Seseko, e quando este caiu, pela intervenção da Organização da Unidade Africana (OUA) até que as eleições ocorressem. A RDC possui muitos recursos naturais e se conseguir se livrar da interferência externa e das disputas étnicas, bem como das lutas entre os “senhores da guerra”, tem grandes chances de progredir e oferecer melhores condições de vida à população (leia mais em “Congo - A wilderness that may become a state” <http://economist.com/world/africa/displaystory.cfm?story_id=8326082>).

REUNIÃO SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO QUÊNIA

A reunião sobre mudanças climáticas, ocorrida no Quênia, terminou sem ter estabelecido um cronograma sólido para o corte das emissões de gás carbônico e metano depois que o Protocolo de Kyoto expirar.

De acordo com o protocolo, de 1997, da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), 35 nações industrializadas estariam obrigadas a reduzir suas emissões de gases poluentes, combinadas, em 5% abaixo dos níveis medidos em 1990 até 2012, quando expira o documento. Até agora o UNFCCC foi assinado por 189 países, dentre os quais apenas 165 o ratificaram.

A reunião conseguiu acertar o início das discussões para a revisão do protocolo para 2008.

O país que produz mais gases poluentes, cerca de 25% de todas as emissões, os Estados Unidos, ainda não ratificou o Protocolo de Kyoto.

O protocolo compromete as autoridades norte-americanas a cortarem as emissões em até 7%, e foi assinado durante o governo de Bill Clinton. Contudo é visto de forma mais reservada pelo atual presidente George W. Bush, que acredita que cumprir este compromisso afetaria negativamente os negócios do país. Os representantes norte-americanos alegam que a questão

do aquecimento global será mais bem tratada se uma série de iniciativas voluntárias for levada a cabo, com parcerias entre os países ricos e as nações em desenvolvimento, concentradas em crescer economicamente e ao mesmo tempo reduzir a poluição.

Os olhos também se voltaram para a China, que até 2010 deve superar os EUA como maior emissor de dióxido de carbono. Porém, por ser um país em desenvolvimento, ela não está sujeita às reduções obrigatórias requisitadas pelo Protocolo de Kyoto. Assim sendo, além das discussões acerca da continuidade do protocolo após 2012, a sociedade civil tem pressionado para que na revisão do instrumento seja incluída a questão dos países cujas economias têm crescido rapidamente e que tendem a se tornar grandes emissores de gases poluentes.

A nova rodada de debates sobre mudanças climáticas será realizada na Indonésia em 2007 (leia mais em “United Nations Climate Change Conference–Nairobi 2006” <http://unfccc.int/meetings/cop_12/items/3754.php> e <<http://www.nairobi2006.go.ke/>>).

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO PNUD

O tradicional Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), publicado anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), neste ano centrou-se na questão dos serviços de água e saneamento básico em 177 países.

De acordo com o PNUD, o conceito de Desenvolvimento Humano é a base do Relatório de Desenvolvimento Humano e também do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Ele parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. O relatório foi idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq (1934-1998) e atualmente é publicado em dezenas de idiomas e em mais de cem países.

O relatório de 2006 mostra que quase 2 milhões de crianças morrem todos os anos por falta de acesso a água e esgoto. O texto recusa a idéia de que a crise mundial da água é resultado da escassez e defende que a

pobreza, o poder e as desigualdades é que estão no âmago do problema. O relatório aponta que, no ritmo atual, as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio relacionadas a saneamento e água não serão cumpridas no prazo.

No caso brasileiro, a meta relativa à água deve ser cumprida tranquilamente, com o acesso de cerca de 90% da população à água potável. Já na questão do esgoto, somente 75% da população conta com a coleta, taxa inferior à do México (79%). Contudo houve uma melhora significativa dos números de 1990 a 2004.

Ainda do relatório consta um *ranking* dos 177 países e seus IDHs, compostos por quatro indicadores: produto interno bruto *per capita*, expectativa de vida, taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais, e taxa de matrícula bruta nos três níveis de ensino.

Dos anos anteriores para este houve uma mudança na forma como se calcula este último indicador, o que dificulta a comparação entre as posições dos países apresentadas em anos anteriores.

No caso do Brasil, o país mudou do 68º para o 69º lugar no *ranking*, contudo avançou em três dos quatro itens que compõe o índice, longevidade, renda e educação.

Para fazer o *download* to relatório na íntegra, acesse: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh/rdh2006/rdh2006.zip>>

MUDANÇAS NO COMANDO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE

A doutora Margaret F. C. Chan, especialista em SARS e gripe aviária, foi nomeada como a nova diretora-geral desta agência da ONU. Além disso, Chan foi eleita numa sessão especial da organização e será a primeira chinesa a liderar uma agência das Nações Unidas desde a sua criação.

A doutora preencherá a vaga deixada pelo sul-coreano Lee Jong-wook, que faleceu em maio passado.

Após a confirmação de seu posto, Chan declarou que espera ser reconhecida pelos esforços em prol da saúde da mulher e do impacto das ações empreendidas no continente africano.

Para mais informações sobre a OMS, acesse o *site* oficial da organização: <<http://www.who.int/en/>>

INGRESSO DO VIETNÃ NA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO

No início de novembro, o Vietnã foi aprovado pelo conselho da Organização Mundial do Comércio para ingressar na instituição e tornar-se o 150º membro.

Desde 1995 o país prepara seu ingresso na OMC, sendo que oito destes 11 anos foram gastos em negociações com países membros e com o grupo de trabalho especial da instituição, que se reuniu 14 vezes para discutir com os representantes vietnamitas.

Pelo acordo de integração, o Vietnã concordou com as atuais tarifas e cotas para subsídios agrícolas e, em alguns casos, com a programação de implementação gradual dos cortes. O país também assinou um documento no qual descreve em quais mercados de serviços permitirá a participação de empresas estrangeiras de serviços, assim como descreve quaisquer condições adicionais, incluindo limites de participação estrangeira no controle de companhias.

Assinou, por fim, um documento que destaca as mudanças legais e institucionais conduzidas para promover o comércio, assim como os compromissos assumidos ao longo dos anos de negociação (leia mais em “OMC – Vietnã” <http://www.wto.org/english/thewto_e/acc_e/a1_vietnam_e.htm>; “VIETNAM: WTO brings challenges and opportunities” <<http://ipsnews.net/interna.asp?idnews=35411>>).

Poucos dias após o anúncio de seu ingresso na OMC o Vietnã foi anfitrião de uma Conferência da Comunidade Econômica da Ásia e Pacífico (APEC) que teve a participação também do presidente Bush dos Estados Unidos. Além dos países asiáticos, há também um grupo de países das Américas que tem litoral no Oceano Pacífico, como o Canadá, EUA, México, Chile e Peru, que são membros (leia mais em “Fears over Asia-Pacific Free Trade Zone” <<http://www.ipsnews.net/news.asp?idnews=35502>>).

CHINA E ÍNDIA – APROXIMAÇÃO DE GIGANTES

O presidente chinês Hu Jintao declarou em sua visita recente à Índia, a primeira de um líder chinês na última década, que existe espaço suficiente para as duas potências se desenvolverem simultaneamente e que a relação entre elas é de significado global. A relação tradicional da China sempre foi com o Paquistão, enquanto a Índia era mais próxima da ex-URSS.

O comércio entre as duas economias que mais crescem no mundo deve permanecer o eixo da parceria. O primeiro-ministro indiano Manmohan Singh afirmou que existe um compromisso de dobrar as cifras do comércio bilateral entre os dois maiores países da Ásia até 2010, para US\$ 40 bilhões.

Os dois líderes também discutiram velhos problemas políticos resultantes de uma disputa territorial na Cachemira, ocorrida em 1962, e se comprometeram a encontrar uma saída para a pendência remanescente, que já se arrasta por mais de 20 anos. Para tanto, foram assinados 13 acordos que vão desde a abertura de consulados, passando pela cooperação científica e tecnológica, chegando ao crescimento do intercâmbio cultural. Isto faz parte de uma estratégia de consolidar os crescentes laços entre Índia e China.

A parceria entre os dois países parece muito lógica quando se leva em conta que, apesar da rivalidade entre os dois no continente asiático e da estranheza que causa a aliança histórica que a China tem com o Paquistão, o crescimento de ambos foi obtido por meio de caminhos diferentes e com lições a serem compartilhadas. A questão é verificar o tamanho do desconforto que essa parceria, que une dois quintos de toda a população mundial, causará nos Estados Unidos e na União Européia.

Lista de siglas

- Abong – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais
- ACES – Asamblea Coordinadora de Estudiantes Secundários (Chile)
- ACP – Grupo de Países da África, Caribe e Pacífico
- AD – Aliança Democrática (Venezuela)
- AFL-CIO – Federação Norte-Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais (em inglês: American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations)
- AIEA – Agência Internacional de Energia Atômica
- ALBA – Alternativa Bolivariana para as Américas
- ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
- ALN – Alianza Liberal Nicaragüense (Nicarágua)
- AMI – Acordo Multilateral de Investimentos
- ANC – Congresso Nacional Africano (em inglês: African National Congress)
- AP – Alianza Pais (Equador)
- APEC – Comunidade Econômica da Ásia e Pacífico
- APPO – Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca (México)
- APRA – Alianza Popular Revolucionaria Americana (Peru)
- AUC – Autodefensas Unidas de Colômbia
- BBVA – Banco Bilbao Vizcaya Argentaria
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- CAFTA-DR – Acordo de Livre Comércio da América Central e República Dominicana (em inglês: Central America Free Trade Agreement and Dominican Republic)
- CAN – Comunidade Andina de Nações
- CASA – Comunidade Sul-Americana de Nações
- CCSCS – Coordenação de Centrais Sindicais do Cone Sul

- CDA – Partido Democrata-Cristão (Holanda; em holandês: Christen Democratisch Appèl)
- CDU – União Democrata-Cristã (Alemanha; em alemão: Christlich-Demokratische Union)
- CISL – Confederazione Italiana Sindacati Lavoratori
- CIU – Convergència i Unió (Espanha)
- COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Brasil)
- COB – Confederación Obrera Boliviana
- Contag – Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Brasil)
- Copei – Partido Social-Cristão (Venezuela)
- Coprofam – Coordenadora das Organizações de Agricultores Familiares do Mercosul
- CPE – Contrato de Primeiro Emprego (França)
- CPI(M) – Partido Comunista da Índia (Marxista) – em inglês: Communist Party of India (Marxist)
- CSN – Comunidade Sul-Americana de Nações
- CTV – Central de Trabajadores de Venezuela
- CUT – Central Unitária de Trabajadores (Colômbia)
- D66 – Democratas 66 (Holanda)
- DAS – Departamento Administrativo de Seguridad (Colômbia)
- DVU – União Popular Alemã (Alemanha; em alemão: Deutsche Volks Union)
- ECOSOC – Conselho Econômico e Social da ONU
- ELN – Exército de Libertação Nacional (Colômbia)
- EPL – Exército Popular de Libertação (Colômbia)
- ER – Esquerda Republicana (Espanha)
- ETA – Pátria Basca e Liberdade (em basco: Euzkadi Ta Askatasuna)
- EUA – Estados Unidos da América
- EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional (México)
- Falintil – Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor Leste
- FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
- FD – Concertación de Fuerzas Democráticas (Equador)
- FED – Federal Reserve (EUA)
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- FMLN – Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (El Salvador)
- Focem – Fundo de Convergência Estrutural (Mercosul)

- Fretilin – Frente Revolucionária de Timor Leste Independente
 FSLN – Frente Sandinista de Libertação Nacional (Nicarágua)
 FSM – Fórum Social Mundial
 GJ – gigajoules
 GMC – Grupo Mercado Comum
 GOP – Grand Old Party (como é conhecido o Partido Republicano norte-americano)
 GRULAC – Grupo de Países da América Latina e Caribe
 Icann – International Corporation for Assigned Names and Numbers
 ICSID – Centro Internacional de Resolução de Disputas de Investimentos
 (em inglês: International Centre for Settlement of Investment Disputes)
 ICV – Iniciativa per Catalunya – Verds (Espanha)
 IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
 IFE – Instituto Federal Eleitoral (México)
 ISG – Iraq Study Group
 LDP – Partido Democrático Liberal (Japão)
 M.19 – Movimento 19 de Abril (Colômbia)
 MAS – Movimiento Al Socialismo (Bolívia)
 Mercosul – Mercado Comum do Sul
 Minustah – Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti
 MIP – Movimento Indígena Pachakuti (Bolívia)
 MRS – Movimento de Renovação Sandinista (Nicarágua)
 NAMA – Acesso a Mercados Não-Agrícolas (em inglês: Non Agricultural Market Access)
 NDP – Novo Partido Democrata (em inglês: New Democratic Party) (Canadá)
 NPD – Partido Nacional Democrata (Alemanha; em alemão: Nationaldemokratischen Partei Deutschlands)
 OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
 OEA – Organização dos Estados Americanos
 OIT – Organização Internacional do Trabalho
 OLP – Organização para a Libertação da Palestina
 OMC – Organização Mundial do Comércio
 OMS – Organização Mundial da Saúde
 ONU – Organização das Nações Unidas
 ORIT – Organização Regional Americana do Trabalho

- ORIT – Organização Regional Interamericana de Trabalhadores
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA – Organização da Unidade Africana
PAC – Partido de la Acción Ciudadana (Costa Rica)
PAN – Partido Ação Nacional (México)
Parlacen – Parlamento da América Central
PCI – Partido Comunista Italiano
PCMLE – Partido Comunista Marxista Leninista do Equador
PCP – Partido Comunista do Peru
PFP – Polícia Federal Preventiva (México)
PIB – Produto Interno Bruto
PLC – Partido Liberal Constitucionalista (Nicarágua)
PLN – Partido da Libertação Nacional (Costa Rica)
PND – Partido Nacional Democrático (Egito)
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP – Partido Popular (Espanha)
PRD – Partido da Revolução Democrática (México)
PRD – Partido Revolucionário Democrático (Panamá)
PRE – Partido Roldosista Equatoriano (Equador)
PRI – Partido Revolucionário Institucional (México)
PRIAN – Partido de la Renovación Institucional-Acción Nacional (Equador)
PSC – Partido Social Cristão (Equador)
PSC-PSOE – Partit dels Socialistes de Catalunya (Espanha)
PSP – Partido Socialista do Peru
PUSC – Partido da Unidade Social Cristã (Costa Rica)
PvdA – Partido Trabalhista (Holanda; em holandês: Partij van de Arbeid)
PvdV – Partido pela Liberdade (Holanda; em holandês: Partij voor de Vrijheid)
RDC – República Democrática do Congo
RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano
Rebrip – Rede Brasileira Pela Integração dos Povos
RED-ID – Red Democrática e Izquierda Democrática (Equador)
SARS – Síndrome Respiratória Aguda Grave (em inglês: Severe Acute Respiratory Syndrome)
SLA – Exército de Libertação do Sudão (em inglês: Sudan Liberation Army)
SNTE – Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Educação (México)

- SP – Partido Socialista (Holanda; em holandês: Sozialistischen Partei)
- SP – Sociedad Patriótica (Equador)
- SPD – Partido Social-Democrata (Alemanha; em alemão: Sozialdemokratische Partei Deutschlands)
- SPLM – Movimento Popular de Libertação do Sudão (em inglês: Sudan People's Liberation Movement)
- TEC – Tarifa Externa Comum (Mercosul)
- TNP – Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares
- TPA – Autoridade de Promoção de Comércio (em inglês: Trade Promotion Authority)
- TRIFE – Tribunal Eleitoral do Poder Judiciário da Federação (México)
- UA – União Africana
- UE – União Européia
- UMP – União por um Movimento Popular (França)
- UNE – União Nacional do Estudantes (Brasil)
- UNFCCC – Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (em inglês: United Nations Framework Convention on Climate Change)
- Unitaid – Central Internacional de Compra de Medicamentos
- UNT – Unión Nacional de Trabajadores (México)
- UPP – Unión Por el Peru (Peru)
- URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
- VCP – Votorantim Celulose e Papel
- VVD – Partido Popular pela Liberdade e Democracia (Holanda; em holandês: Volkspartij voor Vrijheid en Democratie)
- YPFB – Yacimientos Petrolíferos y Fiscales Bolivianos
- ZANU – União Nacional Africana do Zimbábue (em inglês: Zimbabwe African National Union)
- ZAPU – União do Povo Africano de Zimbábue (em inglês: Zimbabwe African People's Union)
- ZPE – Zonas Processadoras de Exportação

Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 224

04117-091 – São Paulo – SP

Fone: (11) 5571-4299

Fax: (11) 5571-0910

Correio Eletrônico: internacional@fpabramo.org.br

Na Internet: <http://www.fpa.org.br>

Um olhar sobre o mundo foi impresso na cidade de São Paulo pela Gráfica Bartira em janeiro de 2007. A tiragem foi de 1.000 exemplares. O texto foi composto em AGaramond no corpo 11,5/15. Os fotolitos do miolo e da capa foram executados pela Anada Digital. A capa foi impressa em papel Carta Íntegra 220g; o miolo foi impresso em Offset 75g.